

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS

JANSEN GUSMÃO SALLES

**DA CALÚNIA À SUPRESSÃO: Discursos sobre educação e
antijesuitismo no período pombalino**

VITÓRIA – ES
2016

JANSEN GUSMÃO SALLES

**DA CALÚNIA À SUPRESSÃO: Discursos sobre educação e
antijesuitismo no período pombalino**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia M. S. Merlo.

VITÓRIA – ES

2016

Jansen Gusmão Salles

**DA CALÚNIA À SUPRESSÃO: Discursos sobre educação e
antijesuitismo no período pombalino**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo.

VITÓRIA – ES, 2016.

DATA DA APROVAÇÃO: ____/____/____

Prof^a. Dr^a. Patrícia M. S. Merlo

Orientadora

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Adriana P. Campos

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Josemar M. de Oliveira

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Raquel B. Vázquez

Universidade Federal de Goiás

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S168d Salles, Jansen Gusmão, 1990-
Da calúnia à supressão : discursos sobre educação e antijesuitismo no período pombalino / Jansen Gusmão Salles. – 2016.
138 f. : il.

Orientador: Patrícia Maria da Silva Merlo.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de, 1699-1782. 2. Iluminismo – Portugal. 3. Jesuítas – Portugal. 4. Portugal - História. I. Merlo, Patrícia M. S. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

À memória de minha avó Maria José,
E de meus tios Sebastião e Almir Salles,
Que a pouco nos deixaram em meio a tanta saudade...

AGRADECIMENTOS

Embora situado nas páginas iniciais, é geralmente aqui que discorreremos nossas últimas palavras após um árduo e longo trabalho. Trata-se de um momento onde não apenas respiramos fundo e refletimos sobre as conquistas e os desafios enfrentados ao longo dos dois anos de mestrado. Mas, também, onde nos lembramos de agradecer as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para esse processo de amadurecimento intelectual e, também, pessoal.

Em primeiro lugar, à minha orientadora, amiga e eterna professora, Dr^a. Patrícia Merlo, a quem tive a honra de conhecer ainda em 2011 durante a graduação. Sem os seus conhecimentos, orientações e broncas nada disso seria possível. Aos colegas do grupo de pesquisa, em especial o Me. Fernando Viana e a mestranda Ana Abenassiff, cujos encontros e discussões tanto acrescentaram em minha formação como historiador. Aos meus colegas de curso, Júlio Silva e Guilherme Marchiori, com quem desde o início compartilhei textos, reflexões e incontáveis copos de café. Aos meus preciosos e queridos amigos, Kelvin Christ, Camila Freitas, Marcos Paulo Hess, Gicleiton Madson, Deivison Mantovaneli, André Pinotti, Olavo Gusmão, Sann Gusmão, Larissa Castro e tantos outros de igual importância, por compreenderem as razões de minha constante ausência. Aos meus pais, Nelita Gusmão e Marcos Roberto Salles, por me darem a força e inspiração necessárias para que eu possa alcançar voos cada vez mais altos. À minha namorada, companheira e confidente, Jessica Braun, cuja dedicação e paciência, sobretudo, nos últimos meses, jamais serão por mim esquecidas.

Agradeço também à coordenação, secretaria e professores do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da UFES, por sempre se mostrarem tão solícitos aos alunos quando requisitados. E, por fim, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo, pelo auxílio financeiro que me permitiu realizar pesquisas documentais e bibliográficas indispensáveis para a redação deste texto.

“Quem quiser nascer tem que destruir um mundo – eis a mensagem – destruir no sentido de romper com o passado e as tradições já mortas, de desvincular-se do meio excessivamente cômodo e seguro da infância para a conseqüente dolorosa busca da própria razão de existir: ser é ousar ser.”

(Herman Hesse, *Demian*.)

RESUMO

Por mais de dois séculos, a Companhia de Jesus manteve o controle sobre as instituições de ensino portuguesas, coordenando ao mesmo tempo os estudos menores e o ensino universitário. No entanto, durante o período das *Luzes* em Portugal, os jesuítas foram duramente criticados e combatidos, sendo, por fim, expulsos no ano de 1759. Mesmo com a ausência da Ordem, uma profunda campanha de cunho antijesuíta foi impulsionada pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Em 1770, a recém-criada Junta de Providência Literária, coordenada pelo próprio ministro, ficou encarregada de avaliar oficialmente o suposto estado de decadência em que se encontrava o ensino luso, sobretudo na Universidade de Coimbra. Os trabalhos da Junta resultaram na publicação, em 1771, do *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, e, um ano depois, na reforma dos Estatutos de tal instituição. Sob esse cenário, o presente trabalho busca investigar as razões políticas por trás dos discursos antijesuítas que duraram até 1774. Além de avaliar, por meio de levantamentos biográficos, a importância que os membros da Junta de Providência Literária tiveram na validação desses mesmos discursos e, por implicação, no reforço à política educacional pombalina.

Palavras-chave: Ilustração Portuguesa, Reformas Pombalinas, Antijesuitismo, Junta de Providência Literária.

ABSTRACT

For over two centuries, the Order of Jesus maintained control of the Portuguese educational institutions, coordinating both the minor studies and university education. However, during the period of the *Enlightenment* in Portugal, the Jesuits have been heavily criticized and opposed, and finally expelled in 1759. Even with the absence of the Order, a deep campaign was boosted by the Minister Sebastião Jose de Carvalho e Melo, Marquis of Pombal. In 1770, the newly created Board of Literary Providence, coordinated by the minister himself, was asked to officially evaluate the supposed state of decay it was in the Portuguese education, especially at the University of Coimbra. The Board's work resulted in the publication in 1771 of the Compendium State Historical University of Coimbra, and a year later, the reform of the Statute of that institution. Under this scenario, this paper investigates the political reasons behind the antijesuitism speeches that lasted until 1774. In addition to assessing, through biographical surveys, the importance that the members of the Board of Providence Literary in the validation of those speeches and, by implication, strengthening the pombal's educational policy.

Keywords: English illustration, Pombal Reform, Antijesuitism, Board of Literary Providence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – LUZES, ABSOLUTISMO ILUSTRADO E VICISSITUDES POMBALINAS	18
1.1 <i>EUROPA E ILUSTRAÇÃO, PARTES INSEPARÁVEIS DE UM MESMO TODO</i>	20
1.2 O <i>CASAMENTO MODERNO</i> ENTRE O CATOLICISMO E AS MONARQUIAS ABSOLUTISTAS.....	26
1.3 LUZES SOBRE O IMPÉRIO PORTUGUÊS.....	32
1.3.1 O terremoto pombalino.....	39
1.3.2 Uma reforma a serviço do Estado.....	45
CAPÍTULO II – SOMBRAS, JESUITISMO E ANTIJESUITISMO EM PORTUGAL	51
2.1 DE PARIS AO MUNDO: A TRAJETÓRIA DO PROJETO JESUÍTICO.....	52
2.2 AS RAÍZES DO ANTIJESUITISMO NO CONTINENTE EUROPEU	60
2.2.1 O <i>Compêndio Histórico</i> e a campanha antijesuítica pombalina	70
2.3 PARA ALÉM DE SOMBRAS E CALÚNIAS.....	77
CAPÍTULO III – NEM TÃO PERTO DAS LUZES, NEM TÃO LONGE DAS SOMBRAS: A ELITE DIRIGENTE POR TRÁS DO DISCURSO ANTIJESUÍTA DO MARQUÊS DE POMBAL	83
3.1 QUANDO A INÉRCIA DA REALEZA SE CONVERTE EM PROTAGONISMO POLÍTICO.....	85
3.1.1 Das estratégias e instituições.....	90
3.2 ENTRE MAGISTRADOS E BISPOS, O CENTRO DE PODER DA MONARQUIA JOSEFINA.....	97

3.2.1 Cardeal da Cunha (1715-1783).....	102
3.2.2 Manuel do Cenáculo (1724-1814).....	107
3.2.3 Francisco de Lemos (1735-1822)	110
3.2.4 João Pereira Ramos (1722-1799).....	114
3.2.5 José de Seabra (1732-1813).....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125

INTRODUÇÃO

Até meados do século XVIII, a Península Ibérica ainda exibia uma Ilustração tímida e um relativo atraso científico, em comparação às outras regiões europeias. Convertendo-se, segundo a opinião do historiador Richard Morse, em mera “consumidora intelectual”¹ dos centros irradiadores das novas ideias. O que contrastava, por outro lado, com a imagem que os ibéricos possuíram dois séculos antes, quando se consagraram como os desbravadores dos mares e conquistadores do Novo Mundo.

No caso específico de Portugal, a propagação de ideias associadas ao movimento ilustrado começou a ganhar corpo ainda na primeira metade do Setecentos. Graças ao incentivo de D. João V (1689-1750), foi possível o ingresso da ciência empírica e da filosofia moderna no Reino. Mas, somente no governo de D. José I (1714-1777), um projeto modernizador veio a se consolidar por meio da administração do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), mais conhecido pela historiografia sob o título nobiliárquico de marquês de Pombal.

O Marquês² empreendeu, durante o reinado Josefino, uma série de reformas que abarcaram amplos setores da sociedade portuguesa, ao mesmo tempo em que procurava centralizar e fortalecer ainda mais o poder régio. O auge do processo se deu com as mudanças empreendidas na educação que, até 1759, era controlada pelos mestres e lentes da maior ordem religiosa do período, a Companhia de Jesus. Vale destacar que no período em que D. José I assumiu o trono português, em 1750, a Ordem já se encontrava imersa em inúmeras disputas envolvendo o clero católico, as monarquias absolutistas e a própria sociedade europeia. Devido a isso, os jesuítas – como eram denominados os

¹ MORSE, M. Richard. **O espelho de próspero**: cultura e ideias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 72.

² Convencionamos neste trabalho utilizar a escrita “marquês de Pombal” quando estivermos nos referindo à pessoa de Sebastião José de Carvalho e Melo, e “Marquês” no caso de não utilizarmos o complemento do título “de Pombal”. De forma semelhante, faremos em relação à Companhia de Jesus. Quando mencionarmos outras ordens religiosas, será utilizada a palavra “ordem” iniciada com letra minúscula. Ao passo que, ao citarmos a Companhia, usaremos “Ordem”, com inicial maiúscula.

membros da Companhia de Jesus – empreendiam esforços para a manutenção de seu *status quo* e de sua influência nos diversos âmbitos em que atuavam, especialmente, nas instituições de ensino.

Em solo português, como referido anteriormente, a Companhia detinha o domínio quase exclusivo sobre os colégios e universidades. O controle converteu-se no pomo da discórdia frente ao projeto reformista de Pombal, que previa a introdução de novas disciplinas de caráter científico, substituindo o controle jesuíta e seu método pedagógico. De fato, a nova política tinha como corolário promover o desenvolvimento português através da ciência,³ o que tornaria necessário afastar aqueles que seriam os responsáveis pelo suposto atraso. Essa disputa entre a Companhia e o Estado luso resultou não somente na expulsão dessa ordem religiosa de Portugal e de seus territórios coloniais, mas em uma campanha massiva contra a influência jesuítica que se faria presente até o ano de 1774. Em suma, após a ascensão de Pombal como ministro e valido do rei,

A eliminação de todas as formas de contestação à autoridade estatal, quaisquer que pudessem ser as suas origens, processou-se com violência fora do comum, envolvendo pessoas, grupos e instituições suspeitos de desafiar de uma maneira ou de outra o poder do Estado.⁴

Exposto brevemente o cenário, é importante assinalar que os objetivos deste trabalho não se voltam especificamente às reformas em si ou suas consequências para a sociedade portuguesa. Nossa investigação se direciona, essencialmente, ao teor antijesuítico do discurso político pombalino, abarcando desde às questões referentes ao ensino luso até o perfil dos homens que produziram e validaram tal discurso. O que podemos adiantar, é que esse grupo de colaboradores compartilhou com Pombal, além de um lugar na elite dirigente do Reino, opiniões semelhantes. Seja no que competia à modernização cautelosa de Portugal ou na completa aversão aos jesuítas.

³ GAUER, Ruth Maria Chittó. **A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p.111.

⁴ FALCON, 1982, p. 374.

Pela proximidade com Pombal e com o rei, D. José I, identificamos esses indivíduos como parte de um lugar privilegiado. Ao mapear suas trajetórias é possível perceber que ocuparam cargos importantes na administração central da Coroa, alcançando, dessa maneira, lugar de destaque na vida pública do século XVIII. Assim, para abordar apropriadamente nosso objeto de estudo, voltamos nossa atenção às discussões sobre a história das elites,⁵ que, conforme o historiador António Manuel Hespanha,

Procura fixar “rostos” individuais. Identificar “indivíduos” antes de lugares institucionais ou antes de posições de classe. [...] E, partindo do princípio de que os motores da história são os indivíduos – e não o direito ou as classes –, e traçar uma geometria dos poderes inter-individuais num certo contexto, procedendo, eventualmente, a uma micromodelização que, eventualmente, até podia adaptar-se a um *lugar*.⁶

Efetivamente, há uma geometria dos poderes, configurada a partir dessas trajetórias individuais, que acreditamos ser mais bem entendida à luz da abordagem conceitual do sociólogo francês Pierre Bourdieu acerca da construção de um *campo político*. Esse *campo* pode ser entendido, segundo o sociólogo, “ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”.⁷ Em outros termos, trata-se de um espaço de relações entre agentes tanto políticos quanto sociais que respeitam, segundo aponta Roger Chartier, determinados princípios e hierarquias enraizados nesse mesmo espaço.⁸ Partindo, assim, dessa concepção, acreditamos que Pombal e seu grupo dirigente nos assuntos políticos e culturais de Portugal conheciam muito bem as “regras” pertencentes ao *campo*.

Procuramos reunir o máximo de informações biográficas desse grupo, os pontos em comum e as particularidades que marcaram as trajetórias

⁵ Acerca dessa temática, ver também: HEINZ, Flávio M. (Org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

⁶ HESPANHA, António Manuel. **Caleidoscópico do antigo regime**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 69, grifo nosso.

⁷ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989, p. 163-164.

⁸ CHARTIER, Roger. **Pierre Bourdieu e a história** – debate com José Sérgio Leite Lopes. Palestra proferida na UFRJ, Rio de Janeiro, 30 abr., 2002. p. 140.

individuais. Construindo, desse modo, uma rede de informações que ajude revelar o lugar que cada um dos indivíduos ocupou e sua importância na montagem e validação do discurso antijesuítico português. No entanto, cabe lembrar que a biografia coletiva – ou a pesquisa prosopográfica – consiste mais em uma técnica de pesquisa do que em uma metodologia terminada em si mesma, ressaltando o próprio Bourdieu que

Não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no que ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.⁹

Definida a abordagem em linhas gerais, cumpro localizar os principais corpos documentais utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa. Para traçar o cenário acerca da Ilustração portuguesa, em particular, no que diz respeito ao ensino, buscamos nos apoiar em obras publicadas em meados do século XVIII e cujos autores em muito contribuíram para os debates da época. Esse é o caso de *Cartas sobre Educação da Mocidade*, de autoria do médico e cristão-novo António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), e do *Verdadeiro Método de Estudar*, produzido pelo padre oratoriano Luís António Verney (1713-1792). Ambas as obras apresentam, de maneira geral, propostas de substituição da metodologia de ensino jesuíta e estão disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional de Portugal.

Dentro dos debates acerca do suposto atraso português e das emergentes necessidades que levaram à modernização do Estado, recorreremos ao *Testamento Político* do diplomata português D. Luís da Cunha (1662-1749), escrito entre 1747-1749 e divulgado somente após sua morte. No corpo do documento, Luís da Cunha descreve para o futuro herdeiro do trono de D. João V a decadência econômica em que se encontrava o Reino e algumas possíveis soluções, segundo suas próprias impressões. Indicando ao príncipe os nomes de certas figuras políticas para os cargos ministeriais de seu reinado, incluindo

⁹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 190.

o futuro marquês de Pombal. O texto integral da obra possui acesso livre na biblioteca virtual do Senado Federal brasileiro.

Com a finalidade de identificar as ações tomadas contra a Companhia na primeira década do governo Josefino, recorreremos a leis, decretos e alvarás, que nos ajudaram a compreender, sob a via legislativa, o contexto luso. Tais documentos estão compilados na *Collecção das leis, decretos, e alvarás*,¹⁰ e estão datados em ordem cronológica do período de 1751 a 1760. Ao lado da documentação referida, procuramos uma fonte que apresentasse, ainda, o discurso oficial pombalino dentro da campanha antijesuítica, impulsionada após 1760. O que foi encontrado no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*,¹¹ publicado em 1771, sob a autoria do marquês de Pombal, do Cardeal da Cunha e de uma Junta de Providência Literária, composta por outros sete Conselheiros nomeados.

A obra teve como finalidade expor o estado em que se encontrava a Universidade de Coimbra, bem como o ensino português em sua totalidade, após a expulsão dos jesuítas de Portugal, traduzindo-se em um importante documento oficial contra a influência inaciana nas questões culturais. Respalado através do uso abundante de cartas, ofícios e outros documentos históricos, o *Compêndio Histórico* foi, como a *Collecção*, organizado de modo cronológico, conduzindo uma investigação que data à chegada dos jesuítas durante o reinado de D. João III (1502-1557). Para este trabalho, foi utilizada a edição mais recente da obra, lançada em 2008 e disponibilizada gratuitamente pela biblioteca *online* de filosofia e cultura LusoSofia.

A partir das fontes até aqui apresentadas foi possível coletar informações que ajudaram a esboçar, ao menos em parte, a trajetória do grupo que estava ao lado de Pombal na construção e sustentação do discurso antijesuítico. Com a

¹⁰ COLLECÇÃO das leis, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado delrei fidelissimo d. José o I. nosso senhor desde o anno de 1750 até o de 1760, e a pragmática do senhor rei d. João o V. do anno de 1749. Tomo I. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Calhardo, 1797.

¹¹ POMBAL, Marquês de; LITERÁRIA, Junta de Providência. **Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e diretores que a reagem pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por eles fabricados (1771)**. Porto: Campo das Letras, 2008.

finalidade de completar parte das lacunas sobre tais personagens, recorreremos desde artigos, dissertações e teses à um conjunto de obras produzidas no século XIX. Entre elas, estão o *Esboço historico-litterario*;¹² *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal*;¹³ e *Plutarco brasileiro*.¹⁴ Todas disponíveis na plataforma *Google Books*.

A título de organização, o presente trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado *Luzes, absolutismo ilustrado e vicissitudes pombalinas*, expõe inicialmente as discussões gerais envolvidas no movimento das *Luzes* pela Europa e o modo como esse se deu nas regiões periféricas do continente, pontuando o papel da educação como instrumento de transformação social e, também, política. Os governos absolutistas que se encaixavam no chamado *absolutismo ilustrado* – conceito que será melhor trabalhado no decorrer do capítulo – possuíam projetos reformistas que compreendiam, ao mesmo tempo, modernização cultural e centralização político-administrativa. Conforme veremos, tais ações reformadoras se iniciaram em Portugal ainda na primeira metade do século XVIII, durante a monarquia de D. João V. Todavia, alcançaram seu auge no reinado seguinte, tendo no marquês de Pombal o principal agente de modernização do Estado.

No segundo capítulo, sob o título *Sombras, jesuitismo e antijesuitismo em Portugal*, buscou-se estabelecer um diálogo inicial entre a trajetória do fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola (1491-1556), e o crescimento da Ordem, apontando a partir disso, os motivos que levaram ao surgimento das primeiras críticas aos jesuítas. Após essa etapa, as discussões se voltam à construção de uma campanha antijesuítica levada a cabo em Portugal mesmo após o afastamento da Companhia, em 1759. Expondo, por fim, que o antijesuitismo português não somente impulsionou a publicação de obras que visavam manchar a imagem dos jesuítas, mas, antes disso, serviu

¹² VEIGA, Manuel Eduardo da Mota. **Esboço historico-litterario da faculdade de theologia da universidade de Coimbra effectuado pelos sabios Estatutos de 1772 / pelo dr. Manuel Eduardo da Motta**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872.

¹³ RIBEIRO, José Silvestre. **Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia**. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1871-1914.

¹⁴ SILVA, João Manuel Pereira da. **Plutarco brasileiro**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847.

como pano de fundo e justificativa para as reformas educacionais idealizadas por Pombal.

Já no terceiro e último capítulo, intitulado *Nem tão perto das luzes, nem tão longe das sombras: a elite dirigente por trás do discurso antijesuíta do marquês de Pombal*, apresentamos, inicialmente, um panorama do processo de centralização político-administrativa conduzido pela Coroa portuguesa desde a subida da família bragantina ao trono. Além de expor alguns dos meios estratégicos e institucionais utilizados para que o rei pudesse coordenar, sem interferências de outros poderes, as vias decisórias da Monarquia. Por meio dessas discussões, tentaremos provar que grande parte dessas estratégias e instituições foram utilizadas por Pombal, mais tarde, a medida que tentava conduzir as reformas do Estado português.

Além disso, neste capítulo tentaremos estabelecer, por meio de levantamentos biográficos, a relação entre a elite dirigente pombalina, formada por indivíduos que ocupavam cargos de destaque na administração central, e a construção do discurso antijesuíta. Buscando mostrar que a força política conferida a esses homens foi capaz de validar e legitimar a campanha impiedosa contra os membros da Companhia de Jesus e, ao mesmo tempo, impulsionar o reformismo pombalino.

CAPÍTULO I
LUZES, ABSOLUTISMO ILUSTRADO E VICISSITUDES
POMBALINAS

Alemanha, início da década de 1780. Período no qual a Europa central vivenciava o que o historiador Robert Darnton denominou de Alto Iluminismo.¹⁵ Momento também em que Immanuel Kant (1724-1804), notório filósofo alemão e um dos expoentes da *Aufklärung*, buscou em uma carta enviada a um jornal berlinense, onde homens das letras tinham o costume de publicar artigos e correspondências sobre temáticas comuns ao período, expor e responder não apenas a certa questão levantada por seus conterrâneos. Mas, do mesmo modo, pela maior parte dos intelectuais de seu tempo. Afinal, “o que é o *Esclarecimento*?”¹⁶ Para Kant, seria a plena libertação do homem da minoridade da qual ele mesmo foi o criador. Minoridade essa que impediria que o mesmo homem pudesse servir-se de seu próprio entendimento sobre o mundo que o cerca. Logo, não nos surpreende que o *sapere aude*¹⁷ passasse a representar um dos principais lemas do que ficou conhecido como o “Século das *Luzes*”.

O preceito de que o conhecimento liberta o homem se insere no que o ensaísta búlgaro Tzvetan Todorov designa como o princípio da *autonomia*, sendo esse apontado como um dos pilares do pensamento ilustrado.¹⁸ Neste capítulo, porém, nossos olhares em direção às *Luzes* não estarão restritos apenas em seus aspectos gerais, mas em suas nuances sobre outras regiões europeias, a destacar, Portugal. Sob a gerência do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, o Estado português pôde se modernizar dentro dos aspectos de uma Reforma do Estado direcionada sobretudo através de reformas no ensino, controlado até então por ordens religiosas.

¹⁵ Termo utilizado pelo historiador Robert Darnton para designar o período pré-revolucionário, no qual as produções intelectuais e literárias da Ilustração se encontravam em seu auge. Cf. DARNTON, Robert. **Boêmia literária e revolução**: o submundo das letras no antigo regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁶ Cf. KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é o “esclarecimento”? {“Auklarüng”} In: _____. **Textos seletos**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 100-117.

¹⁷ Expressão utilizada por Kant e atribuída, originalmente, ao poeta latino Horácio (65 a.C – 8 a.C), cuja tradução literal seria o mesmo que “ouse saber”.

¹⁸ TODOROV, Tzvetan. **O espírito das luzes**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2008, p. 17.

1.1 EUROPA E ILUSTRAÇÃO, PARTES INSEPARÁVEIS DE UM MESMO TODO¹⁹

Como visto, em linhas gerais, o Iluminismo ou *Ilustração*²⁰ profetizava o surgimento de um novo indivíduo. Que, nascido no seio de uma sociedade burguesa em constante transformação, reivindicaria o direito natural e passaria a questionar de frente a tradição, imbuída de velhos postulados e discursos legitimados pela voz da autoridade. É o que afirma o historiador da História dos Conceitos, Reinhart Koselleck, ao elucidar que essa sociedade que “se desenvolveu no século XVIII entendia-se como um mundo novo: reclamava intelectualmente o mundo inteiro e negava o mundo antigo”.²¹ Tanto pensadores quanto instituições que corporificavam esse mundo antigo, sejam elas eclesiásticas ou civis, tornaram-se alvos de severas e sucessivas críticas dos filósofos das *Luzes*.

Compete ressaltar, no entanto, que a paixão pelo novo e aversão a tudo que buscasse manter um determinado *status quo*, não foram características comuns em todo o continente europeu. Muito menos uma exclusividade do século XVIII. As longas discussões entre os que se intitulavam *modernos* e os que eram acusados de *antigos* remetem a períodos anteriores.²² Todavia, foi durante as *Luzes* que os debates e impasses epistemológicos provenientes dos séculos XVI e XVII adquiriram novas nuances e resoluções no paladar de uma plateia seleta, de feições universalistas, e frequentadora assídua do tribunal da razão. Em outros termos, destaca o ensaísta búlgaro Tzvetan Todorov, os ingredientes manipulados no interior desse laboratório de ideias setecentista são “antigos, no entanto, sua combinação é nova”. E para além

¹⁹ Frase extraída do capítulo “A Ilustração e sua época”, situado em: FALCON, Francisco Calazans. **A época pombalina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982, p. 92.

²⁰ Em razão de nossas leituras de apoio, debates realizados ao longo da produção deste trabalho e do instrumental teórico, escolhemos utilizar no lugar da nomenclatura “Iluminismo” a sua variante ibérica “Ilustração”, bem como os seus derivados (ex: movimento ilustrado, pensadores ilustrados, etc.).

²¹ KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Tradução: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999, p. 09.

²² Cf. DEJEAN, Joan. **Antigos contra modernos**: as guerras culturais e a construção de um fin de siècle. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

dessa originalidade hermenêutica, continua ele, “é no momento das *Luzes* que essas ideias saem dos livros para passar ao mundo real”.²³ Concedendo, assim, a cada saber uma determinada finalidade.

Concomitante a esse movimento intelectual, que abrangia, essencialmente, os campos filosófico e científico, urgiu entre a elite ilustrada o desejo de reunir e universalizar todo o conhecimento até então acumulado. Tal ânsia em “colocá-lo em circulação o mais amplamente possível”,²⁴ aliada às consequências positivas da *vital revolution*,²⁵ impulsionou uma verdadeira revolução na indústria tipográfica e alimentou um enorme e lucrativo negócio ao longo do século XVIII.²⁶ Não tardando para que se popularizassem as produções de compêndios, enciclopédias e dicionários em geral. Densas obras que, no intuito de facilitar as vendas e suprir a crescente demanda de leitores, eram divididas em vários volumes e publicadas periodicamente.²⁷ Obras que, segundo Hans Gumbrecht, representavam

A expectativa utópica de que um dia o conhecimento sobre o mundo seria total, e esse conhecimento total seria o ponto de partida para criar novas instituições sociais e políticas perfeitamente adaptadas às necessidades da humanidade.²⁸

Ao colocarmos à prova esse comércio livreiro em franco desenvolvimento e a asserção de que “os filósofos de diferentes regiões se correspondiam entre si, estabelecendo uma rede de influências, pautada na discussão e na troca de

²³ TODOROV, 2008, p. 14.

²⁴ GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p. 57.

²⁵ Empregado por Pierre Chaunu, o termo “revolução vital” pode ser compreendido como um fenômeno que atingiu profundamente as sociedades setecentistas, sobretudo na Europa ocidental e China, onde se notabilizou um amplo crescimento das populações e no número de pessoas letradas. Ainda segundo autor, muito se deu em decorrência do aperfeiçoamento das técnicas de produção agrícola e do aumento do poder aquisitivo da classe burguesa. Cf. CHAUNU, Pierre. **A civilização da Europa das luzes**. Vol. I. Tradução Manuel João Gomes. Lisboa; Editorial Estampa 1985.

²⁶ Cf. DARNTON, Robert. **O Iluminismo como negócio**: a história da publicação da enciclopédia (1775-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁷ Como foi o caso da célebre *Encyclopédie*. Tal obra, organizada pelos filósofos franceses Jean D’Alembert (1717-1783) e Denis Diderot (1713-1784) e com participação de outros intelectuais do período, foi publicada periodicamente entre os anos de 1751 e 1780, compilando mais de 70.000 verbetes em seus 35 volumes.

²⁸ GUMBRECHT, 2010, p. 57.

pontos de vista, muitas vezes, distintos e até antagônicos”,²⁹ podemos estimar que havia uma quantidade considerável de saberes à disposição dos membros da “República das Letras”. Mas o que fazer diante de todo esse conhecimento? Como levá-lo à prática, auxiliando na execução dos diversos projetos das *Luzes*? A resposta para tais questões ganharia entre a elite intelectual europeia um denominador comum: a educação.

A historiografia recente³⁰ aponta que a chave para compreender a Ilustração se encontra muito mais em seus particularismos do que em suas características gerais, visto que o mesmo movimento não se desenvolveu de maneira igual em todas as regiões da Europa nem obteve os mesmos resultados. Apesar disso, nos interessa frisar que o discurso de transformação do indivíduo, da sociedade e do próprio Estado é uníssono entre os reformistas do século XVIII. Nele, a educação é evocada como o único instrumento capaz de preparar e instruir o novo homem a “cumprir as funções públicas, superar os preconceitos e governar-se pela própria razão”.³¹

O que justifica o expressivo volume de ensaios e manuais com teor pedagógico desse período, a exemplo dos franceses *Emílio* (1762), de Jean-Jacques Rousseau e *Cinco memórias sobre a instrução pública* (1791), do marquês de Condorcet. Ou ainda, dos portugueses *Verdadeiro método de estudar* (1746) de António Verney e *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760), de Ribeiro Sanches – que retornarão em outro momento deste capítulo. Obras escritas em momentos e lugares distintos sob propósitos específicos, mas que compartilhavam a mesma vontade de substituição do método tradicional de ensino.

²⁹ CARVALHO, Flávio Rey de. **Um iluminismo português?** a reforma da Universidade de Coimbra de 1772. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2007, p. 15.

³⁰ Neste trecho, em particular, estamos nos posicionando de forma contrária aos trabalhos de Ernst Cassirer (1994) e Paul Hazard (1989), que tendiam a uma visão monolítica sobre a Ilustração, analisando-a como um movimento uniforme e negligenciando suas nuances e complexidades. Sendo assim, no intuito de refutar a posição desses autores, nos pautamos nas teses mais recentes de Pierre Chaunu (1985) e Robert Darnton (2005), que caminham para um revisionismo acerca da Ilustração e do próprio conceito de Modernidade.

³¹ FORTES, Renivaldo Oliveira. **Educação e instrução pública:** considerações de Condorcet. In: **Revista Travessias** (online), v. Ed. 10, 2010, p. 396.

“A educação”, escreveu o próprio Condorcet (1743-1794), “se a considerarmos em toda a sua extensão, não se limita apenas à instrução positiva, ao ensino das verdades de fato e de cálculo, mas abarca todas as opiniões, morais e religiosas”,³² o que reafirma a profundidade que uma reforma educacional poderia alcançar na formação do indivíduo.

Porém, ao nos deslocarmos do campo das ideias e olharmos em direção à realidade, é possível constatarmos que até meados do século XVIII não havia ainda em Portugal, por exemplo, “um sistema escolar orgânico e centralizado”, sendo a maior parte das instituições de ensino administradas por ordens religiosas ligadas à Santa Sé.³³ A Companhia de Jesus, cujo raio de influência se estendia desde o continente americano ao extremo oriente, havia sido a ordem que mais obteve destaque entre as demais na questão pedagógica. Não é por acaso que, não apenas a Europa, mas todo o mundo católico entre 1570 e 1760, fosse ilustrado pelo jesuíta e pesquisador norte-americano William Bangert como “um grande colégio jesuítico”.³⁴

Sendo a educação uma tarefa ministrada, principalmente, por autoridades eclesiásticas e guiada pelos ditames da moral cristã, o pensamento ilustrado se viu diante de um significativo obstáculo na execução de seus propósitos. Tão cedo, tornaram-se frequentes entre a comunidade intelectual debates envolvendo temáticas como *secularização* e *laicização*. O que competiria mais tarde ao rei, como regedor máximo do Estado, assumir a frente do processo de formação e instrução de seus súditos.³⁵

Oposto ao que pode parecer à primeira vista, as monarquias absolutistas não estiveram a salvo das discussões levantadas pelos *philosophes* setecentistas. De acordo com Koselleck, foi a partir do próprio Absolutismo que a Ilustração emergiu, revelando-se uma de suas principais consequências.³⁶ Em uma

³² CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, Marquês de (1743-1794). **Cinco memórias sobre a instrução pública**. Tradução e apresentação: Maria das Graças de Souza. São Paulo: UNESP, 2008, p. 45.

³³ CAMBI, Francisco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999, p. 331.

³⁴ BANGERT, William V. **História da companhia de Jesus**. São Paulo: Loyola, 1985, p. 518.

³⁵ FORTES, 2010, p. 395.

³⁶ KOSELLECK, 1999, p. 19.

análise do caso francês, o historiador Marcos Antônio Lopes nos esclarece que já no reinado de Luís XIV começa a se desenhar um cenário que resultaria, anos depois, em críticas ao Antigo Regime:

A partir de seu mecenato, Luís XIV alimentou involuntariamente as forças desintegradoras do ideário absolutista que permeou a atmosfera intelectual e religiosa de sua época. O mecenato do rei criou um ambiente crítico propício ao surgimento de ideias contrárias ao próprio regime político que ele tentou proteger com as suas iniciativas no campo da literatura e das artes.³⁷

Por outro lado, cabe frisar, a relação de interesses muito bem delimitados entre os ditos ilustrados e o monarca também fora determinante para o caráter reformista que as *Luzes* tiveram em sua origem.

A maioria dos pensadores desse período, sejam eles oriundos da aristocracia como o Barão de Montesquieu (1689-1755), ou da alta burguesia como Voltaire (1694-1778), possuíam grande temor à desordem e ao caos que um processo revolucionário pudesse desencadear. *Grosso modo*, acreditavam que uma guerra civil afastaria os indivíduos das reformas necessárias para a verdadeira transformação da sociedade. Na carta redigida por Kant e referenciada no início deste capítulo, é possível observar esse mesmo receio, onde em tom de alerta o filósofo revela que “uma revolução poderá talvez causar a queda do despotismo pessoal ou de uma opressão cúpida e ambiciosa, mas não estará jamais na origem de uma verdadeira reforma da maneira de pensar”.³⁸

Quanto à postura revolucionária, da qual a Ilustração foi reconhecida pelas gerações ulteriores, essa ganha cores e contornos na região central da Europa somente a partir de 1780, momento em que as diretrizes do movimento passaram a divergir daquilo que foi pensado, inicialmente, por seus idealizadores.³⁹ Já nas áreas periféricas do continente – em reinos como o de Portugal, Espanha, Áustria e Nápoles –, os laços inquebrantáveis com o catolicismo e a classe burguesa diminuta ajudariam a manter a postura

³⁷ LOPES, Marcos Antônio. **O imaginário da realeza**: cultura política ao tempo do absolutismo. Londrina: Eduel, 2012, p. 121.

³⁸ KANT, 1985, p. 104.

³⁹ ATALLAH, Cláudia Cristina A. **Luis Antônio Verney e as reformas culturais portuguesas**: uma questão pedagógica. Vértices (Campos dos Goitacazes), v. 8, 2007, p. 56.

reformista. Além de desviar o epicentro intelectual para funcionários ligados diretamente à administração da monarquia.⁴⁰ Logo, essas ações guiadas unicamente pelos reis e seus ministros mais influentes com objetivo de “pôr em prática certos princípios da Ilustração, sem abrir mão, é claro, do próprio absolutismo”⁴¹ ganhariam ares de governabilidade e dariam origem à prática daquilo que se convencionou denominar *despotismo esclarecido*.

Sobre o uso do termo *despotismo esclarecido* pelos historiadores, o estudioso Gustave Gusdorf assinala que, apesar de ter sido comum durante as *Luzes*, tal denominação possui uma grave “contradição nos seus termos, pois um déspota não poderia, por definição, ser esclarecido”.⁴² Para não cairmos em semelhante contradição, optamos neste trabalho pela expressão *absolutismo ilustrado*⁴³ utilizada por Francisco Falcon e que acreditamos estar mais adequada ao tratar desse fenômeno político do século XVIII.

Por fim, devemos ainda salientar – sem que para isso nos afastemos da concepção que nega a existência de uma Ilustração una – o alavancar de um modelo de superioridade das sociedades europeias para com o resto do globo. O que, inclusive, teve profundo impacto nos discursos modernizantes dos países antes mencionados, em especial, na península ibérica. Esse arquétipo concederia certo aspecto de unidade à comunidade intelectual e às reformas

⁴⁰ “Es, por tanto, ilusorio buscar, como se hace a veces, los prolegómenos de la revolución en la modernidad de las ideas o de las medidas de reforma social de la época de la Ilustración. Una buena parte de las élites modernas de finales del XVIII era a la vez ilustrada y profundamente adicta a un absolutismo que constituía para ellas el instrumento fundamental de las reformas. Así se explica que los altos funcionarios reales fuesen a menudo en el mundo hispánico – y portugués – los principales agentes, no sólo de la modernización administrativa, sino también de las nuevas ideas.” GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independencias**: ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: Fondo de Cultura Económica-Mapfre, 1992, p. 26.

⁴¹ FALCON, Francisco Jos é Calazans. **Despotismo esclarecido**. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 13.

⁴² GUSDORF, Gustave. **Les principes de la pensée au siècle des lumières**. Paris: Payot, 1971, p. 55.

⁴³ “*Despotismo esclarecido* ou *governo ilustrado* são expressões que remetem a uma forma particular do próprio absolutismo – daí ser mais exato falarmos em *absolutismo ilustrado*. Trata-se de analisar as relações específicas entre os Estados absolutistas e a ideologia política ilustrada, tanto no nível das ideias quanto no terreno das práticas.” FALCON, 1986, p.10. Em outras obras, Falcon também emprega a expressão *reformismo ilustrado* no lugar de *absolutismo ilustrado*, fazendo ressalvas de que ambos os usos estariam adequados.

políticas; “uma consciência europeia, supranacional”,⁴⁴ tornando a *Europa* não apenas uma parte inseparável da própria *Ilustração*, mas um conceito frequentemente correlacionado ao mito setecentista de progresso.⁴⁵

1.2 O CASAMENTO MODERNO ENTRE O CATOLICISMO E AS MONARQUIAS ABSOLUTISTAS

No âmbito da cultura europeia ocidental definiu-se uma Ilustração típica dos países católicos, que procurou limitar o poder jurisdicional da Igreja, defender o espírito laico, renovar a atitude científica, propagar as reformas sociais e políticas, proteger a indústria e comércio, levantar o nível da população. Uma Ilustração que pactuou com o Catolicismo – não apenas fé, mas principalmente visão de mundo – e se expressou em reformismo e pedagogismo.⁴⁶

A antiga e sólida aliança entre Estado e Igreja são características centrais para a compreensão do alvorecer da modernidade em reinos de tradição católica, como é o caso de Portugal. Segundo analisa António Manuel Hespanha,

[...] estamos – pelo menos no Sul da Europa – perante uma sociedade “integradora”, em que se visa uma direcção integral da vida pela moral cristã; e em que, portanto, os actos mais mínimos e mais íntimos estão detalhadamente regulados. Este ambiente integrador explica também a influência da teologia sobre outros universos normativos, nomeadamente, sobre o direito temporal e sobre a política.⁴⁷

⁴⁴ FALCON, 1982, p. 93.

⁴⁵ Chamamos aqui atenção para os estudos do historiador português José Eduardo Franco acerca da presença e do uso político do termo *Europa* nas reformas pombalinas no ensino luso na segunda metade do século XVIII. Na interpretação de Franco, “o discurso sobre a Europa, isto é, sobre uma ideia de Europa revestida do mito iluminista de progresso, foi explorado para fazer a crítica ao chamado velho sistema obscurantista de ensino, dito jesuítico, e para defender propagandisticamente um novo modelo pautado pelos parâmetros de contornos utópicos típico do racionalismo das Luzes.” FRANCO, José Eduardo. A ideia de Europa nas reformas pombalinas da educação. In: **Anais do VI congresso luso-brasileiro de história da educação**. Uberlândia, 2006a, p. 6543. Disponível em: http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/590jose_eduardo_franco.pdf. Acesso: 12 de março de 2015.

⁴⁶ SIQUEIRA, Sonia. A inquisição e o inquisidor no outono da modernidade. In: **Saeculum – Revista de História**, ano 19, n. 30 (2014). João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, jan./jun, 2014, p. 144.

⁴⁷ HESPANHA, António Manuel. Portugal e a Europa na época moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. 2. ed. Bauru: EDUSC/São Paulo: UNESP/ Portugal, PO: Instituto Camões, 2001, p. 125.

Destarte, há que se considerar que as propostas de modernização na gestão política não implicaram, nessas regiões, numa ruptura com a influência do catolicismo. Sobre essa questão, explica Francisco Falcon que se tratou de “uma era caracterizada pela busca de renovação possível – sem o repúdio da tradição e o entusiasmo pela inovação típicos da Ilustração política que então crescia em França”.⁴⁸ E que tal renovação, como veremos posteriormente, atingiria também diretamente as relações com a Santa Sé.

De maneira geral, a necessidade de mudança não partia de um pressuposto antirreligioso, mas anticlerical.⁴⁹ Os defensores da escolástica⁵⁰ deveriam ser combatidos e a liturgia renovada. Bem como as línguas vernáculas deveriam tomar seus lugares de destaque não apenas no foro secular, como também no eclesiástico. Assim, observa-se que esse movimento apresentou convergências com as *Luzes* sem deixar, apesar disso, de forjar nuances próprias. Visando proteger a religião, tida como a “base da felicidade pública”, obras de pensadores considerados icônicos pela Ilustração e que, de alguma forma, pudessem “introduzir ou a hipocrisia ou o entusiasmo ou o fanatismo”⁵¹ foram proibidas.

Desde os estudos realizados por Luís Cabral de Moncada, durante a década de 1940 e 1950, assim como nas pesquisas realizadas pelo historiador Flávio Rey de Carvalho, mais recentemente, avalia-se que o movimento ilustrado “nos países católicos, e particularmente na Itália, Espanha e Portugal, menos adiantados na emancipação do pensamento moderno, manifestou-se [...] de

⁴⁸ FALCON, 1986, p. 23.

⁴⁹ SANTOS, Cândido dos. Matrizes do iluminismo católico da época pombalina. In: **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 951.

⁵⁰ “Ao nos referirmos à escolástica, estamos nos referindo ao método de ensino teológico e filosófico desenvolvido nos primórdios da universidade durante a Idade Média, entre os séculos IX e XVII. [...] Os escolásticos procuravam conciliar os ensinamentos da doutrina cristã com o platonismo e o aristotelismo. Esse termo não significa exclusivamente filosofia medieval nem religiosa. É um método de produção de conhecimento fundado na disputa, no confronto de perspectivas visando respostas sustentadas na razão.” SANTOS, Ivanaldo. A linguagem na escolástica medieval. In: **Mirabilia** (online), v. 16, 2013, p. 136. Disponível em: http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2013_01_07_0.pdf. Acesso em: 13 de janeiro de 2016.

⁵¹ SANTOS, 2004, p. 952.

uma maneira diversa”.⁵² Regiões que não apenas por uma questão geográfica, mas, principalmente, por escolha própria, não viam motivos emergenciais para aderir à reforma, permanecendo fiel ao catolicismo.⁵³ Essa *Ilustração Católica*, com seu teor moderado e significativo respeito à fé e a tradição, apesar das medidas voltadas à secularização do Estado, não pretendeu afastar da vida cívica os ideais religiosos. Ainda de acordo com Moncada, em Portugal,

Muito mais do que se passa com outros países, as ideias filosóficas e particularmente as filosófico-jurídicas, em lugar de comandarem e dirigirem a realidade, foram, as mais das vezes, quase sempre, ditadas pelas necessidades de ação, impostas pela vida e pelas exigências da emoção sobretudo religiosa.⁵⁴

Para melhor entender os tons desse movimento em solo português, assim como o diálogo entre os lugares que compartilhavam tal ideário, tomamos como ponto de partida das análises do historiador português Cândido dos Santos. Para quem o movimento engendrado ainda no governo Joanino e acelerado através das ações pombalinas jamais deve ser visto sob o prisma de um fenômeno endógeno.⁵⁵ Seus modelos intelectuais e inspirações vinham do exterior. E dentre eles, o autor aponta para três grandes matrizes que estiveram na base ideológica da Ilustração em Portugal: uma de origem *francesa*, outra *germânica* e, por último, uma *italiana*.

Da matriz francesa – predominante entre os teólogos e pensadores portugueses, apesar da alta restrição dos textos ilustrados de Voltaire, Diderot e outros filósofos – destaca-se a influência de um Galicanismo *político*, movido pelo pensamento do teólogo João Gerson (1363-1429). Tal vertente do Galicanismo abrangeu teorias que discutiam desde a constituição e jurisdição dos poderes temporal e espiritual à criação de uma Igreja nacional. Buscou-se reforçar a hegemonia do Estado sobre a Igreja, que, por sua vez, estaria sujeita

⁵² MONCADA apud CARVALHO, 2007, p. 20.

⁵³ Cf. DOMINGUES, Beatriz Helena. O medieval e o moderno na colonização ibérica. In: **49 Congresso de Americanistas**, 1998, Quito, Equador. Anais do 49 Congresso de Americanistas, 1997, p. 196.

⁵⁴ MONCADA, Luís Cabral de. **Estudos filosóficos e históricos**. 2 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1958-1959, p. 247.

⁵⁵ SANTOS, 2004, p. 952.

às deliberações do rei. Quanto à autoridade do Pontífice, a mesma ficaria restrita “às determinações dos Concílios Gerais”.⁵⁶

Todavia, o Galicanismo não veio a ser uma exclusividade dos franceses. Por intermédio dos debates levantados pelo belga Bernard van Espen (1646-1728) engendrou-se uma variante *episcopal* do movimento. As contribuições de Van Espen se restringiam à defesa de um *conciliarismo* semelhante ao que se discutia em França, onde o poder da Igreja estaria nos Concílios e não na figura do Bispo de Roma.⁵⁷ Porém, foi por meio de um de seus alunos mais brilhantes, Nikolaus von Hontheim (1701-1790), que o *conciliarismo* de Van Espen atingiu seu auge. Sob o pseudônimo de Justinus Febronius, deferiu críticas radicais acerca da postura quase monárquica assumida pelos líderes eclesiásticos, de modo que, em pouco tempo, seus escritos foram acrescentados ao *Index*.⁵⁸

Além do Febronianismo, como ficou reconhecido o movimento teológico iniciado por Febronius na Alemanha, a matriz *germânica* seria ainda composta pelas ações político-religiosas do rei José II de Áustria (1741-1790) na tentativa de “criar uma Igreja autónoma, em comunicação com a Santa Sé mas dependente da autoridade suprema do soberano temporal”.⁵⁹ Em um período, em que se questionavam com mais frequência os poderes da Igreja frente à expansão dos projetos absolutistas dos reis, o Josefismo logo ganharia significativa proeminência no cenário europeu. Essa prática ecoaria para além da Corte em Viena, e receberia, no caso dos países ibéricos, uma versão própria: o Regalismo.

⁵⁶ SANTOS, Cândido dos. Antônio Pereira de Figueiredo, Pombal e a aufklärung. In: **Revista de História das Ideias**, vol. 4 – tomo 1, 1982, p. 168.

⁵⁷ SILVA, Carlos Antônio da. **Para uma compreensão não absolutista do poder primacial: revendo os fundamentos da Pastor æternus**. 2013. 133f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013, p.13.

⁵⁸ O *Index Librorum Prohibitorum*, traduzido de forma literal como “Índice de Livros Proibidos”, consistiu em uma extensa lista de obras censuradas pela Igreja Católica. Criado no início do século XVI e confirmado pelo Concílio de Trento, em 1546, o *Index* serviu como instrumento para os encargos da Contrarreforma, proibindo a propagação de quaisquer livros cujo conteúdo representasse ou defendesse alguma forma de heresia. Mais detalhes, cf. DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da reforma**. São Paulo: Editora Pioneira, 1989.

⁵⁹ SANTOS, 1982, p. 169.

Análoga à política do monarca austríaco, o Regalismo reivindicaria a reformulação do *contrato de matrimônio* entre a Santa Sé e o governante temporal. Não se tratando de um *divórcio*, como convém observar, mas, de uma amplificação do poder régio em detrimento da limitação do campo de atuação do clero sob as leis civis do Estado.⁶⁰

Dentre os defensores da prática regalista em solo português e responsáveis pela base teológica do governo pombalino, destacam-se o doutor em Cânones João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (1722-1799) e o teólogo e padre oratoriano António Pereira de Figueiredo (1725-1797), importante personagem também na divulgação do pensamento de Gerson e Febronius em Portugal. Ao marquês de Pombal, de quem era próximo, o padre Figueiredo dedicou o *Compêndio dos escritos e doutrina do veneravel João Gerson* (1769), além de ter incentivado a publicação do generoso resumo da obra de Febronius intitulado *Do Estado da Igreja e poder legítimo do Pontífice Romano* (1770). Ao tratar sobre esse assunto, Kenneth Maxwell comenta que tanto João Pereira Ramos quanto António de Figueiredo “forneceram a justificativa para as reivindicações seculares nos assuntos da Igreja e para a captura, pelo Estado, da jurisdição antes atribuída ao domínio espiritual”.⁶¹

Santos destaca também a influência dos italianos António Genovesi (1713-1750) e Luís Muratori (1672-1750) nos arranjos da Ilustração lusa, integrando, assim, uma última matriz. De suas formulações, os homens ilustrados de Portugal tomaram como inspiração as críticas relacionadas ao método escolástico, adotando em seu lugar o método experimental nas ciências definido pelos ingleses. De fato, apesar da grande influência de autores italianos e franceses na mentalidade ibérica, o historiador Jonathan Israel sinaliza que o fator decisivo na construção tanto da Ilustração portuguesa quanto da espanhola, no que condiz ao ensino e às ciências, foi a propagação do empirismo inglês, sobretudo, nos meios eclesiásticos:

⁶⁰ CASTRO, Zília Osório de. Antecedentes do regalismo pombalino: O Padre José Clemente. In: **Estudos em homenagem a João Francisco Marques**: Vol. VI. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 323.

⁶¹ MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 102.

Ideias estrangeiras se imiscuíram no mundo da língua espanhola e portuguesa desde os primeiros estágios, vindo, basicamente, de Nápoles, Roma e do sul da França, mas a característica decisiva e também incomum na Espanha e em Portugal era, virtualmente, [...] o esmagador triunfo do empirismo inglês em uma extensão sem equivalente em outros lugares.⁶²

No *Verdadeiro Método de Estudar*, citado quando tratamos acerca do pedagogismo das *Luzes*, nota-se claramente a influência de Locke e Bacon. Luís António Verney (1713-1792), intelectual português, padre e membro da Congregação do Oratório,⁶³ escreveu as 16 cartas do *Verdadeiro Método* e as compilou em dois tomos, tendo a primeira edição publicada em 1746, no reino italiano de Nápoles – onde decidiu residir desde os 23 anos – e em 1747, em Valença, no norte de Portugal. Ao comentar sobre o padre oratoriano, Falcon destaca que,

A partir de Verney, o reformismo ilustrado, apoiado no otimismo jurídico que o caracteriza, entra na ordem do dia. A secularização constitui seu traço dominante. A fé no progresso, a ênfase dada à razão e a crença no poder quase mágico das “Luzes” complementam o ideário. [...] Afirma-se, logo de início, o papel instrumental da educação mostrando-se o quão ela é decisiva para a elaboração das próprias maneiras de pensar e, conseqüentemente, para toda e qualquer mudança da mentalidade dominante.⁶⁴

Não se pode ignorar, no entanto, que a maior parte das ideias inglesas chegaram a Verney por meio das interlocuções com o padre Muratori,⁶⁵ com quem o oratoriano trocou inúmeras correspondências. Efetivamente, o *Verdadeiro Método* se tornou um marco da luta contra a metodologia adotada nas escolas e universidades do Reino pelos jesuítas.

⁶² ISRAEL, Jonathan I. O drama intelectual na Espanha e em Portugal. In: **Iluminismo radical: a filosofia e a construção da modernidade**. Trad. Cláudio Blanc. São Paulo: Madras, 2009, p. 577.

⁶³ Inspirada nas Ordens Oratorianas de São Filipe Néri (1515-1595) e de Pierre de Bérulle (1515-1629), a Congregação do Oratório surgiu em Portugal através do padre Bartolomeu de Quental (1627-1698), em 1668, ainda sob a conjuntura de consolidação da dinastia de Bragança no poder. Contudo, os Oratorianos portugueses só vieram a adquirir expressivo prestígio e destaque a partir do reinado de D. João V, quando suas ações pedagógicas passaram a ser vislumbradas como uma via alternativa ao ensino jesuíta. MARQUES, Adílio Jorge. **O iluminismo no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Sapere, 2012, p. 46.

⁶⁴ FALCON, 1982, p. 364.

⁶⁵ MERLO, Patrícia M. S. A obra de Luís António Verney: aspectos da ilustração portuguesa. In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S.; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Org.). **Memórias, traumas e rupturas**. Vitória: LHPL/UFES, 2013, p. 06.

Devemos considerar, ainda, que as críticas não foram exclusividade de padres e teólogos portugueses. D. Luís da Cunha (1662-1749) e Alexandre de Gusmão (1695-1753), importantes diplomatas de D. João V, dirigiram “uma série de críticas à sociedade portuguesa, defendendo um conjunto de reformas políticas, sociais, econômicas e culturais”⁶⁶ e representaram ainda no reinado Joanino as tentativas de Portugal de se atualizar com o Século das *Luzes*.⁶⁷

Segundo o pesquisador Jorge Adílio Marques, em termos da cultura Ilustrada propriamente dita, a administração de D. João V delimitaria o nascimento das *Luzes* em solo português, cujo apogeu se deu ao longo dos anos que compuseram o período Josefino.⁶⁸ Vejamos então, em linhas gerais, o transcurso desse período e suas conexões com as reflexões e reformas ilustradas.

1.3 LUZES SOBRE O IMPÉRIO PORTUGUÊS

Frequentemente lembrado pela opulência, afirmação do absolutismo e a grande devoção ao Divino, o reinado do *Fidelíssimo*⁶⁹ nem sempre foi tão apreciado pela historiografia portuguesa. A conhecida Geração de 1870 proferiu nas vozes de autores como Antero de Quental (1842-1891), Teófilo Braga (1843-1924), Oliveira Martins (1845-1894) e Eça de Queiroz (1845-1900) austeras críticas à monarquia barroca de D. João V, caracterizando-o

⁶⁶ CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. Imagens de Portugal setecentista: textos de estrangeirados e viajantes. In: **Penélope** (Revista de História e Ciências Sociais), n. 22. Lisboa: Celta, 2000, p. 75.

⁶⁷ Como é ainda reforçado por João Paulo Martins, “durante o período joanino, de fato, iniciou-se uma política de subsídios para a educação de jovens lusitanos em academias e universidades do resto da Europa, uma política que foi mantida pelo Estado português até o fim do Antigo Regime. Tais portugueses formados no exterior, que em muitos casos nem voltaram à pátria, ficaram conhecidos como *estrangeirados* e foram muito importantes na manutenção de Portugal em contato com o conhecimento que se produzia alhures.” MARTINS, João Paulo. **Política e história no reformismo ilustrado pombalino (1750-1777)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2008, p. 65.

⁶⁸ MARQUES, 2012, p. 33.

⁶⁹ Honraria concedida à D. João V pelo papa Bento XIV em 1748, ano em que Portugal e Roma reataram as relações diplomáticas rompidas desde 1728.

pejorativamente pelos adjetivos “luxurioso, tirânico e soberbo”⁷⁰ e inserindo-o na órbita do que se acertou chamar de *decadentismo*.⁷¹

Não obstante, a visão negativa acerca do Antigo Regime em Portugal sob a autoridade Joanina, que predominou até o primeiro quartel do século XX, seria um erro não apontar as contribuições de D. João V para a modernização do Reino. Mais que isso, cabe avaliar seu governo em diálogo com a prática do já referido *absolutismo ilustrado*. Segundo a historiadora Maria do Rosário Barata, o período:

Considerado a época áurea do absolutismo em Portugal, teria correspondido a uma visão imperial que pôs ao serviço da ação mecenática nas artes e na cultura os ingressos das riquezas ultramarinas em que largamente contribuiu o ouro do Brasil, a partir de 1697.⁷²

Filho de Pedro II, o Pacífico (1648-1706) e de Maria Sofia de Neuburgo (1666-1699), sua segunda esposa, o reinado de D. João V se iniciou em janeiro de 1707, se prolongando até 1750.

A imensurável quantidade de ouro extraída na América portuguesa e embarcada em direção à Lisboa marcaria de forma incontestável a postura e as ações desse monarca português. Com os cofres abastados graças às minas do Brasil, a estabilidade do vasto Império estava garantida.⁷³ Logo, não pairava sobre os ombros de D. João V a mesma preocupação que seus antepassados

⁷⁰ OLIVEIRA, Ricardo de. **As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII**. Varia História (UFMG. Impresso), v. 26, 2010, p. 120.

⁷¹ “Expressão de uma atitude característica do século XIX que foi protagonizada pelos homens da Geração de 70, embora não lhes fosse exclusiva. Com efeito, em vários momentos do referido século prolongando-se pelas duas primeiras décadas do século XX manifestou-se esta tendência em Portugal.” GARCIA, José Manuel. **Dicionário essencial da história de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 2010, p.106. Acrescenta-se também o fato de que esses intelectuais viam o passado de Portugal com tons negativos e envolto em uma nebulosa de falhas e desvios. Cujas causas, em sua maioria, eram associadas à poderosa influência que o catolicismo exerceu sobre a Península Ibérica.

⁷² BARATA, Maria do Rosário Themudo. Portugal e a Europa na época moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. 2. ed. Bauru: EDUSC/São Paulo: UNESP/Portugal, PO: Instituto Camões, 2001, p. 195-196.

⁷³ BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 170-171.

tiveram desde a Restauração em 1640 e a subsequente ascensão da Casa de Bragança ao poder.

Na verdade, de meados dos Seiscentos até os primeiros anos da monarquia Joanina, os reis bragantinos se envolveram em longas guerras e assinaram tratados políticos e econômicos, muitas vezes desiguais. Realizaram o que estava ao seu alcance para reconquistar os territórios perdidos durante a União Ibérica (1580-1640) e, ao mesmo tempo, assegurar a conservação de Portugal diante dos escassos recursos financeiros. Todavia, com a dinastia consolidada, D. João V, o Magnânimo, “voltara as costas à Europa”⁷⁴, vendo no ouro brasileiro um destino muito mais nobre que as guerras.

Em meio a um cenário de bonança financeira, D. João V dedicou-se ao âmbito cultural dando vazão ao florescimento da arte barroca, sobretudo no aspecto arquitetônico.⁷⁵ Integrante da Arcádia Romana, o ilustre rei português tinha grande afeição pelas novas ciências tanto quanto pelo culto religioso. O que explicaria o fato dos investimentos nessa área não terem sido poucos:

Assim como a pintura, a música teve papel essencial na corte de João V. [...] como em outras cortes dos setecentos, as artes tinham o papel estratégico de representação pública do monarca. É importante perceber que tal processo de modernização cultural, artística e arquitetônica tinha desdobramentos específicos no centro cortesão [...].⁷⁶

A modernização cultural pode ser percebida, por exemplo, na promoção da Congregação do Oratório. Conhecida por suas “experimentações científicas na educação, tendo disseminado as ideias empiristas por toda a Europa Católica”⁷⁷ e por ser inimiga direta dos jesuítas nas questões referentes ao ensino, ganhou a admiração do monarca português. À Ordem foi concedida o Convento de Nossa Senhora das Necessidades, disposta de uma generosa

⁷⁴ BARATA, 2001, p. 196.

⁷⁵ OLIVEIRA, 2010, p. 122.

⁷⁶ VIANA JUNIOR, Fernando Santa Clara. **Dos sabores fortes aos suaves: os limites da modernização à francesa nos livros de cozinha da corte portuguesa, 1680-1780.** 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015, p. 88.

⁷⁷ MARQUES, 2012, p. 46.

biblioteca cujo acervo contava mais de trinta mil volumes, além de laboratórios para aulas e experimentações científicas.⁷⁸

Ainda no que tange à disseminação do conhecimento moderno em Portugal, destaca-se a fundação da *Academia Real da História Portuguesa* por decreto régio em 1720. Precursora da *Academia das Ciências de Lisboa* (1779), essa Instituição, situada no Palácio dos duques de Bragança em Lisboa, foi palco de discussões e estudos que abrangiam desde a história eclesiástica à história do Reino português. Apesar de ter entrado em declínio ainda no ano de 1736, constavam entre os seus membros mais conhecidos nomes como o do clérigo Raphael Bluteau (1638-1734), do 4º conde de Ericeira, Francisco Xavier de Meneses (1673-1743), de D. Luís da Cunha e de Sebastião José de Carvalho e Melo, associado no ano de 1733 por indicação de seu tio.⁷⁹

No campo político, as ações de D. João V deram continuidade ao processo de ampliação do poder temporal e a consequente redução dos pluralismos políticos típicos do Antigo Regime. Sobre esse processo, impulsionado, sobretudo, entre os séculos XVI e XVIII, o historiador Pedro Cardim explica que:

O maior protagonismo político da realeza manifestou-se sobretudo, em duas áreas: em primeiro lugar, na concentração das faculdades decisórias na pessoa do monarca e do grupo dirigente que o rodeava; depois, no alargamento da esfera de intervenção do poder régio. [...] Um dos primeiros indícios desse alargamento da esfera de decisão do monarca foi a fixação da residência do rei e a congregação, em seu torno, de um grupo dirigente dotado de uma identidade cada vez mais vincada.⁸⁰

Contudo, a aparente neutralidade do monarca para com o restante da Europa que poderia significar “independência e garantia do Atlântico”,⁸¹ não resultou na solução das dificuldades referentes aos tratados e acordos desvantajosos

⁷⁸ MARQUES, 2012, p. 47.

⁷⁹ AZEVEDO, João Lúcio de. **O marquês de pombal e a sua época**. São Paulo: Alameda, 2004, p. 18.

⁸⁰ CARDIM, Pedro. Centraliza ção política e estado na recente historiografia sobre o Portugal do antigo regime. In: **Revista Nação e Defesa**. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, n. 87, 1998, p. 133-134.

⁸¹ BARATA, 2001, p. 197.

realizados em períodos anteriores, como é o caso do Tratado de Methuen de 1703.⁸² O que veio, inclusive, a ser documentado por diplomatas portugueses residentes no exterior e repassado aos funcionários mais próximos de D. João V.⁸³ Ao que parece, nem mesmo toda a riqueza característica do reinado Joanino foi capaz de superar tais obstáculos.

Voltando à política interna, sobressaem, ainda, as mudanças realizadas na gestão do Reino. Em quase meio século de governo, D. João V consolidou de tal modo o absolutismo em Portugal que jamais precisou convocar as Cortes.⁸⁴ Prática essa que seria, inclusive, repetida pela monarquia Josefina. Ao tratar sobre essa questão, Lopes justifica que:

A realeza em Portugal foi poupada do desgaste provocado pelo confronto com corpos políticos intermediários, como os Estados Gerais na França e um Parlamento sempre alerta, organizado e combativo, a exemplo da Inglaterra Moderna. Até fins do século XVIII não existiam em Portugal setores organizados que fizessem oposição sistemática à monarquia.⁸⁵

Portanto, a partir dos conselhos de seu confidente e futuro ministro, o Cardeal da Mota (1685-1747), as Secretarias de Estado passaram por reformulações. Por meio do decreto real de 1736 passaram a ser divididas em três: Secretária de Estado dos Negócios Interiores do Reino, Secretaria de Estado dos

⁸² O Tratado de Methuen, assinado em 1703 entre Portugal e a Inglaterra, também referido como “Tratado dos Panos e Vinhos”, estabelecia que Portugal teria facilidades na compra dos tecidos ingleses e que a Inglaterra se valeria de facilidades semelhantes para comprar a produção de vinho lusitana. Ao longo do tempo, a vigência desse acordo impeliu grande parte dos produtores agrícolas de Portugal a utilizarem suas terras cultiváveis para a produção de vinho. Afinal de contas, a disponibilidade do mercado inglês imposta pelo tratado garantia lucro aos produtores. No entanto, essa mesma prática impedia que a economia portuguesa se voltasse para o desenvolvimento de outras atividades que pudessem dinamizá-la. Em decorrência desse acordo anglo-lusitano, segundo da leitura de Sandro Sideri, o processo de industrialização (na área têxtil, principalmente) e seu desenvolvimento em Portugal se comprometeria por mais de um século de atraso. Cf. SIDERI, Sandro. **Comércio e poder: colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas**. Lisboa: Editora Cosmos, 1970.

⁸³ A exemplo dos personagens anteriormente citados: D. Luís da Cunha, Alexandre de Gusmão e Sebastião José de Carvalho e Melo. Acrescentando-se ainda o nome de Marco António de Azevedo Coutinho (1688-1750), embaixador em Londres e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra do governo Joanino. No caso de Carvalho e Melo, parte da documentação produzida durante suas missões como diplomata pode ser conferida em: MELLO, Sebastião José de Carvalho e. **Cartas e outras obras selectas do marquez de Pombal**. 2 vols. 5. ed. Lisboa: Livraria Universal, 1861.

⁸⁴ BOXER, 2002, p. 171.

⁸⁵ LOPES, Marcos Antônio. **O absolutismo: política e sociedade na Europa moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 11

Negócios Estrangeiros e da Guerra e Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos. Essa ação seria crucial para que os ministros concentrassem funções e poderes antes não havidos,⁸⁶ transfigurando-se em um estilo de governabilidade que, de acordo com Cardim, “apontava para a contração da capacidade decisória e para a restrição do grupo dirigente”.⁸⁷

Todavia, como foi ressaltado por Oliveira, “nenhum dos validos de D. João V chegou a monopolizar sozinho seu afeto”⁸⁸ a ponto de receber poderes tão abrangentes como seu sucessor concedeu à Sebastião José de Carvalho e Melo. Na verdade, cabe considerar que, durante o governo Josefino, a tradição de que os ministros só abandonavam seus cargos por meio do falecimento sofreu uma imprevista mudança. Segundo o historiador português Nuno Gonçalo Monteiro, “D. José ao chamar ao poder um gabinete diferente daquele que seu pai deixara, revelava abertamente a intenção de resistir, tentar uma mudança que só podia ser o reforço do Estado”.⁸⁹

Ao buscarmos referências acerca do reinado de D. José I (1750-1777), temos a impressão de que este foi o oposto do pai: tímido e desbotado. De fato, o governo de D. José é muito mais lembrado pela ilustre figura e gerência de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, sendo, portanto, visto frequentemente pela historiografia como um rei que teve o brilho ofuscado por seu principal ministro. Dada a dificuldade em encontrar referências sobre o monarca, tomamos como principal obra para nossa análise o livro *D. José: na sombra de Pombal*, de autoria de Nuno Gonçalo Monteiro. Segundo o historiador,

A par dos que o viram como um simples “peão”, também há quem sustente que pelo que se conhece do caráter de D. José antes de subir no trono, pela sua atuação nos primeiros anos reinado até o terremoto de 1755 e ao atentado de 1758, não parece que o rei fosse uma total nulidade. Sabe-se mesmo que, nalguns pontos, D. José

⁸⁶ ALMEIDA, Joana Estorninho de. **A cultura burocrática ministerial**: repartições, empregados e quotidiano das secretarias de Estado na primeira metade do século XIX. 2008. 466 f. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2008, p. 35.

⁸⁷ CARDIM, Pedro. **Cortes e cultura política em Portugal do antigo regime**. Lisboa: Cosmos, 1998, p. 92.

⁸⁸ OLIVEIRA, 2010, p. 129.

⁸⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D. José: na sombra de Pombal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, p. 71.

impôs a sua vontade e não aprovou as pretensões do ministro [Carvalho e Melo].⁹⁰

Com razão os anos iniciais do período Josefino pareciam indicar uma tentativa de romper, ao menos em parte, com a gestão política implementada por seu pai. Como no caso das escolhas ministeriais, que marcam “o fim de uma geração, e favorece a imagem da abertura de um novo ciclo político”.⁹¹ Por outro lado, verifica-se a continuidade nas ações de concentração dos poderes do Estado nas mãos do rei e de seu grupo dirigente, demonstrando que agenda permaneceu ligada aos compromissos legados do reinado anterior. Em síntese, tornou-se necessário definir como funcionaria o centro político no novo reinado e quais seriam seus protagonistas. Conforme é narrado por Júlia Korobtchenko,

O final do reinado [Joanino], em 1750, traduziu-se numa mudança e renovação no quadro do pessoal das Secretarias de Estado. O Cardeal da Mota, o grande conselheiro de D. João V faleceu em 1747, seguido do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marco António de Azevedo Coutinho, em maio de 1750, e por sua vez D. João V, em julho de 1750. Na secretaria de Estado do Reino permaneceu Pedro da Mota e Silva, irmão do Cardeal da Mota. Foram, então, feitas novas nomeações. Para a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar foi nomeado Diogo de Mendonça Corte Real (filho), e Sebastião José de Carvalho e Melo para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. [...] terminando um ciclo de poder político.⁹²

De fato, se observa que o período referente ao reinado de D. José I foi marcado pela afirmação expressiva do sistema ministerial, resultando no enorme alastramento das ações dos Secretários de Estado e, ao mesmo tempo, da esfera de intervenção do Estado. Apesar de ter se iniciado com D. João V, os historiadores Mafalda da Cunha e Nuno Monteiro explicam que a não consolidação das Secretarias de Estado como o centro da decisão política durante o reinado do *Fidelíssimo* em muito se deveu pela própria vontade do

⁹⁰ MONTEIRO, 2012, p. 278.

⁹¹ MONTEIRO, 2012, p. 65.

⁹² KOROBTCHEKNO, Júlia Platonovna. **A secretaria de estado dos negócios estrangeiros e da guerra: a instituição, os instrumentos e os homens (1736-1756)**. Tese de mestrado em História Moderna, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011, p. 39.

rei, que optou por tomar decisões com quem quisesse e sempre “à margem dos órgãos formais de decisão política”.⁹³

1.3.1 O terremoto pombalino

Talvez o momento mais difícil enfrentado por D. José I e, também, o mais importante para a aceleração do processo de modernização de Portugal tenha sido o histórico terremoto que atingiu Lisboa na manhã do dia primeiro de novembro de 1755. A hecatombe ceifou milhares de vidas, varreu palácios, bibliotecas e habitações, além de provocar um incêndio sem precedentes. Um cenário de caos e destruição que rapidamente se espalhou pelo imaginário europeu. Não tardando, inclusive, para que se tornassem comuns interpretações como a do padre jesuíta Gabriel Malagrida (1689-1761), que via na catástrofe o resultado de um castigo divino.⁹⁴

O pesquisador Terry Cochran ainda explica que o teor sobrenatural atribuído ao evento não foi compartilhado apenas por clérigos, mas também por meio das impressões de filósofos e artistas.⁹⁵ De acordo com Cochran, o discurso da época era de que Lisboa havia sido “purificada pela devastação: sofreu somente para ser renovada pelo mesmo movimento que fomentou seu sofrimento”.⁹⁶ Em outros termos, enxergava-se na reconstrução da cidade a chance de um novo começo para um Portugal que, enfim, “começava a fazer-se parte da Europa iluminada”.⁹⁷

⁹³ CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII. In: CUNHA, Mafalda Soares da; FRANCO, Juan Hernández (orgs). **Sociedade, família e poder na península ibérica**: elementos para uma história comparativa. Lisboa: Colibri, 2010, p. 60.

⁹⁴ REIS, Claudio de Britto. **Perfil do injustiçado Pombal**. Rio de Janeiro: Altiva Gráfica e Editora, 1992, p. 291.

⁹⁵ Sobre essa questão, ver também: MARQUES, José Oscar de Almeida. The paths of providence: Voltaire and Rousseau on the lisbon earthquake. **Caderno de História da Filosofia e Ciência**, Campinas, série 3, v.15, n.1, jan.-jun, 2005.

⁹⁶ COCHRAN, Terry. O século XVIII português. Publicado em: **Problems of Enlightenment in Portugal**. Minnesota: Institute for the Study of Ideologies and Literature, 1984, p. 06.

⁹⁷ COCHRAN, 1984, p. 06.

Foi debaixo dessa tumultuosa conjuntura que a imagem de Carvalho e Melo começou a ganhar projeção e destaque aos olhos de D. José I. O que não deve excluir, por outro lado, o fato de que seu ingresso na vida pública tenha sido bem anterior à catástrofe de 1755. Assim, antes de tratar dos anos fulgurantes do marquês de Pombal após o grande sismo, acompanhemos parte da trajetória pregressa desse notável personagem.

Sabe-se que Sebastião José de Carvalho e Melo descendia de uma família de fidalgos e que nasceu em 13 de maio de 1699 em Lisboa. Filho de um oficial da cavalaria portuguesa e primogênito entre doze irmãos,⁹⁸ não chegou a completar os estudos em Leis na Universidade de Coimbra. Em 1723, contraiu matrimônio com a sobrinha do conde de Arcos, a viúva D. Teresa de Noronha e Bourbon, mesmo sob forte oposição da família que o julgava inadequado para o enlace. Embora a ausência de herdeiros e a morte de D. Teresa em 1739 tal união foi fundamental para a ligação de Carvalho e Melo com a alta nobreza portuguesa.⁹⁹

Quanto ao início de sua carreira política, esta se deveu em grande parte aos préstimos de seu tio Paulo de Carvalho e Ataíde, sacerdote e lente da Universidade de Coimbra. De quem herdou, além de bens e propriedades, uma vantajosa rede de contatos. Como seu ingresso no círculo de intelectuais da já mencionada Academia Real da História Portuguesa e sua aproximação com o Cardeal da Mota, principal ministro de D. João V. Este contato, em particular, lhe valeria a indicação para uma missão diplomática na embaixada de Londres em 1738, substituindo seu primo Marco Antônio de Azevedo Coutinho que deixaria o cargo no ano seguinte para retornar à Lisboa e ocupar a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.¹⁰⁰

⁹⁸ No entanto, dois dos irmãos de Carvalho e Melo tiveram destaque em sua administração e, inclusive, na campanha contra os jesuítas; o clérigo Paulo de Carvalho de Mendonça (1702-1770), Prelado da Santa Igreja de Lisboa e Inquisidor-mor do Reino, e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769), Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1751 e 1759 e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos ao longo da década de 1760. MAXWELL, 1996, p. 03.

⁹⁹ AZEVEDO, 2004, p. 18.

¹⁰⁰ KOROBTCHENKO, 2011, p. 36.

Em Londres, viu-se diante de uma sociedade e de um governo bastante diferentes da Lisboa que conhecia e que “ainda exibia os enfeites dum século ultrapassado”.¹⁰¹ Admirava Carvalho e Melo o modo como os ingleses administravam suas Companhias de Comércio marítimo enquanto avaliava o que poderia servir à sua pátria, no entanto, estaria ele longe de ser um entusiasta do regime de governo e da religião da Ilha. Durante sua passagem na embaixada londrina, Carvalho e Melo também enviaria inúmeras correspondências à Portugal, em sua maioria, extensos e prolixos relatórios direcionados aos funcionários da Corte Joanina.¹⁰² Estudou com afinco a “extraordinária e rápida prosperidade desse país”¹⁰³ mesmo sem nunca ter aprendido o inglês. O que não chegou a ser um empecilho ao inexperiente diplomata, visto que dominava muito bem o francês numa época em que esta era a língua universal da diplomacia.

Sem sucessos nas demoradas negociações entre Portugal e Inglaterra – como o caso dos navios britânicos na costa lusa¹⁰⁴ – Carvalho e Melo retornou em 1743 ao Reino português. Porém, não antes de ter conhecido e se tornado pupilo de D. Luís da Cunha, que lhe valeria a indicação anos mais tarde em seu *Testamento Político*, escrito entre os anos de 1747 e 1749 e dedicado ao futuro rei D. José I, ao cargo de Secretário de Estado.

[...] Será preciso prover uma e outra secretaria, para as quais tomarei o atrevimento de lhe indicar dois ministros, pelo conhecimento que tenho deles e de seus talentos; a saber: para a do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, cujo gênio paciente, especulativo e ainda que sem vício, um pouco difuso, se acorda com o da nação.¹⁰⁵

¹⁰¹ COCHRAN, 1984, p. 03.

¹⁰² AZEVEDO, 2004, p. 45-46.

¹⁰³ AZEVEDO, 2004, p. 52.

¹⁰⁴ “Desde que rompera a guerra [com a Espanha], os capitães ingleses procediam, nas costas de Portugal, com arrogante desenvoltura, como fariam nas do seu país ou de nação inimiga. [...] Na verdade, o almirantado dera ordem às esquadras que respeitassem os direitos de Portugal. Mas essas determinações, de caráter muito geral, não contentavam o enviado português” ou mesmo a Corte de Madri, que pressionava Portugal a proibir a entrada de navios de guerra de nações beligerantes em seus portos. AZEVEDO, 2004, p. 24-25.

¹⁰⁵ CUNHA, Luís da. *Testamento político*. In: **Conselho aos Governantes**. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 606.

Em 1745, ainda nos derradeiros anos do reinado de D. João V, Carvalho e Melo partiu em direção à Viena (desta vez como ministro plenipotenciário) com a missão de tentar abrandar as tensões entre o Vaticano e a rainha D. Maria Teresa, que já pintava em seu reinado as cores primárias do Josefismo.¹⁰⁶ Índícios apontam que a mediação portuguesa havia sido decorrente de um pedido formal do próprio Pontífice à monarquia lusa.¹⁰⁷ O que pode fazer sentido ao se levar em conta as relações bastante sólidas entre as duas Cortes, decorrentes essencialmente do casamento de D. João V com D. Maria Ana d'Áustria. Todavia, essa missão envolvendo a intermediação de conflitos de soberania temporal entre a monarquia austríaca e a Santa Sé – e que Portugal vivenciaria anos mais tarde –, acabaria se revelando tão problemática quanto a experiência de Carvalho e Melo na embaixada londrina.¹⁰⁸

Não obstante as dificuldades diplomáticas, sua estadia na Corte de Viena resultaria em um novo e importante laço matrimonial com a jovem Condessa de Daun, também sobrinha de um importante marechal austríaco. Essa união, bem quista pela família da Condessa, lhe renderia cinco herdeiros e um prestígio muito além do esperado.

O segundo casamento de Pombal recebeu também as bênçãos pessoais da Imperatriz Maria Teresa. Maria Teresa, na verdade, interessou-se mais do que de costume por essa união, dizendo à nova esposa de Pombal, em correspondência privada, que ela “devia a preservação da monarquia” à Família Daun. O casamento foi bem recebido também em Lisboa, pela esposa austríaca de D. João V [...] foi Maria Ana da Áustria, na verdade, a rainha regente de Portugal durante a enfermidade fatal de seu marido, que chamou Pombal para voltar de Viena em 1749 e ocupar o Ministério em Lisboa.¹⁰⁹

Quando avançamos sobre os primeiros cinco anos em que Carvalho e Melo assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra verificamos que estes foram relativamente brandos, com atuações sem muito destaque e nada que pudesse indicar o futuro valimento do ministro. Um claro reflexo do próprio governo Josefino, ainda cauteloso e atento às mudanças em

¹⁰⁶ SANTOS, 1982, p. 169.

¹⁰⁷ AZEVEDO, 2004, p. 55-56.

¹⁰⁸ AZEVEDO, 2004, p. 60.

¹⁰⁹ MAXWELL, 1996, p. 03-04.

curso. O que mudaria após o abalo sísmico de 1755, no qual se fez nascer dos destroços de Lisboa a figura mítica de Pombal:

Ao ver Pombal aproximar-se, os populares confundem a sua figura gigantesca com a do Desejado e, aproveitando a identidade do nome próprio, interpelam-no como tal, coincidindo esse momento com o dos primeiros sinais audíveis do sismo que irá intensificar e confirmar o poderio do ministro.¹¹⁰

Não bastasse o súbito desastre, outro fator de ordem natural também contribuiria para ascensão política de Carvalho e Melo. O então Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino e irmão do finado Cardeal da Mota, Pedro da Mota e Silva, que ocupara a mesma posição por mais de uma década, já possuía idade avançada no ano de 1755 e veio a falecer duas semanas após o cataclismo.¹¹¹ Carvalho e Melo assumiria no ano seguinte o mais importante lugar entre as Secretarias de Estado, enquanto seu antigo cargo seria entregue à D. Luís da Cunha Manuel (1703-1775), sobrinho e homônimo do notório diplomata português e considerado, ainda de acordo com Monteiro, “uma criatura do novo secretário de Estado do Reino”.¹¹²

Esse jogo de eventualidades que se entrelaçam na trajetória de Carvalho e Melo e de outros personagens os quais discorreremos em outro momento, obriga-nos a refletir sobre a importância do papel do acaso no estudo da vida de um ou mais indivíduos. Para o historiador Benito Schmidt, tais acasos revelam “que suas trajetórias não estavam predeterminadas desde o início”¹¹³ e que uma série de fatores juntos contribuem, sob uma espécie de caos, determinando as ações e os rumos tomados pelos personagens envolvidos. Indo mais a fundo na questão de Schmidt, o sociólogo francês Pierre Bourdieu nos estabelece que “o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos

¹¹⁰ DELILLE, Maria Manuela Gouveia. O filho do terremoto: leituras de Oliveira Martins na novela das erdbeben (1932) de Reinhold Schneider. In: **Revista da Universidade de Coimbra**. Vol. XXXVIII, 1999, p. 145.

¹¹¹ MONTEIRO, 2012, p. 109-110.

¹¹² MONTEIRO, 2012, p. 110.

¹¹³ SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. In: **História Unisinos**. vol. 8, n. 10, jul/dez, 2004, p. 139.

porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório”.¹¹⁴

Destarte, divergindo dos anos iniciais do reinado de D. José I, os cinco anos após o terremoto se mostrariam os mais tumultuosos. Confrontos luso-guaranis no sul do Brasil em resposta às demarcações territoriais definidas desde o Tratado de Madri (1756); revolta na região do Porto contestando o monopólio da produção e distribuição de vinhos da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1757); tentativa de regicídio envolvendo a tradicional família dos Távora, o duque de Aveiro e o padre Malagrida, culminando na execução sumária dos envolvidos (1758); e expulsão da Companhia de Jesus de Portugal (1759) e de seus domínios ultramarinos (1760)¹¹⁵ marcariam, por fim, uma conjuntura problemática onde as ações eficientes e decisivas de Carvalho e Melo tiveram um peso ímpar para os rumos da monarquia portuguesa.

Com uma nobreza retraída após o Processo dos Távora e os jesuítas afastados de seus antigos postos, a reforma político-administrativa idealizada pelo *primeiro-ministro* de D. José I estaria mais próximo de “exterminar todas as manifestações de pluralismo político”¹¹⁶ existentes em Portugal.¹¹⁷ Sua feição e valimento aos olhos do rei só crescia, ao passo que aumentava sua liberdade governativa e recebia importantes mercês ao longo de sua carreira. Como em 1759, quando adquiriu seu primeiro título nobiliárquico de conde de Oeiras em honraria à sua grandiosa intervenção contra os envolvidos no atentado de lesa-majestade ocorrido no ano anterior. E uma década depois, em setembro de 1769, ao receber o título que o tornaria reconhecido pelos anais da história luso-brasileira e que lhe consagraria até mesmo a definição de toda uma época.¹¹⁸ Assim nascia o marquês de Pombal.

¹¹⁴ BOURDIEU, 2006, p. 185.

¹¹⁵ Acerca de tais eventos, verificar: REIS, 1992.

¹¹⁶ FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, Jos é (Org.) **História de Portugal**. Bauru: EDUSC, 2001, p. 234. No capítulo 3, discutiremos um pouco mais a questão do “pluralismo político”, tão marcante na organização política do Antigo Regime.

¹¹⁷ Discutiremos um pouco mais a questão do *pluralismo político* no capítulo 3, quando abordarmos a organização política de Portugal durante o Antigo Regime.

¹¹⁸ Alusão ao título da obra *A época pombalina* (1982), de Francisco Falcon.

1.3.2 Uma reforma a serviço do Estado

Após o que se apresentou no conturbado período entre 1755 e 1760, os anos subsequentes se revelariam propícios tanto para a expansão dos poderes de Carvalho e Melo como ministro, quanto para a execução do conjunto de reformas que buscou levar a cabo ainda no início de seu mandato. Como o reforço dado ao monopólio das Companhias de Comércio e à administração sobre as possessões ultramarinas do Império português.

Porém, dentre as ações econômicas e administrativas nenhuma surtiu tanto efeito quanto a criação do Erário Régio (1761), atuando como importante instrumento centralizador e racionalizador de todas as rendas da Coroa em Lisboa. Sob clara demonstração de autopoder, pontua Maxwell, “Pombal indicou a si próprio como inspetor-geral do Tesouro, uma vez que este havia sido planejado para que seu ocupante ficasse muito próximo do monarca e, por implicação, do primeiro-ministro”.¹¹⁹

No que concerne aos desígnios da centralização e, conseqüente, ampliação do poder decisório da Coroa, Pombal foi mais incisivo. Objetivando a todo custo suprimir quaisquer poderes autônomos ou subordiná-los à disposição do Estado, suas ações atingiram, inclusive, a Igreja católica. Além da já conhecida perseguição aos jesuítas, a abolição da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos (1773) – cuja proposta de execução já havia sido, discutida por homens como o padre António Vieira (1608-1697)¹²⁰ e Luís da Cunha – e a estatização do tribunal do Santo Ofício (1774)¹²¹ marcariam uma forte atuação de cunho regalista, estabelecendo a supremacia temporal sobre a jurisdição eclesiástica em Portugal. Sobre o assunto, Hespanha sintetiza que

¹¹⁹ MAXWELL, 1996, p.98.

¹²⁰ Apesar de o padre Vieira defender a permanência do tribunal da Inquisição em Portugal, vendo-o como um instrumento indispensável na defesa do catolicismo, debatia bravamente sobre sua reforma. Para o padre jesuíta, a severidade com o que o tribunal atuava afastava do Reino português os cristãos-novos que, além de não serem nocivos para os assuntos da fé, eram reconhecidos por sua fidelidade, inteligência e grande aptidão ao comércio. O que viria a contribuir significativamente para as finanças de Portugal tão debilitadas na segunda metade dos Seiscentos. Sobre o assunto, cf. VIEIRA, António. **Escritos históricos e políticos**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 270.

¹²¹ FRANCO, José Eduardo; TAVARES, Célia Cristina. **Jesuítas e inquisição: cumplicidades e confronto ções**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 86-87.

De todos os poderes que então coexistiam, a Igreja é o único que se afirma com bastante eficácia desde os âmbitos mais humildes, quotidianos e imediatos, como as famílias e as comunidades, até ao âmbito internacional, em que convive com os poderes dos reis e imperadores. [...] Claro que essa situação privilegiada da Igreja quanto ao controle social era vista com preocupação pela coroa, que tentava atenuá-la de diversas formas.¹²²

O rompimento das relações diplomáticas entre Lisboa e o Vaticano ao longo da década de 1760, de fato, em muito auxiliou no empreendimento e na rapidez de tais ações.¹²³ O que, por outro lado, ainda não se compararia com o alcance tomado pelas medidas de reestruturação do sistema educacional português. Entre os domínios da Igreja em Portugal, esse talvez fosse o ponto que mais incomodaria a reforma do Estado pretendida pelo então ministro Carvalho e Melo. A Companhia de Jesus, enquanto ordem religiosa com ampla autonomia em suas atividades e detentora da administração e legislação de grande parte dos colégios e universidades, será a principal instituição a se chocar de frente com o reformismo cultural-pedagógico¹²⁴ de Pombal.

Entretanto, nota-se que as reformas pombalinas fracassaram, de certo modo, quanto aos resultados pretendidos para os *estudos menores*.¹²⁵ Mesmo o pioneirismo português na secularização do ensino e seu resultante controle por parte do Estado não conseguiu substituir à altura o magistério jesuítico.¹²⁶ Além do fator de ordem estrutural, acredita-se também haver um de ordem cultural, ao passo que os jovens nobres pertencentes à tradicional fidalguia portuguesa

¹²² HESPANHA, António Manuel. As estruturas políticas em Portugal na época moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. 2. ed. Bauru: EDUSC/São Paulo: UNESP/Portugal, PO: Instituto Camões, 2001, p. 125-126.

¹²³ MAXWELL, 1996, p. 99.

¹²⁴ Cf. FALCON, 2001, p. 232.

¹²⁵ Os chamados *estudos menores* correspondiam ao ensino primário (também conhecido como “primeiras letras”) e secundário (uma espécie de período preparatório antes do ingresso ao ensino universitário). Cf. SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008, p. 82.

¹²⁶ “A política de expulsão e a conseqüente substituição da estrutura jesuítica de ensino pelo que ficou conhecido na historiografia como ‘sistema pombalino de ensino’ trouxe consigo uma série de problemas estruturais quanto a sua implementação na Colônia. Alguns destes foram a falta de mestres régios, a irregularidade dos impostos destinados a manutenção da referida estrutura de ensino e a falta de pagamento dos soldos dos professores.” MERLO, Patrícia M. S.; PIMENTA, Rodrigo M. M. Reformas pombalinas nas primeiras letras: inovações e continuidades. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013, Natal. XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social. Natal: Associação Nacional de História, 2013, p. 04-05.

eram conhecidos “por seu comportamento soberbo, pelo desprezo diante de instituições e de leis e pela indolência, o que era considerado nocivo ao Estado por aqueles que ansiavam pela modernização de Portugal”.¹²⁷

Um bom exemplo capaz de ilustrar esse quadro é o *Real Colégio dos Nobres*. Fundado por meio de um decreto régio em março de 1761, sua inauguração veio somente cinco anos mais tarde. Embora os propósitos desse colégio em muito se assemelhem aos do Colégio das Artes,¹²⁸ sua idealização é apontada por Carlota Boto como tendo uma possível origem nas *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760), de autoria do médico António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783).¹²⁹

Ribeiro Sanches, assim como António Verney, se afastou do Reino luso ainda jovem e nunca mais regressou. Porém, por motivos distintos ao do padre oratoriano. Ribeiro Sanches, na condição de cristão-novo, temia a perseguição da Inquisição e, por isso, foi buscar refúgio fora de Portugal. Após percorrer várias cidades europeias, Sanches se estabeleceu na Corte da czarina Ana Ivanovna (1693-1740) da Rússia, a pedido da mesma. Permaneceu em Rússia entre os anos 1731 e 1747, exercendo sua medicina que, mesmo após a morte da czarina, só faria crescer sua reputação.¹³⁰

Todavia, como assinala Carlota Boto, quando Ribeiro Sanches soube que o então conde de Oeiras havia expedido o Alvará de 03 de setembro de 1759 que, dentre outras ações, afastaria a Companhia de Jesus de todas as suas atividades educacionais, teria ele “se entusiasmado a redigir um trabalho sobre

¹²⁷ RODRIGUES, Neuma Brilhante. Para a utilidade do estado e “glória à nação”: a real casa pia de Lisboa nos tempos de Pina Manique (1780-1805). In: **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 1, n. 2, jul/dez, 2008, p. 36.

¹²⁸ Fundado em 1542 por D. João III e entregue à Companhia de Jesus em 1555, o Colégio das Artes foi criado inicialmente para atender a jovem nobreza portuguesa; educando-a e instruindo-a de modo que, posteriormente, viesse a ingressar em um dos cursos da Universidade de Coimbra. Assim, conforme esclarecido por Célio Costa, “a criação do Real Colégio das Artes está ligada à renovação Universidade de Coimbra, tanto pelo caráter humanista como pela característica da especialização dos seus cursos”. COSTA, Célio Juvenal. O rei d. João III (1521-1557) e a construção da sociedade de corte em Portugal. In: **XIV Simpósio Internacional Processos Civilizadores**, Dourados (MS), 2012, p. 09.

¹²⁹ BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. In: **Rev. Bras. Educ.**, vol. 15, n. 44, agosto, 2010, p. 289.

¹³⁰ SANCHES, António Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Porto: Domingos Barreira, [19--], p. 38.

o tema da educação”.¹³¹ Pois acreditava, na posição de *estrangeirado*, que o ensino recebido até então pela mocidade era demasiado incompleto e não a preparava para “ser útil nem a si nem à sua pátria”.¹³²

Por outro prisma, é ainda possível que o Colégio dos Nobres tenha sido uma tentativa de adotar em solo português o que já estava em curso em outros reinos. Fundado 1746 e coincidindo com o período em que Pombal esteve na Áustria, a *Theresianische Akademie* – ou Colégio de Viena – se direcionava exclusivamente à educação de jovens aristocratas, atuando sob claros fins políticos.¹³³ Nesse sentido, a estadia de Pombal na Corte de Maria Teresa na época que em esta realizava profundas reformas na sociedade austríaca, incluindo questões referentes à secularização do ensino, traria consigo muito mais do que arranjos diplomáticos e um prestigiado matrimônio.

Em verdade, tanto o Colégio dos Nobres idealizado por Ribeiro Sanches quanto o fundado por Carvalho e Melo possuíam um determinado propósito de instrução pública que dialogava com as diretrizes do absolutismo ilustrado. De modo a tornar a nobreza apta à cumprir as funções superiores do aparelho do Estado, preparando-a militar e intelectualmente. Mas o desinteresse dos nobres portugueses, acostumados com a valorização pessoal medida por meio do nascimento ao invés do mérito,¹³⁴ a um ensino inspirado no pensamento das *Luzes*, levaria à abolição do ensino científico no Colégio dos Nobres em 1773. Tal evento seria marcado, sobretudo, com a transferência do Gabinete de Física Experimental para a Universidade de Coimbra,¹³⁵ que, à essa altura, passava por profundas mudanças internas, iniciadas com a reforma de seus *Estatutos* no ano anterior.

¹³¹ BOTO, Carlota. **Instrução pública e projeto civilizador**: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. 2011. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 57.

¹³² SANCHES, [19--], p. 126.

¹³³ FALCON, Francisco José Calazans; RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **A formação do mundo moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, p. 55.

¹³⁴ RODRIGUES, 2008, p. 37.

¹³⁵ MARTINS, Décio Ruivo; FIOLEAIS, Carlos. As ciências exactas e naturais em Coimbra. In. **Luz e Matéria**. Museu da Ciência – Universidade de Coimbra. Dezembro, 2006, p. 92.

No sentido amplo das reformas educacionais empreendidas por Pombal, os pesquisadores Laerte Ramos de Carvalho (1978) e Carlota Boto (2011) destacam que esse processo histórico possuiu dois momentos basilares. O primeiro seria a criação das aulas régias, em 1759, na qual transferia a tutela do ensino das primeiras letras, antes ministrado pela Companhia de Jesus, para o Estado português. Enquanto o segundo data do momento da reforma nos *Estatutos da Universidade de Coimbra*,¹³⁶ em 1772, evento esse que marcaria a ruptura definitiva com quaisquer resquícios de influência jesuíta nos estudos universitários.¹³⁷ Contudo, Carlota Boto ainda observa a existência de outros momentos além dos dois citados. Ao passo que as modificações nos estudos menores ocorrem até a década de 1770, enquanto as ações diante dos estudos maiores são anteriores à reforma na Universidade de Coimbra.¹³⁸

As ações pombalinas referentes aos estudos maiores, se a compararmos com o aparente fracasso dos estudos menores, vieram a ser muito mais profícuas em realizar seus objetivos. Pois com a reforma, a Universidade de Coimbra não se tornaria apenas o modelo de referência da política educacional pombalina, mas “um organismo estatal, exclusivamente a serviço dos ideais ético-políticos do próprio Estado”.¹³⁹ Acerca da seriedade com que foram impostos os novos *Estatutos* sobre essa instituição, o estudioso brasileiro Guilherme Massaú resgata que

Os Estatutos constituíam-se em Lei, ou seja, não eram um mero regulamento interno da Universidade; muito das regras ditadas pela letra do texto devem ser observadas na prática, inclusive dos Tribunais. Mesmo sendo uma Lei, os Estatutos assumiram uma posição de tecer peculiaridades, minúcias (mesmo constituindo costumes) em suas regulamentações; isso explica a falta de liberdade do professor em seu ensino, pois, além de dispor a metodologia a ser utilizada os Estatutos regulam (explicativamente) a forma e os passos

¹³⁶ Cf. **ESTATUTOS da Universidade de Coimbra compilados debaixo da imediata e suprema inspeção de El Rei Dom José I**. Lisboa: Na Regia Officina Typográfica, 1772.

¹³⁷ Neste capítulo, optamos por não nos aprofundar nos assuntos referentes às aulas régias e a reforma na Universidade de Coimbra, haja vista que, sob outros aspectos, retornaremos as discussões nos capítulos seguintes.

¹³⁸ BOTO, 2011, p.100.

¹³⁹ GAUER, Ruth Maria Chittó. **A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 49.

que o professor deve seguir em todas as cadeiras, prescrevendo o que e como deveria ser ensinado.¹⁴⁰

A rigor, a austeridade presente na reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra nos leva ao entendimento de que “a burocracia estatal lusitana não pretendia cumprir totalmente o corolário das *Luzes*”.¹⁴¹ O reformismo pedagógico-cultural pretendido pelo marquês de Pombal deveria obedecer ao propósito de gerar funcionários capazes de auxiliar, *a posteriori*, no gerenciamento do vasto Império português. Não prezando, com isso, o livre debate nos campos filosófico e científico, de modo que os saberes dispostos ao longo processo de ensino seriam parcialmente limitados pelo novo currículo, evitando a propagação, por exemplo, do pensamento de determinados autores ilustrados.

Para além disso, trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a mesma e padronizar o currículo escolar e universitário¹⁴² não seriam, conforme ainda veremos, o suficiente para legitimar as ações de Pombal quanto a ampla modernização cultural de Portugal.

¹⁴⁰ MASSAÚ, Guilherme Camargo. A reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra: as alterações no ensino jurídico. In: **Revista Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 9, n. 1, jan./jun, 2010, p. 178.

¹⁴¹ MERLO, Patrícia M. S. Justiça e poder local: ilustração e modernidade em Portugal do setecentos. In: **Revista Dimensões**, vol. 28. Vitória: UFES, 2012, p. 30.

¹⁴² MAXWELL, 1996, p. 104.

CAPÍTULO II

SOMBRAS, JESUITISMO E O ANTIJESUITISMO EM PORTUGAL

Dentre os assuntos abordados no capítulo anterior, procuramos expor que o domínio dos jesuítas sobre as instituições de ensino portuguesas se chocava diretamente com os interesses de Pombal, culminando na expulsão da Ordem de Portugal e de seus domínios coloniais. *Grosso modo*, tal ato não representaria um rompimento com a fé católica, tendo em conta que muitos dos colaboradores da administração pombalina eram membros do próprio clero. Assim, buscaremos demonstrar neste capítulo que as questões que envolveram a perseguição à Companhia se delinearão muito mais pela via política, do que unicamente pela cultural-pedagógica.¹⁴³

Para além desse cenário, observaremos também que a imagem dos jesuítas foi convertida em símbolo de retrocesso e decadência para toda a comunidade ilustrada já na primeira metade do século XVIII. Em Portugal, particularmente na segunda metade, a política pombalina elegeria os membros da Ordem como os verdadeiros “inimigos da luz”;¹⁴⁴ a personificação de um suposto atraso que pairava sobre o Reino e deveria ser extirpado. Em razão disso, a Coroa portuguesa financiaria uma campanha impiedosa contra os antigos aliados, resultando na expulsão destes e, ao mesmo tempo, impulsionando uma ampla reforma educacional, afora outras áreas.

2.1 DE PARIS AO MUNDO: A TRAJETÓRIA DO PROJETO JESUÍTICO

Iñigo López de Loyola – mais conhecido em nosso idioma por Inácio de Loyola¹⁴⁵ – nasceu no ano de 1491 em um pequeno castelo no norte da Espanha. Desde muito cedo acreditava que seu destino repousava sobre a

¹⁴³ CARDOSO, Patrícia Domingos Woolley. Os jesuítas no setecentos europeu: autoridade, ensino e poder In: **Revista Cantareira** [online], 6. ed., 2009, p. 14..

¹⁴⁴ POMBAL apud VARNHAGEN, F. A. Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. In: **Revista trimestral de historia e geographia ou jornal do instituto histórico geographico brasileiro**. Tomo Segundo, n.5, abril de 1840. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, 1840, p. 381.

¹⁴⁵ Para a biografia de Inácio de Loyola recorreremos especialmente às obras: *História da Companhia de Jesus* (1985), de William Bangert e *Os jesuítas: missões, mitos e histórias* (2006), de Jonathan Wright. Cabe também esclarecer que há uma variação na escrita traduzida do nome do personagem; ora “Ignacio” ora “Inácio”. Adotamos, conforme os autores mencionados, a escrita de “Inácio”.

tradição familiar de “intensa lealdade à fé católica e uma grande fidelidade ao código da cavalaria medieval”.¹⁴⁶ No entanto, o jovem Loyola não demonstrava inclinação para a carreira eclesiástica, frustrando os dispendiosos esforços paternos. Encantava-se, por outro lado, pelo espírito aventureiro e as glórias de antigos cavaleiros que habitavam os livros de sua biblioteca particular.¹⁴⁷

Talvez, por esse motivo, em 1517, decidiu ingressar no serviço militar, alistando-se sob o comando de D. Antonio Manrique de Lara, Vice-rei de Navarra. Embora a lealdade ao Vice-rei tenha durado cerca de quatro anos, o historiador Jonathan Wright interpreta que o desfecho desse curto período viria a ser decisivo na vida do futuro padre. Pois, durante um conflito armado contra os franceses em meados de 1521, uma bala de canhão causaria uma séria fratura em sua perna direita e encerraria precocemente a breve carreira no exército espanhol.¹⁴⁸

De volta ao castelo de sua família, a fim de recuperar a saúde, Loyola acabaria tratando não apenas de seus ferimentos físicos. Como é enfatizado pelo historiador William Bangert, a prolongada condição de clausura “transformou-lhe também a mente e o coração”.¹⁴⁹ Com restrições nos movimentos da perna, atingida pelos estilhaços e destituído da velha literatura cavalheiresca, ofereceram-lhe como distração histórias envolvendo a vida de Cristo e de seus discípulos. Reconhecendo nelas “uma espécie de cavalaria espiritual”,¹⁵⁰ a devoção do jovem Inácio ao Divino se fortaleceria ainda mais, de modo que logo buscou traçar caminhos semelhantes aos dos santos.

Assim, conforme narra Bangert, transcorridos os meses de recuperação e inspirado pelas histórias que lera, Loyola partiu em peregrinação rumo à cidade de Jerusalém. Entretanto, os perigos constantes na Terra Santa e a crescente

¹⁴⁶ BANGERT, 1985, p. 12.

¹⁴⁷ BANGERT, 1985, mesma página.

¹⁴⁸ WRIGHT, Jonathan. **Os jesuítas: missões, mitos e histórias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, p. 25.

¹⁴⁹ BANGERT, 1985, p. 14.

¹⁵⁰ WRIGHT, 2006, p. 25.

vontade em obter formação acadêmica o fizeram retornar às pressas à Europa, se instalando em cidades universitárias como Barcelona e Salamanca.¹⁵¹

Já nessa época, destaca César Toledo, Loyola havia iniciado, entre as longas horas de estudos e meditações, a série de escritos que viriam a compor, em 1547, os seus *Exercícios Espirituais*. Os *Exercícios* foram elaborados como uma espécie de guia capaz de disciplinar ao mesmo tempo corpo e espírito. Consistindo-se, posteriormente, em um instrumento indispensável na formação ascética dos jesuítas e podendo ser praticado, inclusive, por leigos.¹⁵² Em suma, de acordo com o próprio Loyola, os *Exercícios Espirituais* eram entendidos como

Qualquer modo de examinar a consciência, contemplar, orar vocal ou mentalmente, e outras atividades espirituais. Porque, assim como passear, caminhar e correr são exercícios corporais, também se chamam exercícios espirituais diferentes modos de a pessoa se preparar e dispor para tirar de si todas as feições desordenadas, e tendo-as afastado, procurar e encontrar a vontade de Deus, na disposição da sua vida para o bem da mesma pessoa.¹⁵³

Na opinião de Wright, a chegada a Paris em fevereiro de 1528 se revelaria, logo de início, um tanto desafiadora ao nobre castelhano. Vivendo sob dificuldades financeiras e ares de pobreza por quase sete anos, Loyola tentava dar continuidade aos seus estudos. Por fim, conseguiu alçar o título de Mestre em Artes, além de ter conhecido, após as várias idas e vindas à Universidade de Paris, os seis estudantes¹⁵⁴ que estiveram junto a ele na fundação da Companhia de Jesus no ano de 1534.¹⁵⁵

Guiados pela mesma fé e pelo signo apostólico encontrado em Loyola, os sete amigos escolheram uma simples capela aos redores de Paris para realizarem

¹⁵¹ BANGERT, 1985, p. 22-23.

¹⁵² TOLEDO, César de Alencar Arnault de; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. Modernidade, espiritualidade e educação: a companhia de Jesus dos exercícios espirituais à ratio studiorum. In: **Revista HISTEDBR**, v. 42, 2011, p. 73-74.

¹⁵³ LOYOLA, Inácio de. **Exercícios espirituais**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1985, p. 11.

¹⁵⁴ Em ordem de nascimento: Francisco Xavier (1506-1552), Pedro Fabro (1506-1546), Nicolau Bobadilla (1509-1590), Simão Rodrigues (1510-1579), Diego Laínez (1512-1565) e Afonso Salmerón (1515-1585). Cf. BRESCIANI, Carlos. (Org.) **Companhia de Jesus: 450 anos a serviço do povo brasileiro**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 13-18.

¹⁵⁵ WRIGHT, 2006, p. 29.

uma singela cerimônia, coordenada pelo francês Pedro Fabro, o único clérigo do grupo, onde decidiram jurar os três importantes votos de pobreza, castidade e obediência.¹⁵⁶ Mais tarde, um quarto voto de submissão ao Bispo de Roma seria acrescentado, tornando-se, além de uma parte integrante da doutrina jesuíta, um elemento crucial aos ataques direcionados à nascente ordem encabeçada por Inácio de Loyola.

Oficialmente, a *Societas Iesu* (ou “Sociedade de Jesus”) só se tornaria uma ordem religiosa e receberia o nome “de Jesus” por meio da publicação da bula *Regimini militantis ecclesiae*, em 27 de setembro de 1540, aprovada pelo Papa Paulo III¹⁵⁷ – responsável também pela ordenação de Loyola como padre e pela indicação como primeiro Superior Geral da Ordem. A partir dessa década, a Igreja Católica, se vendo diante do avanço protestante pela Europa, usaria sua pequena confraria de homens de fidelidade ultramontana como um poderoso mecanismo da Contrarreforma. Auxiliando no fortalecimento do catolicismo, bem como na aplicação das diretrizes lançadas pelo Concílio de Trento.¹⁵⁸

Entretanto, tais objetivos traçados pela Igreja divergiam daquilo que havia sido idealizado pelos fundadores da Companhia no momento em que fizeram o juramento inicial. Segundo Wright,

Ainda em 1540, Loyola e seus primeiros companheiros não estavam especialmente interessados em liderar os encargos da Contrarreforma. [...] Visavam uma renovação espiritual, uma purificação das almas, queriam corrigir a ignorância da doutrina. [...] A espiritualidade que adotaram não foi concebida como resposta à heresia protestante, estava firmemente enraizada na tradição medieval da *devotio moderna*.¹⁵⁹

Consoante o pesquisador brasileiro Newton Xavier, essa religiosidade, relacionada tanto a uma “busca espiritual” como também a uma “dimensão

¹⁵⁶ ARRUIPE, Pedro et al. **Os jesuítas**: para onde caminham? São Paulo: Loyola, 1978, p. 133.

¹⁵⁷ BANGERT, 1985, p. 34.

¹⁵⁸ XAVIER, Newton da Rocha. **No solo regado a sangue e suor**: a cartografia da província jesuítica do Paraguai (século XVIII). 2012. 172f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012, p. 18.

¹⁵⁹ WRIGHT, 2006, p. 32, grifo do autor.

moderna da busca pelo conhecimento”,¹⁶⁰ seria guiada por um grande e ambicioso projeto jesuítico que envolveria os dois maiores empreendimentos da Companhia ao longo de sua história: o ensino e as missões fora da Europa. Resultado de determinadas demandas à medida que a Ordem se expandia pelo continente europeu e estabelecia alianças com os governantes temporais.¹⁶¹

Diante disso, os papéis desempenhados por dois dos fundadores da Companhia de Jesus vieram a ser imprescindíveis para o início das atividades tanto missionárias, quanto educacionais. Segundo aponta Juvenal Costa, o conterrâneo de Loyola, Francisco Xavier, foi encarregado de coordenar as ações evangelizadoras em Goa, na Índia. Ao passo que o português Simão Rodrigues cuidaria dos assuntos da Companhia em Lisboa e Coimbra; como a abertura de colégios direcionados, a princípio, à formação de seus próprios membros.¹⁶² Assim, partindo da leitura de Luís Cerveira podemos constatar que a precoce aliança estabelecida entre a Ordem e a monarquia portuguesa, que desde 1539, sob o reinado de D. João III (1502-1557), cortejava os soldados de Loyola para serem também “o ‘braço religioso’ do projeto luso para o Brasil”.¹⁶³

Com exceção de Loyola, que permaneceu no quartel-general da Companhia localizado em Roma até seu falecimento em 1556, os demais membros rapidamente se espalharam por outras regiões, criando suas raízes a partir de suas articulações políticas. Considerando o contexto de guerra religiosa em que a Companhia surgiu, não surpreende que as alianças mais duráveis com

¹⁶⁰ XAVIER, 2012, p.23.

¹⁶¹ Sob essa lógica, o pesquisador brasileiro Célio Juvenal Costa ainda nos esclarece que “a estratégia jesuítica se pautou, desde o início e nos diferentes tipos de trabalho, numa aproximação, sempre a mais estreita possível, com os mandatários nacionais e locais”. Logo, continua o autor, “não é sem razão que inúmeros jesuítas se tornaram confessores de reis e de príncipes em vários países europeus.” COSTA, Célio Juvenal. A companhia de Jesus: racionalidade e civilização. In: **IX Simpósio Internacional Processo Civilizador**, Ponta Grossa, 2005, p. 09.

¹⁶² COSTA, 2005, p. 03.

¹⁶³ CERVEIRA, Luís Alexandre. Jesuítas: entre a fidelidade ao rei e o projeto inaciano. Conflitos políticos e disputas econômicas – o caso da revolta dos comuneros (Paraguai 1721-1735). In: **Veredas da História**, ano 4, 1. ed., 2011, p. 03.

os reinos europeus, tenham sido, sobretudo, naqueles onde a Reforma não vingou.¹⁶⁴

O século XVI, reconhecido como o século da Companhia, marcou o avanço considerável dos jesuítas por todo o globo, possuindo uma área de atuação que abrangia desde as terras ameríndias às ilhas do Japão. E concomitante a esse alargamento da esfera de influência jesuítica, o número de adeptos também crescia assombrosamente. Da fundação da Companhia à morte de seu principal fundador contavam-se cerca de mil membros, tendo, pois, alcançado até a década de 1580 mais de cinco mil.¹⁶⁵ Assim, podemos notar que, aliado à multiplicação dos adeptos que vestiam a roupa da Companhia e seguiam rigorosamente os *Exercícios Espirituais* de Loyola, o alcance missionário e o aparecimento de colégios coordenados pelos jesuítas só tendiam a crescer em número e grau.

Acerca da postura da Ordem e sua contribuição frente à modernização europeia seiscentista, destoando da imagem de opositores ao progresso científico no período das *Luzes*, os jesuítas possuíam uma notável destreza ao lidar com eventuais adversidades nos diversos locais em que se encontraram. Tal maleabilidade e disposição apresentada diante de imprevistos e que se traduziria em uma das marcas fundamentais da Ordem, era possível, segundo o historiador alemão Peter Mainka, graças a

Uma organização racional, lógica e efetiva com uma hierarquia claramente estruturada, possibilitando, naquela época um alto grau de eficiência e capacidade de atuar e de decidir num ambiente sempre mais complicado e diante de desafios crescentes.¹⁶⁶

Como já mencionado, também, os objetivos traçados pela Companhia de Jesus não estiveram, de início, relacionados à luta do catolicismo contra as heresias provenientes da reforma protestante, nem mesmo à “legitimação e afirmação

¹⁶⁴ MORSE, 1988, p. 36-37.

¹⁶⁵ ARRUIPE, Pedro et al. **Os jesuítas**: para onde caminham? São Paulo: Loyola, 1978, p. 12.

¹⁶⁶ MAINKA, Peter Johann. Historiografia alemã sobre a Companhia de Jesus: pesquisas recentes sobre os jesuítas e a sua atuação nas Américas portuguesa e espanhola. In: **Revista Diálogos**, v. 15, n. 1, 2011, p. 201.

das monarquias católicas”.¹⁶⁷ Todavia, ao tomar como meta a expansão da fé católica, não há como negar, que “a Companhia de Jesus participava, de modo privilegiado, desde sua fundação, nesse processo de globalização recente e enlace múltiplo, atuando em todos os cantos do mundo conhecido”.¹⁶⁸

Para realizar o complexo ofício que vieram a desempenhar, os escolásticos jesuítas além dos juramentos típicos ao entrar na Ordem e já referidos, de castidade, pobreza e obediência tanto institucional quanto ao Papa, tinham anos de estudos sólidos pela frente. Os quais se dividiam, basicamente, em dois anos de Noviciado, três anos de estudos filosóficos, seguidos por mais quatro dedicados à Teologia. Nos casos em que a vocação para o campo pedagógico era notada pelos superiores, ainda era adicionado na formação do ingresso um período dedicado ao Magistério.¹⁶⁹

Assim, buscando servir melhor a instrução jesuítica, os primeiros colégios da Companhia se reservavam, a exemplo do caso português, à formação dos novos membros. Que, ao longo do curso, realizavam sucessivos testes que tinham por objetivo realçar as capacidades individuais de cada indivíduo, incluindo, a condição física – o que reforçava, ao lado da rigidez disciplinar e da estrutura hierárquica interna, o caráter militarizado constantemente atribuído à Ordem.¹⁷⁰ Quando essa condição não era um atributo, o ingresso era designado ao sacerdócio, ao invés de enviado às distantes missões estrangeiras.

Mais tarde, o sucesso e eficiência da Companhia no preparo de seus homens levaram os colégios jesuíticos a receber também grande parte do clero secular europeu.¹⁷¹ No entanto, não foram apenas os clérigos que se interessaram pela instrução inaciana. Os debates filosóficos tão presentes em suas aulas, que traziam luz sobre textos clássicos da antiguidade e eram, muitas vezes, abertos

¹⁶⁷ CARDOSO, 2009, p. 01.

¹⁶⁸ MAINKA, 2011, p. 201.

¹⁶⁹ WRIGHT, 2006, p. 54.

¹⁷⁰ SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. In: **Educar em Revista** [online], n. 31, 2008, p. 171.

¹⁷¹ WRIGHT, 2006, p. 58.

ao público, atraíam a atenção, principalmente, dos jovens.¹⁷² De modo que em 1548, na cidade de Messina, na Sicília, a Companhia inaugurava seu primeiro colégio destinado a estudantes leigos. Sendo três anos depois, por meio de um ofício enviado por Loyola à toda a Companhia, sugerido a criação de colégios em várias partes da Europa.¹⁷³

Em face ao crescimento exponencial no campo das atividades educacionais, veio também a necessidade de elaborar um manual de estudos padronizado, capaz de orientar e instruir os diretores dos colégios e universidades, bem como os mestres e lentes. Após a rejeição de diversos documentos ao longo de quase meio século determinou-se, em 1599, a adoção do *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu* (ou “Plano Oficial de Estudos da Sociedade de Jesus”), unificando toda a pedagogia e organização escolar dos jesuítas sob um mesmo corpo metodológico.¹⁷⁴

Embora sua oficialização tenha ocorrido durante o período em que o italiano Claudio Acquaviva (1543-1615) esteve à frente como Superior Geral da Companhia, a proximidade do *Ratio Studiorum* com a metodologia de ensino aplicada nas faculdades parisienses revelava uma incontestável influência de Inácio de Loyola. Visto que,

Ao insistir que se adoptassem os métodos de Paris, [Loyola] queria garantir que os colégios jesuíticos tivessem certas características fundamentais: uma distinta e graduada ordem de estudos; respeito pela diferente capacidade dos estudantes. Instância na assistência às lições; abundância de exercícios.¹⁷⁵

¹⁷² BANGERT, 1985, p. 39.

¹⁷³ BANGERT, 1985, p. 40.

¹⁷⁴ “O *Ratio Studiorum* preceitua a formação intelectual clássica estreitamente vinculada à formação moral embasada nas virtudes evangélicas, nos bons costumes e hábitos saudáveis, explicitando detalhadamente as modalidades curriculares; o processo de admissão, acompanhamento do progresso e a promoção dos alunos; métodos de ensino e de aprendizagem; condutas e posturas respeitadas dos professores e alunos; os textos indicados a estudo; a variedade dos exercícios e atividades escolares; a freqüência e seriedade dos exercícios religiosos; a hierarquia organizacional; as subordinações...” NEGRAO, Ana Maria Melo. O método pedagógico dos jesuítas: o “ratio studiorum”. In: **Rev. Bras. Educ.** [online], n. 14, 2000, p. 155.

¹⁷⁵ BANGERT, 1985, p. 41.

Além disso, a padronização das normas e dos estudos implicou também em uma centralização da prática educacional jesuíta. De modo que o que fosse ensinado nos Colégios espalhados pelo globo devesse ser guiado pelo Colégio Romano, que, desde sua fundação em 1551, havia se tornado a principal instituição de ensino da Ordem.¹⁷⁶ Em contrapartida, mesmo que os jesuítas estiveram, de fato, a par das inovações científicas do século XVI – como o método experimental e as descobertas astronômicas¹⁷⁷ –, e também nas bases da pedagogia moderna, o *Ratio Studiorum* foi alvo de duras críticas sob o contexto das *Luzes*. Ao passo que, por meio deste conjunto de normas, ficava restrita a divulgação de novas ideias nos colégios e universidades administrados pela Companhia. Além do fato de não ter sofrido quaisquer alterações até 1773, ano em que a Companhia foi extinta pelo papa Clemente XIV (1705-1774).¹⁷⁸

2.2 AS RAÍZES DO ANTIJESUITISMO NO CONTINENTE EUROPEU

Os soldados de Loyola alcançaram ao longo da segunda metade do Seiscentos um lugar especial na Contrarreforma, devido, essencialmente, às atividades evangelizadoras intrínsecas a uma vasta agenda missionária. Estavam longe de agir como monges, enclausurados em conventos ou mosteiros, restritos à contemplação. Ao contrário disso, os jesuítas pregavam que nenhuma reforma espiritual seria possível se em todo o mundo católico não houvesse ação.¹⁷⁹ Não tardando para que essa alteração da prática cristã em ambientes não

¹⁷⁶ Cf. COSTA, Célio Juvenal. Educação jesuítica no império português do século XVI: o colégio e o ratio studiorum. In: PAIVA, José Maria; BITTAR, Marisa; ASSUNÇÃO, Paulo de. (Orgs.). **Educação, história e cultura no Brasil Colônia**. São Paulo: Arké, 2007, p. 29-44.

¹⁷⁷ VILLALTA, Luiz Carlos, A educação na Colônia e os jesuítas: discutindo alguns mitos. In: PRADO, Maria Ligia Coelho e VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes**. São Paulo: Edusp, 2002, p. 177.

¹⁷⁸ NEGRÃO, 2000, p. 154.

¹⁷⁹ EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, p. 32.

clericais fosse reprimida por outras ordens religiosas mais adeptas ao comportamento monástico.¹⁸⁰

Não se limitando somente às repreensões supracitadas, o avanço da Companhia em outros seguimentos da sociedade, que não apenas os típicos da jurisdição eclesiástica, também favoreceram o surgimento de novos inimigos e opositores. Além das seitas protestantes, como esperado, os jesuítas travaram sérias lutas com membros e grupos do próprio catolicismo. Ordens e Irmandades estabelecidas antes da fundação da Companhia que se sentiram prejudicadas frente o surgimento de um novo poder dentro da já disputada hierarquia católica.

Em suma, os jesuítas eram acusados durante a modernidade de atuarem à sombra de uma espécie de projeto ou “visão de mundo jesuíta”, explicado pelo modo peculiar com que se envolviam, segundo Wright, “no fluxo e no alvoreço da vida católica como um todo”.¹⁸¹ E nessa conjuntura de tensão entre a Companhia e outros grupos religiosos, nem mesmo as relações com o Vaticano estiveram a salvo de conflitos. Havendo mudanças no interior da Ordem e até mesmo a indicação de um Superior Geral pelo Bispo de Roma em 1687.¹⁸²

Outro ponto que chama a atenção é o fato das querelas envolvendo a Companhia de Jesus não terem sido desencadeadas somente por elementos externos à ela. Internamente, a Ordem também sofreria os impactos de seu crescimento. O caso dos jesuítas ibéricos, por exemplo, que constantemente reivindicavam mais autonomia em suas ações, foi destacado por Mainka como uma das várias situações de desobediência em relação aos superiores da Companhia.¹⁸³

Não obstante o que foi até aqui exposto, o reconhecimento e sucesso alcançado pela Companhia de Jesus nos âmbitos em que esta se fez atuante, foram o bastante para que chegasse ao fim do Quinhentos como uma ordem

¹⁸⁰ CERVEIRA, 2011, p. 04.

¹⁸¹ WRIGHT, 2006, p. 55.

¹⁸² WRIGHT, 2006, p. 151-152.

¹⁸³ MAINKA, 2011, p. 201-202.

vitoriosa. Divergindo, no entanto, dos dois séculos seguintes, quando os jesuítas passariam a enfrentar uma queda substancial em sua popularidade, em paralelo a um crescimento cada vez maior no número de inimigos.

Diante de um clima de hostilidade e instabilidade política na Europa de meados do século XVII, a notória capacidade da Companhia “de atuar e de decidir num ambiente sempre mais complicado e diante de desafios crescentes”¹⁸⁴ não seria o bastante para mantê-la totalmente protegida. Conflitos dinásticos, crises econômicas e guerras religiosas somados às constantes – e nem sempre desejáveis – mudanças na liderança da Ordem geraram resultados desastrosos à mesma.¹⁸⁵ Sem contar os ataques direcionados aos jesuítas, que, ao longo do tempo, passaram a ganhar contornos mais espessos; delineando, assim, sob traços firmes, um movimento claramente de cunho *antijesuítico*. O qual não foi apenas pautado por histórias, muitas vezes, fantasiosas, mas também por meio de críticas estruturadas dentro de balizas teológicas.

Em sua obra *Os Jesuítas*, J. Wright questiona o que estaria, afinal, por trás do mito criado em torno dos soldados de Loyola; misturando calúnias, relatos exagerados e acusações quase sempre carregadas de um discurso depreciativo.¹⁸⁶ A indagação do autor, que também traz à luz questões outrora abordadas no presente trabalho, perpassa a origem do próprio mito. Que, por sua vez, não estaria propriamente naqueles que, à primeira vista, seriam os mais indicados para tal – os protestantes. Mas nas profundas veias do catolicismo, onde as perseguições e o ódio aos jesuítas eram mais constantes e capazes de estender a dimensão do mito, inclusive, “à escala mundial”.¹⁸⁷

Desde os seus primeiros anos, a Companhia podia ser vista como mais uma peça a ser deslocada no já disputado jogo político que a Igreja coordenava desde a Idade Média. Além do mais, vale assinalar que a magnitude alcançada pelas atividades jesuíticas dentro e fora de Roma e seu rápido processo de

¹⁸⁴ MAINKA, 2011, p. 201.

¹⁸⁵ WRIGHT, 2006, p. 65.

¹⁸⁶ WRIGHT, 2006, p. 159.

¹⁸⁷ FRANCO, José Eduardo. O mito dos jesuítas em Portugal, séculos XVI-XX. In: **Revista Lusófona de Ciência das Religiões** – Ano V, n. 9/10, 2006c, p. 305.

institucionalização vieram a favorecer ainda mais o clima de inimizade dentro do catolicismo. Seja nas decisivas atuações no âmbito da Contrarreforma ou na popularidade em um dos aspectos mais famosos da Companhia: o campo pedagógico, expresso por meio das várias instituições de ensino espalhadas pelo globo as quais somavam mais ingressos que qualquer outro estabelecimento educacional ministrado pelo clero não-jesuítico.¹⁸⁸

Em Portugal, as disputas com outras ordens e congregações religiosas, no que diz respeito à educação, ganhariam protagonismo com os oratorianos ainda na primeira metade do século XVIII. Inclínados às ciências e às artes, além de mais afinados ao pensamento moderno, se converteriam em um importante oponente dos jesuítas nos debates pela imposição de um novo método pedagógico.¹⁸⁹

Entre os membros da Congregação do Oratório que obtiveram maior destaque no Reino, estão os já referidos padres Luís António Verney e António Pereira de Figueiredo.¹⁹⁰ Verney, apesar de suas consideráveis contribuições e a produção de seu polêmico *Verdadeiro Método de Estudar*, acabou esquecido. Enquanto o padre Figueiredo seria reconhecido como um dos homens mais próximos de Pombal no que concerne a fundamentação teórica – tanto da prática regalista quanto das bases teológicas – de sua administração. Não sucumbindo nem mesmo diante das perseguições e do “signo de ameaça” creditado aos oratorianos durante a década de 1760.¹⁹¹

¹⁸⁸ Estima-se, ainda, que desde a morte de Inácio de Loyola, em 1556, até a extinção da Companhia em 1773, os jesuítas estiveram à frente de mais de 800 instituições de ensino espalhadas pelo mundo, tendo nos países ibéricos o maior reduto de sua prática educacional. cf. ROMEIRAS, Francisco Malta; LEITÃO, Henrique. Jesuítas e ciência em Portugal. I – António Oliveira Pinto S.J. e as primeiras experiências com radioactividade em Portugal. In: **Revista Brotéria**, n. 174, 2012, p. 09-10.

¹⁸⁹ Apesar de terem tido uma notável participação nas questões educacionais da modernidade, a historiadora brasileira Vivien Fialho Ishaq salienta que o ofício pedagógico não estava entre as finalidades iniciais da Congregação do Oratório. Assemelhando-se, dessa forma, ao que foi vivenciado pela própria Companhia de Jesus logo em seus primeiros anos. Cf. ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e luzes: a congregação do oratório no mundo português, séculos XVI-XVIII**. Tese de doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 2004, p. 123.

¹⁹⁰ As discussões envolvendo esses padres oratorianos podem ser revistas no capítulo 1 entre as páginas 30-32, quando tratamos sobre o regalismo pombalino e a influência italiana nos debates culturais em Portugal.

¹⁹¹ MARQUES, 2012, p. 49.

Sob um amplo espectro, é possível visualizar que as várias missões em terras estrangeiras, bem como o domínio sobre a formação intelectual europeia, deram também à Companhia de Jesus um determinado tipo de *poder*. Revelando-se por meio de uma considerável estabilidade institucional e autonomia em suas ações, as quais, muitas das vezes, burlavam os acordos com os governantes temporais e até mesmo a obediência ao papa.

Para alguns bispos e cardeais, que censuravam tal postura assumida pela Companhia, era inadmissível que a Igreja católica aceitasse em seu meio uma ordem que, frequentemente, “operava fora das regras [...] da política e justiça eclesiástica”.¹⁹² Já no caso dos dominicanos e franciscanos, em particular, ambos se sentiram acuados frente à substituição massiva dos cargos de confesores das Cortes europeias. Além do ofício missionário alavancado pela Companhia, que acabou se tornando um empreendimento bem-sucedido em comparação com o de tais ordens.¹⁹³

O avanço rápido da ordem jesuíta pelo globo ao longo dos séculos XVI e XVII coincidiu também com o transcurso das primeiras tentativas de seu afastamento ou supressão, antecedendo até mesmo a questão em Portugal consolidada em 1759. Na França, por exemplo, onde os críticos da Ordem eram bastante numerosos, ocorreram tentativas fracassadas de banimento entre os anos de 1594 e 1603, haja vista que o prestígio dos jesuítas junto à Cúria romana, a esta altura, era de grande expressividade. Outras ações semelhantes ocorreriam no mesmo período em Veneza por volta de 1606, mas, como em território francês, não obtiveram os resultados esperados.¹⁹⁴

A despeito do malogro de tais empreendimentos contra a Companhia, foi também em França que floresceu um dos mais importantes movimentos de caráter teológico e doutrinário da época. Inspirados pelo pensamento do professor da Universidade de Lovaina (Bélgica), Miguel Baio (1513-1589), e do bispo da cidade belga de Ypres, Cornelius Otto Jansenius (1585-1638) – de quem se

¹⁹² EISENBERG, 2000, p. 161.

¹⁹³ TAVARES, Célia Cristina da Silva. **Entre a cruz e a espada**: jesuítas e a América portuguesa. 1995. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995, p. 91.

¹⁹⁴ WRIGHT, 2006, p. 162-163.

originária a terminologia dada ao movimento –, os jansenistas buscaram a todo custo “contribuir para a solução de um problema que o Concílio de Trento deixara em aberto: o das relações entre a graça de Deus e a liberdade humana”.¹⁹⁵ Embora quaisquer discussões sobre o assunto tenham sido proibidas após um decreto expedido pelo papa Paulo V, em 1611, e renovado por seu sucessor, Urbano VIII, em 1625 e 1641.¹⁹⁶

Outro ponto de censura por parte dos seguidores de Jansenius esteve relacionado à adoção da filosofia aristotélica pelos escolásticos e amplamente difundida pelos jesuítas. Os jansenistas julgavam que tal escolha havia conduzido a Igreja à um profundo obscurecimento da doutrina e moral cristã. Apoiando-se rigorosamente na Sagrada Escritura e recorrendo à autoridade da Patrística,¹⁹⁷ especialmente nos textos de Santo Agostinho (354-430), o jansenismo tinha a esperança de combater os supostos erros. Sendo os jesuítas elencados como os grandes defensores da escolástica e do próprio catolicismo, não tardaria para que esses se convertessem nos principais inimigos da austeridade jansenista.¹⁹⁸

O pensamento de Jansenius havia sido quase todo compilado e organizado em uma única obra, o *Augustinus*, publicado postumamente em 1640. A obra, cujo título exhibe uma referência direta ao Bispo de Hipona (354-430), foi duramente repelida pela Igreja, entrando para o *Index* dois anos após sua publicação. Conforme definido pelo historiador português Cândido dos Santos, sem constituir-se propriamente em uma ordem religiosa, o jansenismo se manifestou através de uma “interpretação fundamentalista da doutrina

¹⁹⁵ SANTOS, Cândido dos. **O jansenismo em Portugal**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, p. 05.

¹⁹⁶ SANTOS, 2007, p. 06.

¹⁹⁷ “Termo que designa, de forma genérica, a filosofia cristã nos primeiros séculos logo após o seu surgimento, ou seja, a filosofia dos Padres da Igreja, da qual se originará, mais tarde, a escolástica. A patrística surge quando o cristianismo se difunde e consolida como religião de importância social e política, e a Igreja se firma como instituição, formulando-se então a base filosófica da doutrina cristã.” Cf. JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

¹⁹⁸ BANGERT, 1985, p. 251.

agostiniana”,¹⁹⁹ a qual incitava o rigorismo tanto nos debates teológicos quanto na moral cristã.

Mesmo sob forte oposição por parte da Cúria Romana ao longo do Seiscentos, o jansenismo se expandiria e ganharia novos contornos em outras regiões no século seguinte, inclusive, na Itália. Desenvolvendo a partir dessas migrações uma natureza híbrida e, até mesmo, política. Como ainda acrescenta a pesquisadora Zília Osório de Castro,

Embora o jansenismo romano assuma uma feição heterogénea devido a influências tanto de cariz político de origem galicana, josefina ou leopoldina, como de índole eclesial derivada do febronismo, mantém vivas as raízes teológicas e seus postulados antropológicos primitivos.²⁰⁰

Para as finalidades do trabalho em tela, não convém aprofundar as discussões teológicas que opuseram jesuítas e jansenistas. Preocupa-nos, antes de tudo, as reverberações de tais debates no seio de outras doutrinas e projetos políticos, especialmente em Portugal. Uma vez que o jansenismo não foi um fenômeno homogêneo, nem circunscrito a um único país, suas concepções adquiriram nuances próprias de acordo com o lugar e ambiente intelectual em que estiveram inseridos.²⁰¹

De certa maneira, convém ponderar que os embates entre os seguidores de Jansenius e a Companhia vieram a se cruzar em determinado momento os homens das *Luzes*, no que se refere à soberania inaciana sobre a formação intelectual europeia.²⁰² O vasto domínio sobre as instituições de ensino – instruindo não apenas clérigos, mas, principalmente, o público leigo – e a relutância ao pensamento moderno fizeram dos jesuítas alvo de contínuas críticas e um obstáculo aos propósitos ilustrados.

¹⁹⁹ SANTOS, 2007, p. 08.

²⁰⁰ CASTRO, Zília Osório de. Jansenismo versus jesuitismo: Nicolló Pagliarini e o projecto político pombalino. In: **Revista Portuguesa de Filosofia**. Braga: Faculdade de Filosofia de Braga, 1996, p. 224.

²⁰¹ CASTRO, 1996, p. 226.

²⁰² CAMBI, 1999, p. 293.

Conforme discutido outrora neste trabalho, a educação veio a se converter em instrumento indispensável para a verdadeira transformação do homem e da sociedade setecentista. Sendo evocada tanto por filósofos e escritores quanto por projetos políticos lançados por governos monárquicos. No caso desses últimos, têm-se como exemplo central os conflitos entre a Companhia de Jesus e os ideais reformadores do ministro e valido de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo. Haja vista o controle e influência que os jesuítas acumularam sobre o sistema de ensino português desde sua chegada ao Reino, ainda na primeira metade do século XVI.

Por outro prisma, não há como negar que as querelas envolvendo a Companhia de Jesus e que resultariam em seu banimento do império português, tiveram origem décadas antes, no reinado de D. João V. Período em que já se desenrolavam discussões acerca da substituição do método de ensino jesuíta e que, muitas vezes, eram guiadas pelos olhares externos dos ditos estrangeirados, conforme os casos de Ribeiro Sanches e António Verney, cujas contribuições foram mencionadas no capítulo anterior.

Ainda no quadro das discussões supracitadas, vale ressaltar a evidente influência italiana sobre elas, tendo autores como António Genovesi e o padre Muratori seus principais correspondentes. No entanto, da Itália não vieram apenas o embasamento teórico das questões pedagógico-culturais, ou os professores convidados a integrar o novo corpo docente português durante o período pombalino.²⁰³ Mas a vertente jansenista necessária para alavancar outra importante reforma: a da Igreja em Portugal, que, a esta altura, se encontrava no meio de uma disputa envolvendo claras relações de poder entre os âmbitos religioso e civil. Assim, diante desse cenário, é possível concluir que

A reforma da Igreja e a reforma pombalina do Estado [abordada ao longo do capítulo 1] tornam-se partes integrantes de um mesmo

²⁰³ GAUER, 1996, p. 114. A autora ainda lista alguns dos professores estrangeiros de origem italiana contratados, sendo eles: Miguel Fransini, António Dalla Bella, Domingos Vandelli e Miguel Ciera. No caso desse último, que chegou por volta de 1751 em Portugal, à pedido da própria Corte, foi o único a não fazer parte das novas cadeiras da Universidade de Coimbra após a Reforma em 1772, no entanto, realizou trabalhos extremamente eficazes na demarcação de limites no Brasil e em outros assuntos que estendiam para além da Metrópole.

processo político, embora um se faça invocando a disciplina primitiva e o outro encontre no futuro a justificação do presente.²⁰⁴

Não prezando tanto pelo radicalismo como sua vertente francesa, o jansenismo italiano serviu muito bem aos propósitos do chamado regalismo pombalino, que, em seu caráter doutrinário, buscava reduzir os limites de atuação da Santa Sé e realçar, ao mesmo tempo, sua subordinação perante o poder civil. Visto que em Portugal, na ocasião em que Pombal assumia a Secretaria de Estado do Reino, em 1756, “Estado e Igreja seriam assim duas sociedades independentes, iguais quanto à origem do seu poder, diferentes quanto à jurisdição que lhes competia”.²⁰⁵ Acerca dos escritos provenientes da Itália e responsáveis por levar o jansenismo às terras portuguesas, Castro sublinha que esses foram, ao mesmo tempo, resultados de uma vasta rede de correspondências com livreiros italianos, alimentada desde o início da década de 1750, e de relações mantidas pelo marquês de Pombal com certos círculos jansenistas.²⁰⁶

As ações regalistas do Marquês para reduzir cada vez mais as intromissões eclesiásticas nos assuntos pertencentes à esfera temporal, também atingiram anos antes os jesuítas, culminando na famosa expulsão destes de Portugal em 1759. Contudo, os ataques voltados para a ordem de Inácio de Loyola revelaram tons ainda mais severos. Dada a presença dos jesuítas em quase todos os ramos da sociedade portuguesa. Logo,

Este confronto [com os jesuítas], que emergia na superfície da prática política, juntava-se um outro, que incompatibilizava jesuitismo e regalismo e se plasmava na teoria do poder que cada um defendia e que, do ponto de vista de concepção de soberania, anatemizava o jesuitismo como um contrapoder do regalismo.²⁰⁷

Ainda que a Companhia possuísse tamanha influência discutida até então nas páginas deste capítulo, é preciso lembrar que a perseguição sofrida durante a

²⁰⁴ CASTRO, 2001, p. 323.

²⁰⁵ CASTRO, Zília Osório de. Sob o signo da unidade: regalismo vs. jesuitismo. In: **Brotéria – Cristianismo e Cultura**, vol. 169, Braga, ago/set, 2009, p. 118-119.

²⁰⁶ CASTRO, 1996, p. 223.

²⁰⁷ CASTRO, 2009, p. 113.

administração pombalina não se ateve a um só pretexto. Sendo também impulsionada, entre outras causas, pelo envolvimento dos jesuítas em determinados eventos nos anos que se sucederam ao Terremoto de 1755. Conflitos entre a Coroa portuguesa e os índios brasileiros e uma tentativa malsucedida de regicídio, por exemplo, tingiram de sangue a imagem dos jesuítas dentro e fora das fronteiras de Portugal.²⁰⁸ Além de realçar, à nível internacional, as já frequentes acusações de desobediência perante as leis civis:

O fato dos jesuítas terem o “preceito de obediência cega à Igreja” e “um voto especial de obediência ao Papa” tornava-os um grupo que nem sempre, pelo menos aos olhos dos administradores civis, aceitavam e cumpriam as regras do Padroado.²⁰⁹

A expressiva autonomia desfrutada pelos jesuítas e observada na fala anterior do historiador brasileiro Luís Alexandre Cerveira, interferia diretamente no transcurso de projetos absolutistas de cunho regalista. Porém, não foram somente os governantes temporais a se sentirem incomodados com as atuações jesuíticas. Conforme antes discutido, a própria Igreja questionou tal autonomia, que, em determinadas ocasiões, foi capaz de sobrepujar até mesmo a fidelidade ultramontana, presente entre os solenes votos jesuíticos.

A razão para esse comportamento de insubordinação por parte dos jesuítas estaria respaldada em outro de seus preceitos fundamentais: a submissão total às ordens do Superior Geral da Companhia.²¹⁰ De modo que a autoridade quase despótica atribuída ao ocupante deste cargo e o crescente número de padres e instituições de ensino sob controle jesuíta, fizessem da Companhia de Jesus detentora de um poder ao mesmo tempo espiritual e temporal. Visto de outro modo, o amadurecimento da Ordem trouxe consigo a passagem de um conceito de obediência inaciana à Santa Sé para um conceito estritamente

²⁰⁸ Cf. DOMINGUES, Beatriz Helena. **Tão longe, tão perto**: a Ibero-América e a Europa ilustrada. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 76-77.

²⁰⁹ CERVEIRA, 2011, p. 04.

²¹⁰ Dentro da hierarquia jesuíta havia ainda a Congregação Geral, responsável por cuidar dos assuntos internos da Ordem e escolher um Superior Geral. Apesar disso, o ocupante desse cargo vitalício teria plena voz e autonomia em toda a Ordem, inclusive, sobre a própria Congregação que o elegeu. ARRUIPE, 1978, p. 20.

institucional, “relativizado e adaptado às necessidades objetivas de cumprimento do projeto jesuítico”.²¹¹

2.2.1 O *Compêndio Histórico* e a campanha antijesuítica pombalina

Dada a importância que a Companhia de Jesus teve em Portugal por mais de dois séculos, surpreende o fato de ter saído justamente de lá as maiores críticas ao projeto jesuítico e a sucessiva campanha antijesuítica. Ao passo que a monarquia portuguesa foi também a primeira, entre as demais europeias, a ordenar o afastamento da Companhia de seus territórios. Servindo depois como exemplo para a França, em 1764, e para os reinos de Espanha e Nápoles, ambos em 1767.²¹²

O que atrai ainda mais a atenção, a partir deste ponto, é que nem mesmo o conflito inicial com a Companhia – que resultaria nos eventos de 1759 – parece ter sido o bastante para destruir o *ethos* jesuítico em Portugal, ou mesmo acelerar a política reformista do marquês de Pombal. Nesse último caso, seja com fins para o Estado ou para a Igreja, as ações pombalinas não puderam permanecer mobilizadas apenas por seu viés moderno e positivo. Fazendo-se necessário criar um inimigo que fosse capaz de legitimar o discurso por trás de tais reformas. Algo que representasse o inverso, o outro lado da moeda. De modo que se tornaria emergente, segundo a interpretação do historiador brasileiro Eduardo de Carvalho Junior, “afirmar o atraso e o distanciamento em relação aos avanços das demais nações para pavimentar o caminho de ampla reforma da sociedade”.²¹³

Logo, utilizando-se da imagem já deturpada dos jesuítas em Portugal e no cenário europeu, Pombal elegeu a Companhia de Jesus como símbolo de todo o atraso e decadência cultural que pairava sobre sua nação. Enquanto a

²¹¹ CERVEIRA, 2011, p. 17-18.

²¹² CARDOSO, 2009, p. 14.

²¹³ CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de. A ideia de atraso e o papel da educação na modernização portuguesa da segunda metade do século XVIII. In: **Revista e-Hum**, Belo Horizonte, vol. 02, n. 05, 2012, p. 42.

Europa, por sua vez, representaria a principal referência moderna.²¹⁴ Ademais, por em xeque o antigo diante do moderno, é algo comum dentro do discurso da própria Modernidade. Como explica o filósofo brasileiro Danilo Marcondes:

O conceito de *modernidade* está sempre relacionado para nós ao “novo”, àquilo que rompe com a tradição. Trata-se, portanto, de um conceito associado quase sempre a um sentido positivo de mudança, transformação e progresso. Não é à toa que no discurso político frequentemente encontramos esse termo, quando falamos, por exemplo, em um projeto de “modernização” do país.²¹⁵

A partir da política reformista impulsionada por Pombal, pelo menos no que se refere à reformulação do sistema educacional luso, a presença da ideia de progresso intrinsecamente relacionada à Europa se faria cada vez mais evidente.²¹⁶ Afinal, combater a influência jesuítica e extirpá-la de uma vez de todos os colégios e universidades portuguesas, se traduzia em um dos meios mais eficazes para a realização dos objetivos pombalinos quanto à modernização cultural do Reino e à formação intelectual de jovens fidalgos. Tendo em vista que se convencionou, durante a administração pombalina, que

A partir do ensino, os Jesuítas teriam feito decair todos os setores de actividade do reino e a capacidade de elevação das suas instituições e figuras políticas, religiosas, literárias e científicas ao nível do prestígio e do reconhecimento das mais glorificadas da Europa.²¹⁷

Cerca de uma década após o afastamento dos jesuítas, Pombal vislumbraria a necessidade de diagnosticar a situação na qual se apresentava o ensino luso. Para esse intento, formou uma comissão avaliadora composta por figuras políticas e intelectuais próximos tanto a ele quanto ao rei D. José I. A Junta de Providência Literária, como a comissão veio a ser denominada, foi instituída por Carta Régia em 23 de dezembro de 1770.²¹⁸ Sob a supervisão do marquês

²¹⁴ FRANCO, 2006a, p. 6543.

²¹⁵ MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 139, grifo do autor.

²¹⁶ “A política cultural pombalina – nomeadamente na expressão antijesuítica – reflete claramente a influência europeia, não só pela adopção de princípios teóricos enunciados além fronteiras, mas também pela inserção numa dinâmica bem definida.” CASTRO, 1996, p. 228.

²¹⁷ FRANCO, 2006a, p. 6530.

²¹⁸ POMBAL, 2008, p. 95.

de Pombal e de D. João Cosme da Cunha e Távora (1715-1783), o Cardeal da Cunha, a atenção da Junta recairia também sobre as causas do atraso cultural e do estado de ruína em que se encontravam as matérias da mais importante instituição de ensino superior portuguesa da época: a Universidade de Coimbra.

A Junta de Providência Literária era formada por sete Conselheiros, estando entre eles: o Bispo de Beja e presidente da Real Mesa Censória, Frei Manuel do Cenáculo; os Desembargadores do Paço, José Ricalde Pereira de Castro e José de Seabra da Silva; o Deputado da Mesa da Consciência e Ordens, António Marques Geraldês; o reitor da Universidade de Coimbra entre os anos de 1770 e 1779, Francisco de Lemos Pereira Coutinho; e por fim, os Desembargadores dos Agravos da Casa da Suplicação, Manuel Pereira da Silva e João Pereira Ramos de Azeredo.²¹⁹

A colaboração de tais homens na propaganda antijesuítica parece nos indicar, preliminarmente, a presença de um consenso na Junta tanto no que refere ao ódio aos jesuítas quanto aos ideais reformistas de Pombal. Fazendo luz à escolha pombalina de atrair, segundo fora descrito pelo historiador oitocentista João Manuel da Silva, “todos os talentos que lhe apareciam, para dirigi-los a seu fim e plena realização de seus desejos”. Dessa maneira, como ainda acrescenta o autor, “não houve talento nem intelligencia que não procurasse unir á sua fortuna”.²²⁰

Em menos de um ano após o início dos trabalhos, a Junta apresentaria como resultado de sua investigação aquela que é tida como a primeira denúncia oficial da suposta decadência provocada pelos jesuítas “primeiro na Universidade de Coimbra e conseqüentemente nas aulas de todos estes Reinos”.²²¹ Entregue ao monarca português em 28 de agosto de 1771 e com o título abreviado de *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*,²²² a obra é tida também como um grandioso libelo antijesuíta do

²¹⁹ POMBAL, 2008, p. 96.

²²⁰ SILVA, 1847, p. 172-173.

²²¹ POMBAL, 2008, p. 99.

²²² Título completo da obra: *Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências, nos*

período pombalino. Cujas produções foram embasadas em um numeroso corpo documental, envolvendo desde livros e ofícios à correspondências pessoais.

Sobre a estrutura organizacional do *Compêndio Histórico*, o mesmo é dividido em duas grandes partes. A Primeira Parte, subdividida em quatro Prelúdios que seguem uma ordem cronológica dos fatos, dão uma ideia ampla das *maquinações* e dos *estragos* cometidos pelos jesuítas na Universidade de Coimbra. Datando do período que compreende a chegada da Companhia de Jesus à Portugal na primeira metade do século XVI ao reinado de Felipe II da Espanha (1527-1598), durante a união das coroas ibéricas ocorrida entre os anos de 1580-1640.

Ainda é exposto pela Junta como se deu a formulação gradual dos estatutos *fabricados* pelos jesuítas, além dos *estratagemas* utilizados para se manterem no domínio da Universidade de Coimbra sem interferências externas e internas. Como acusações de heresia direcionadas a grande parte dos mestres estrangeiros,²²³ e o reforço da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos no interior da Universidade, gerando discórdias entre membros do corpo docente e discente da instituição.²²⁴

Já a Segunda Parte se subdivide em três Capítulos, nos quais a Junta procurou descrever detalhadamente as *atrocidades* cometidas nos estudos de Teologia, Jurisprudência Canônica e Civil e Medicina da Universidade. Ressaltando, como na Primeira Parte, os esforços iniciais para que tais matérias não pudessem sair do caos da ignorância. Por fim, a Segunda Parte ainda conta com um *Apêndice* redigido por um membro não oficial da Junta, o padre António Pereira de Figueiredo, onde são acrescentados novos argumentos para justificar a decadência das faculdades de Jurisprudência Canônica e Civil tratada no Capítulo dois. Todavia, assinala a historiadora Ana Cristina Araújo,

A participação deste oratoriano na redacção do *Compêndio Histórico* apresenta-se 'despida de qualquer originalidade', dado que a referida

professores e directores que a regiam pelas maquinações e publicações dos novos estatutos por eles fabricados.

²²³ POMBAL, 2008, p. 148.

²²⁴ POMBAL, 2008, p. 153.

passagem não passa de uma tradução adaptada da obra francesa *Assertions des Jésuites*, publicada em Paris, em 1766.²²⁵

Mesmo diante da importância do *Compêndio Histórico*, cujo conteúdo se limita às questões pedagógico-culturais, não podemos deixar de salientar a existência de outras obras de caráter similar, no que diz respeito a minar toda e qualquer influência da Companhia nos âmbitos em que esta se fazia atuante. Seja através de uma suposta conspiração envolvendo os jesuítas e os índios brasileiros ou da responsabilização pelas ações sombrias do Santo Ofício, os sucessivos ataques à Ordem foram capazes de pavimentar as bases de uma poderosa campanha antijesuítica articulada pelo marquês de Pombal.

Além disso, a produção desses documentos de teor acusatório ajudou ainda, como é interpretado pelo historiador português José Eduardo Franco, a compor uma poderosa literatura antijesuítica. Entre tais obras, o estudioso elenca, em ordem cronológica, cinco obras fundamentais: *Relação abreviada da República que os Religiosos Jesuítas das Províncias de Portugal, e Espanha, estabeleceram nos Domínios Ultramarinos das duas monarquias* (1757); *Erros ímpios, e sediciosos que os Religiosos da Companhia de Jesus ensinarão aos Reos, que forão justicados, e pretenderão Espalhar nos Povos destes Reynos* (1759); *Dedução cronológica e analítica* (1767); *Compêndio histórico do estado da universidade de Coimbra* (1771); *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reinos de Portugal* (1774).²²⁶

A fim de ampliar o alcance dessa e de outras obras antijesuíticas, foi ordenado através de um Alvará em 03 de setembro de 1759 – mesmo data da expulsão da Companhia de Jesus – que seus exemplares fossem enviados “a todos os Tribunaes, Cabeças de Comarcas, e Camaras de todas as Cidades, e Villas”²²⁷ de Portugal. Enquanto os originais, por sua vez, seriam levados ao arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, e guardados em um armário fechado a três

²²⁵ ARAÚJO, Ana Cristina. Dirigismo cultural e formação de elites no pombalismo. In: **O marquês de Pombal e a universidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000, p. 21, grifo da autora.

²²⁶ Para mais detalhes acerca do conteúdo desses documentos, cf. FRANCO, José Eduardo. Os catecismos antijesuíticos pombalinos: as obras fundadoras do antijesuitismo do Marquês de Pombal. In: **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**, ano IV, n. 7/8, 2005.

²²⁷ COLLECÇÃO, 1797, p. 947.

chaves. Das quais, uma seria entregue ao guarda-mor do arquivo e as outras duas a pessoas de confiança de Pombal e do próprio rei. Em linhas gerais, conforme especificado no documento que o criou, o “armário jesuítico” tinha como primado evitar que “taõ memoraveis atrocidades, e de taõ inauditos, e perniciosos insultos; em nenhum tempo se pudessem reduzir a confusaõ, ou a esquecimento”.²²⁸

* * *

A série de ações e ataques diretos aos jesuítas, presentes na campanha antijesuítica pombalina, despontou como um momento até então singular na história de Portugal. Porém, é indispensável a noção de que as nuances desse fenômeno contrário à ordem de Inácio de Loyola já permeavam, sobretudo, o imaginário e os debates intelectuais estrangeiros. Ao afirmar que “o antijesuitismo, a nível internacional, constituiu um fenómeno e um amplo movimento religioso, cultural e sociopolítico”,²²⁹ Franco nos leva ao entendimento de que as discussões também estariam inseridas, inclusive, no discurso das *Luzes*. E que, apesar de ter sido mais intenso em Portugal do que em outras partes da Europa, o ódio aos jesuítas não conheceu fronteiras.

Um exemplo que reforça esse clima de oposição aos jesuítas pode ser encontrado naquele que é considerado o grande símbolo das publicações ilustradas do século XVIII, a *Encyclopédie* organizada por Diderot e D’Alembert. Em um estudo realizado sobre o verbete *jesuite*, presente no volume 8 da obra, os historiadores César Toledo e Vanessa Ruckstadter destacam que os autores buscaram salientar o

Caráter misterioso da Companhia de Jesus e sugere que se trate de uma espécie de conspiração, que ameaçaria inclusive o poder da própria Igreja. Faz isso de maneira especial ao tratar as características do cargo máximo dentro da ordem: o Superior Geral. Personifica nesse cargo características despóticas, violentas e até

²²⁸ COLLECÇÃO, 1797, p. 946-947.

²²⁹ FRANCO, José Eduardo. **Génese e mentores do antijesuitismo na Europa moderna**. Lisboa: CLEPUL, 2012, p. 09.

mesmo chamadas de “maquiavélicas”. Seriam, portanto, um perigo a ser combatido.²³⁰

Indo mais a fundo nessas questões, o historiador alemão Stefan Gatzhammer discorre que a origem do antijesuitismo pode ser encontrada em um período bastante anterior à Pombal ou mesmo ao movimento ilustrado,²³¹ reforçando o que vem sendo discutido ao longo deste capítulo. Um fenômeno que esteve presente desde os anos iniciais da Companhia, sendo difícil, portanto, restringi-lo a um período ou contexto específico.

Frente a tantos opositores e inimigos, é mais que evidente que alguns jesuítas – quando não a própria Ordem – não hesitariam em mover esforços para resgatar sua manchada reputação. Sob um cenário europeu agitado, entre os séculos XVII e XVIII, a grande investida inaciana se deu por meio das *Lettres Édifiantes* (“Cartas Edificantes”), publicadas primeiro em França e posteriormente nos países ibéricos, nas quais se realçava a figura do vitorioso missionário jesuíta diante das mais difíceis adversidades.²³²

Em solo português, mesmo com a divulgação das *Lettres Édifiantes* os maiores esforços se deram pela via pedagógica, a exemplo de tentativas de reformulação dos estatutos do Colégio das Artes e da introdução de novas discussões filosóficas nessa instituição. Mesmo sob clara resistência interna a tais mudanças, não há como limitá-la somente aos superiores jesuítas em Portugal. Haja vista que, como um todo, “não havia uma unidade sistematizada dentro da Companhia preocupada em realizar uma reformulação geral do ensino”.²³³

²³⁰ TOLEDO, César de Alencar Arnault de; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. O antijesuitismo no século XVIII: uma análise do verbete jésuite da Encyclopédie iluminista. In: **Revista Contrapontos**, v. 11, n. 2, Itajaí (SC), jul., 2011, p. 232.

²³¹ Segundo a definição dada por Gatzhammer, “o termo ‘antijesuitismo’ e o seu derivado ‘antijesuítico’ são, no nosso sentido, em geral, expressões que definem uma consciente e hostil atitude básica contra a Companhia de Jesus. O antijesuitismo é tão antigo quanto a própria Companhia de Jesus.” GATZHAMMER, Stefan. **Antijesuitismo europeu**: relações político-diplomáticas e culturais entre a Baviera e Portugal (1750-1780). Lisboa: Lusitania Sacra, 1993, p. 160.

²³² CARDOSO, 2009, p. 08.

²³³ CARDOSO, 2009, p. 12.

O extenso histórico de perseguições e dificuldades enfrentadas pelos jesuítas ao longo de sua trajetória conseguiu ainda fazer sombra sobre um de seus aspectos mais ilustres e irrefutáveis: a origem humilde da Ordem. Fosse em razão da vida simples levada por Inácio de Loyola e os demais fundadores, entre os anos de 1534 e 1540, ou da obrigatoriedade do voto de pobreza para todos os seus membros. Em todo caso, seria estranho pensar que uma ordem religiosa com o mesmo raio de influência conquistado pela Companhia em mais de dois séculos de existência, não entraria em conflito com outros poderes paralelos, inclusive, dentro da Igreja católica. Conforme bem esclarecido por Wright:

Houve jesuítas infames, jesuítas possuídos de uma ambição indecente, jesuítas que preferiam fazer política a pregar, mas confinar todos os membros da Companhia dentro de um 'ismo' – a desonesta, sedenta de sangue, cruel e degoladora imagem do jesuitismo – é tão intelectualmente nocivo quanto encobrir os momentos quando este ou aquele jesuíta pecou, tropeçou ou satisfez seus apetites mais mundanos.²³⁴

2.3 PARA ALÉM DE SOMBRAS E CALÚNIAS...

De volta ao cenário português, retomamos o ponto onde as ações de Pombal de despreço pela Companhia não se traduziam apenas em meras críticas e oposições ao comportamento inaciano. Pois, como visto, o antijesuitismo pombalino se inseria também numa conjuntura política de cunho regalista, buscando combater poderes e “instituições que historicamente se tinham afastado da alçada do poder régio”.²³⁵

Até o início da década de 1770, a Inquisição, cujos tribunais atuavam em Portugal desde meados do século XVI, era vista como uma dessas instituições que laborava sob interferência externa. Além do mais, a imagem negativa que pairava sobre a Inquisição portuguesa era acentuada por uma suposta

²³⁴ WRIGHT, 2006, p. 156.

²³⁵ FRANCO, 2007, p. 82.

associação com a Companhia de Jesus. Os jesuítas eram acusados de terem sido os principais mentores dos regimentos inquisitoriais do Santo Ofício, de modo que se imputassem neles seus interesses mais nefastos.²³⁶ Nesse sentido, a palavra *reforma* foi evocada mais uma vez pelo discurso pombalino como um elemento indispensável para

Exorcizar a decadência e a instituição que a encarna e instituir uma nova idade para curar a alma ferida da nação. [...] Precisamente a Inquisição, seus estilos, seus autos-de-fé públicos eram um dos cartazes emblemáticos pelos quais Portugal era conhecido e olhado com desprimor pela Europa iluminada.²³⁷

Assim, optando pela via da estatização – ao invés da extinção – dos tribunais inquisitoriais, consolidada no ano de 1774, Pombal pôde alcançar, ao mesmo tempo, dois importantes objetivos de seu projeto político: a Reforma da Igreja e a supressão dos últimos resquícios jesuíticos de Portugal.

Quanto ao *Compêndio Histórico*, publicado em 1771, não contribuiria somente para a campanha contra a influência jesuítica no ensino luso, mas, inclusive, para a própria Reforma do Estado. Visto que a produção dessa obra favoreceu a comissão que a elaborou em um empreendimento ainda maior: a criação de novos estatutos para Universidade de Coimbra. Por intermédio de uma carta anexada nas páginas iniciais do *Compêndio Histórico*, expondo ao rei os detalhes da tarefa concluída, a Junta pede ao monarca à mercê de cuidar da reorganização dos estudos da Universidade, julgando-se preparada para tal.²³⁸ Anexa também ao corpo da obra está a resposta do rei ao pedido da Junta, onde, sob tons de aprovação, concedia-lhes a dita permissão:

Subam as minutas dos Estatutos e Cursos Científicos para sobre eles determinar o que entender que é mais conveniente ao serviço de

²³⁶ FRANCO, 2007, p. 37.

²³⁷ FRANCO, 2007, p. 81.

²³⁸ “[...] que servindo-se Vossa Majestade de honrar com a sua real aprovação o referido *Compêndio Histórico e Apêndice*, que lhe serve de suplemento, possa a mesma Junta formular no espírito deles, sem mais perda de tempo, os Estatutos e Cursos respectivos às sobreditas três ciências [Teologia, Jurisprudência Canônica e Civil e Medicina], cujas aulas vão logo abrir, reservando-se para depois da abertura delas tudo o mais que fazer para fazer completo o estabelecimento da Universidade de Coimbra que deve constituir uma das mais gloriosas épocas do felicíssimo governo de Vossa Majestade.” POMBAL, 2008, p.102.

Deus e meu e ao bem comum dos meus vassallos. E louvo muito à Junta o grande e frutuoso desvelo com que se tem aplicado a este importante negócio, o qual confio que seja por ela prosseguido com o mesmo exemplar zelo e completo acerto.²³⁹

Ao encarregar a criação dos novos estatutos da Universidade de Coimbra aos Conselheiros da Junta, Pombal estaria, sob outros termos, limitando os encargos da reforma a uma restrita elite política. Segundo a análise da pesquisadora Ruth Gauer,

A reforma foi pensada pela comissão como uma ação política que partiu de fora da Universidade. A responsabilidade pela Reforma não foi buscada junto ao corpo técnico da mesma, foi antes uma ação que visou destruir o *ethos* educacional jesuítico. Essa destruição abriria o caminho para a construir novos meios que possibilitassem um ensino cujo progresso científico constituiria a parte mais importante de todo processo reformista.²⁴⁰

Ponderadas as contribuições do *Compêndio Histórico* na campanha antijesuítica e, por conseguinte, na reforma dos *Estatutos* de 1772, é preciso ainda assinalar que os ataques à influência jesuítica no âmbito educacional – pelo menos quanto aos estudos menores – já ocorriam antes mesmo da expulsão da Ordem e, inclusive, da ascensão de Pombal como ministro e valido do rei. Por meio da análise dos Decretos e Alvarás anteriores a 1759, se constata os dispendiosos esforços para reduzir a autoridade jesuítica sobre o ensino luso e o domínio significativo que a Ordem possuía no Brasil, no que se refere à administração e catequização dos índios, desde 1549.²⁴¹

Alguns meses antes do terrível cataclismo de 1755, D. José I ordenou por lei, em 07 de junho, a criação de diretorias no Brasil visando substituir tanto a administração quanto o ensino inaciano nos aldeamentos indígenas. O incentivo para tal ordem partiu de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal e governador da região do Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1751 e 1759. De acordo com o historiador Charles Boxer, Mendonça Furtado enviava frequentes relatórios à Corte portuguesa, questionando as atividades da Companhia e denunciando os missionários

²³⁹ POMBAL, 2008, p. 101.

²⁴⁰ GAUER, 1996, p. 48.

²⁴¹ COSTA, 2005, p. 03.

jesuítas de desrespeitarem a autoridade régia.²⁴² Dois anos depois do terremoto, em 1757, o governo português determinaria o afastamento dos padres da Companhia também de suas funções como Confessores da Corte.²⁴³

O ano de 1759 testemunhou, por sua vez, de modo ainda mais intenso, uma série de ordenações de cunho antijesuítico. Em 19 de abril, por exemplo, foi determinada a criação dos *Estatutos da Aula do Comércio* a pedido da recém-criada Junta do Comércio,²⁴⁴ que considerava a falta de instrução comercial uma das principais causas da decadência de muitos negociantes portugueses. Logo, através dos referidos Estatutos, objetivava-se que “nesta pública, e muito importante Escola, se ensinassem os princípios necessários, a qualquer Negociante perfeito”.²⁴⁵

Já em 28 de junho, o golpe lançado pela Coroa portuguesa seria mais profundo. Antecipando, ainda, dois importantes acontecimentos outrora mencionados ao longo deste trabalho: a criação das aulas régias e o afastamento dos jesuítas de todas suas funções pedagógicas. O referido Alvará fornecia novas instruções para os estudos menores, de modo que o domínio sobre o ensino fosse transferido para as mãos do Estado. Dentre as instruções, listavam-se como matérias que fariam parte do novo currículo: a Gramática Latina, o Grego, o Hebraico e a Retórica. Além de estarem proibidos, a partir de sua publicação, o uso de quaisquer livros ou métodos utilizados por padres inacianos.²⁴⁶

Um mês depois, em 28 de julho de 1759, a Corte portuguesa autorizaria por meio de outro Alvará a criação das sobreditas aulas régias e da *Direção Geral dos Estudos*, que teve como seu primeiro Diretor-Geral D. Tomás de Almeida, Principal Primário da Santa Igreja de Lisboa e membro do Conselho pessoal do

²⁴² BOXER, 2002, p. 199.

²⁴³ FRANCO, José Eduardo. O “terramoto” pombalino e a campanha de “desjesuitização” de Portugal. In: **Lusitania Sacra**, 2. série, tomo 18, Lisboa, 2006b, p. 167.

²⁴⁴ A Junta do Comércio foi uma instituição por Decreto em 30 de setembro de 1755, fazendo parte da política Josefina de centralizar, regulamentar e impulsionar as atividades comerciais no Império português. Cf. GARCIA, 2010, p. 94.

²⁴⁵ COLLECÇÃO, 1797, p. 786.

²⁴⁶ COLLECÇÃO, 1797, p. 837-838.

rei.²⁴⁷ Estaria entre as funções principais do Diretor-Geral o regulamento e cumprimento das legislações referentes ao ensino e a nomeação de professores. No entanto, apesar do aparente caráter centralizador na figura do Diretor-Geral, as aulas régias não tiveram os resultados pretendidos, sobretudo, em virtude de não possuírem uma metodologia de ensino que fosse à altura do *Ratio Studiorum* dos jesuítas, seja em matéria de eficiência ou na padronização das atividades educacionais,²⁴⁸. Sendo assim,

Não se trata, portanto, de uma reforma, embora o próprio termo seja empregado no alvará, mas da substituição de um método, substituição que, aliás, não será feita por um método novo, mas pelo método já usado a duzentos anos, com atualizações necessárias.²⁴⁹

Cabe ressaltar, ainda, que em menos de uma década após o último Alvará mencionado, a direção dos estudos menores do Reino deixou de ser função do Diretor-Geral e foi transferida para a Real Mesa Censória, criada em 1768.²⁵⁰ Órgão este, que, além da administração dos colégios, passaria a concentrar as funções antes exercidas pelo Santo Ofício, no que condizia ao exame e censura de livros que circulavam em Portugal. Inserida na conjuntura de centralização política ao longo da administração pombalina, “a criação de instancias censórias era entendida como exigência para a proteção do projeto de sociedade que se acreditava ser o melhor”.²⁵¹

Enfim, podemos compreender até aqui que os diversos esforços para destruir a influência inaciana, sobretudo no âmbito educacional, se iniciaram antes

²⁴⁷ Como se encontra estabelecido no decreto real: “Faço saber a todos, que este Edital virem, ou delle tiverem noticia, que, havendo El Rey nosso Senhor por effeito da sua Real Grandeza, e Piedade creado Director geral dos Estudos destes Reinos, e seus Dominios por Decreto de seis de Julho do presente ano para executar as sempre admiraveis providencias, e acertadissimas Instrucçoens, com que o mesmo Senhor tem determinado estabelecer de novo os Estudos em seus dilatados Dominios, desterrando, e abolindo os antigos methodos, que só serviaõ de consumir os tempos, sem a utilidade, que podia corresponder-lhes.” COLLECÇÃO, 1797, p. 882.

²⁴⁸ SHIGUNOV NETO, 2008, p. 180.

²⁴⁹ CARVALHO, Rômulo de. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação na nacionalidade até o fim do regime Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 430.

²⁵⁰ RIBEIRO, 1871-1914, p. 191-192.

²⁵¹ FRANCO, 2007, p. 16.

mesmo da expulsão dos jesuítas de Portugal. Todavia, é no período posterior que a campanha antijesuítica tomará uma magnitude ainda maior.

Como discutido, tal campanha não teve por desígnio apenas difamar a imagem da Companhia, manchada por tantos inimigos ao longo de sua história, mas, principalmente, agregar força ao projeto político modernizador do marquês de Pombal. Conforme será ainda observado no próximo capítulo, o relativo sucesso desse projeto só foi possível graças à força de uma elite política e intelectual próxima ao Marquês. Procurando atender a proposta deste trabalho, buscaremos analisar a trajetória individual dos Conselheiros da Junta de Providência Literária, responsável pela produção do *Compêndio Histórico*. Por esse expediente tentaremos avaliar a importância que esses indivíduos tiveram na legitimação do discurso antijesuíta que justificou as reformas educacionais.

CAPÍTULO III

NEM TÃO PERTO DAS LUZES, NEM TÃO LONGE DAS SOMBRAS: A ELITE DIRIGENTE POR TRÁS DO DISCURSO ANTIJESUÍTA DO MARQUÊS DE POMBAL

A impopularidade dos jesuítas na Europa, sentida em larga escala na segunda metade do Setecentos, não pode ser medida, exclusivamente, por meio dos esforços realizados em Portugal por Sebastião José de Carvalho e Melo. Como buscamos tratar até aqui, o uso da propaganda antijesuítica com o objetivo de minar a influência da Companhia de Jesus, acima de tudo, na esfera educacional, se estendia para além do Reino e possuía origens anteriores ao reinado Josefino. Contudo, no período pombalino, a hostilidade intensificou-se e os jesuítas, foram responsabilizados, entre outras causas, pela suposta decadência cultural e moral que pairava sobre o Reino. Segundo o discurso antijesuíta da época, impresso no *Compêndio Histórico*, a Ordem teria colaborado grandemente para a construção do estigma de atraso que pairava sobre Portugal e que, ao mesmo tempo, se contrapunha ao restante da Europa, tida por moderna e iluminada.

Por outro lado, tais ataques serviram de subterfúgio para uma questão central ao projeto pombalino: as desejadas reformas do Estado e o controle da Igreja, seguindo uma lógica já em andamento em outras monarquias católicas à época, como em Áustria e na Prússia. Cabe alertar que, assim como o antijesuitismo, a defesa da soberania régia sobre seu território, não era uma novidade do período, nem uma invenção pombalina. Ao contrário, as estratégias e instituições que tornaram possível o protagonismo político da Coroa portuguesa, se inseriam em um longo e demorado processo ocorrido, sobretudo, entre os séculos XVI-XVIII.²⁵²

Contudo, tal protagonismo se intensificou com o discurso reformista de Pombal. E nesse aspecto é essencial considerar que o mesmo não se sustentaria sem uma base política e intelectual capaz de validá-lo e legitimá-lo frente ao Estado e à sociedade. Partindo dessa percepção é que nos indagamos sobre a importância desses colaboradores: quem foram esses homens e quais suas contribuições? Buscando responder tais questões, partimos à busca de informações sobre suas trajetórias, os ofícios desempenhados na administração central, bem como o peso que possuíam no cenário político

²⁵² CARDIM, Pedro. Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do antigo regime. In: **Revista Nação e Defesa**. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, n. 87, 1998, p. 133.

moderno em Portugal. Cruzando com informações contidas em suas biografias, procuramos aferir as principais contribuições desse grupo para a propaganda antijesuíta pombalina.

3.1 QUANDO A INÉRCIA DA REALEZA SE CONVERTE EM PROTAGONISMO POLÍTICO

No que concerne aos diferentes projetos envolvendo a centralização política e o crescimento da esfera de influência do poder régio ao longo da Modernidade, estes se estabeleceram por meio da historiografia tradicional como sendo parte de um processo linear e estratégico, supostamente iniciado nos fins da Idade Média e que Portugal havia experimentado precocemente.²⁵³ Uma narrativa submersa em anacronismos, a qual fez valer à organização política do Antigo Regime os mesmos contornos dados ao Estado Moderno por excelência; “fruto das concepções liberais e das revoluções burguesas do século XVIII”²⁵⁴, como define o estudioso Maury Viviani. Em síntese, parte-se de uma perspectiva histórica astigmática, orbitando a ideia de um Estado burocrático, centralizador, separado da sociedade civil e construído sobre um direito único. Tal como se apresentava nas concepções do sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) no primeiro quartel do século anterior.²⁵⁵

Por volta dos anos de 1980, entretanto, as produções acadêmicas sobre essa temática – compreendendo tanto as relações de poder como a gênese do próprio Estado – provocaram mudanças profundas no campo da historiografia institucional e política. Sobretudo, na parte meridional da Europa, tornando as

²⁵³ HESPANHA, 2012, p. 118.

²⁵⁴ VIVIANI, Maury Roberto. **Constitucionalismo global**: crítica em face da realidade das relações internacionais no cenário de uma nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 93.

²⁵⁵ Para uma leitura mais abrangente acerca da organização do Estado Moderno segundo o pensamento de Weber, cf. WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 2 vols., 4. ed. Brasília (DF): Editora UnB, 1999.

penínsulas itálica e ibérica o epicentro das discussões.²⁵⁶ Assim, impulsionados pela vertente antiestadualista nascida na década de 1970 e pelos desafios de superar o espectro corrente de uma centralização política precoce, a recente geração de historiadores lusos²⁵⁷ procurou enfatizar “a pluralidade e a intangibilidade das jurisdições como um traço característico da constituição política da primeira modernidade”.²⁵⁸ Conforme é esclarecido pelo historiador Luís Fernando Pereira,

No mundo medieval e em parte do moderno via-se o poder como uma realidade compartilhada por diversos polos sociais. Em Portugal, particularmente, as teorias absolutistas encontram entrave no particularismo e no pluralismo efetivo, principalmente jurídico. Mesmo as Ordenações não têm a pretensão de impor o [...] absolutismo jurídico, ou seja, a consolidação de uma única fonte do direito como sendo a lei.²⁵⁹

Ademais, as razões que explicam a sobrevivência desse pluralismo ao mesmo tempo político e jurídico e a consequente fragmentação do poder central por quase toda a era Moderna estiveram estreitamente ligadas a quase inexistente articulação entre o aparelho burocrático e estratégias administrativas que abarcassem todo o Império.²⁶⁰ Frustrando, dessa maneira, as investidas por parte da Coroa em tornar sua governabilidade mais sistemática e dinâmica, a exemplo do que se vislumbrou mais tarde por meio das reformas pombalinas.

Com efeito, até o Setecentos nos parece nítido que as ações desempenhadas pelo centro da monarquia portuguesa não eram eficientes a ponto de elevar o

²⁵⁶ HESPANHA, António Manuel. A constituição do império português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a, p. 165-166.

²⁵⁷ Entre os quais se ressaltam nomes como os de Nuno Gonçalo Monteiro, António Manuel Hespanha, José Subtil, Mafalda Soares, Pedro Cardim e Ana Cristina Nogueira.

²⁵⁸ HESPANHA, 2001a, p. 166.

²⁵⁹ PEREIRA, Luis Fernando Lopes. Ambivalências da sociedade política do antigo regime: cultura político-jurídica no Brasil do século XVIII. In: **Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN, Caicó (RN), v. 9. n. 24, set/out, 2008, p. 05.

²⁶⁰ LOUREIRO, Marcello José Gomes. A monarquia polissinodal portuguesa e o debate em torno da região do Prata (1640-1661). In: **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH**, Rio de Janeiro, 2010, p. 03. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276736686_ARQUIVO_Anpuh2010T extoMarcelloLoureiro.pdf. Acesso em: 13 de dezembro de 2015.

poder conferido ao rei acima dos demais agentes políticos. De acordo com o historiador Pedro Cardim, as forças que convergiam para esse mesmo centro coexistiam com outras forças de tamanha importância e hierarquia, que constantemente robusteciam a descentralização administrativa a fim de manter ativos os vários polos de poder.²⁶¹ Com destaque para os trabalhos de António Manuel Hespanha, os quais muito contribuíram na construção deste capítulo, nota-se que o conceito de *monarquia corporativa* melhor se adequa a problemática da partilha do poder no complexo imperial luso entre o século XVI e meados do XVIII. Afora o que já foi assinalado até aqui, pesou sobre essa definição o fato da Coroa ter lidado também com uma considerável autonomia de grande parte de suas instituições, bem como dos oficiais régios e de suas respectivas atribuições.²⁶²

Por outro lado, convém mencionar que esse universo corporativo não evitou que se desenrolassem tentativas, embora raras, de se alterar a ordem disposta, principalmente, após o ano de 1640. Esboçando um vagaroso processo que, desde a dinastia de Avis (1385-1580), se fez "sempre com muitas cautelas, sem grande articulação e através de decisões cujo alcance, na maior parte dos casos, foi pouco visível no tempo em que tiveram lugar".²⁶³

Tal questão acerca das dificuldades da Coroa em controlar ou reduzir a autonomia dos demais centros de poder que compartilhavam o mesmo espaço político-administrativo também compõe as pesquisas mais recentes, onde foram reexaminadas as particularidades do *absolutismo* português. Apesar de há muito ser entendido como o principal sistema sócio-político do Antigo Regime, tornou-se necessário ponderá-lo "a partir de novas lentes, que questionam o caráter absoluto e ilimitado do poder do rei".²⁶⁴ Logo, partindo dessas breves considerações e do reconhecimento de uma administração central fragmentada, entendemos que não há como conceber, de fato, em

²⁶¹ CARDIM, 1998, p. 132.

²⁶² HESPANHA, 2001a, p. 166-167.

²⁶³ CARDIM, 1998, p. 133.

²⁶⁴ PEREIRA, 2008, p. 01-02.

Portugal a existência de um perfil absolutista de governo – mesmo em seu viés ilustrado – antes de 1750.²⁶⁵

Quanto ao lugar ocupado pela Coroa no cerne de uma monarquia corporativa e, por implicação, policêntrica²⁶⁶, a ela restava um papel ao mesmo tempo ordenador e arbitrário, competindo à figura real a harmonia entre os diferentes poderes. O que reforça ainda a premissa de que no Antigo Regime “o poder das estruturas superiores era destinado a manter o equilíbrio natural da sociedade”.²⁶⁷

Esse tipo de governabilidade, assentado sobre bases teológico-jurídicas, decorria da esmagadora influência católica sobre Portugal cuja origem remonta ao período do medievo. Para o historiador carioca João Fragoso, houve durante a modernidade a predominância de “uma visão de mundo que interpretava e organizava a realidade social segundo os preceitos fornecidos pelo catolicismo”,²⁶⁸ tendo por fundamentação a tradição escolástica. Tradição essa que, conforme discutido por nós em outro momento deste trabalho, a Igreja teria nos jesuítas seus mais importantes defensores. Mas, ao contrário da perseguição e banimento destes últimos, convém chamar a atenção que Pombal não tentou extinguir por completo os preceitos cristãos do projeto modernizador ora em pauta. Juntos, razão e religião serviriam aos propósitos da ilustração portuguesa especialmente no que tange o modelo educacional,²⁶⁹ que visava reformar tanto a instrução pública quanto a instrução do clero português.

No intuito de garantir o bem comum de todos os súditos, foi confiada então ao monarca a tarefa assinalada por Cardim de “harmonização das vontades

²⁶⁵ CARDIM, 2008, p. 141.

²⁶⁶ SCHAUB, Jean-Frédéric. Novas aproximações ao antigo regime português. In: **Penélope**, n. 22, 2000, p. 122.

²⁶⁷ PEREIRA, 2008, p. 07.

²⁶⁸ FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de monarquia pluricontinental: notas de um ensaio. In: **Revista de História**, v. 31, n. 02, São Paulo, jul/dez 2012, p. 120. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v31n2/07.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

²⁶⁹ ARAÚJO, 2000, p. 13.

frequentemente dissonantes”,²⁷⁰ sem deixar, contudo, de cumprir seu dever natural de gerir de maneira pacífica o extenso território. Partindo da fala de Cardim, é possível apreender que embora o papel de manter o equilíbrio do Estado sob uma ordem transcendente, o governante teve que lidar com zonas de tensão, inclusive, dentro da administração central. O que se observa é que na maior parte das matérias do governo as deliberações régias deveriam passar por tribunais, conselhos ou juntas. Entre os quais muitos deles “fundados na ideia de que faziam corpo com a própria pessoa do príncipe, arrogavam-se privilégios quase majestáticos”.²⁷¹ Devido a esse suporte institucional indispensável ao aparelho político-administrativo da Coroa, se acresce à visão corporativa da monarquia portuguesa um caráter, também, polissinodal.²⁷²

A ausência de uma unidade governativa e os crescentes desacordos entre os diferentes conselhos e tribunais desse regime polissinodal apontaram, ainda, para a carência de “instancias de coordenação”²⁷³ na administração central. Nesse sentido, uma das saídas encontradas pela Coroa a fim de fornecer um núcleo a essa constelação de poderes, foi passar a nomear oficiais a outros ofícios além dos que já desempenhavam. Como exemplo, Loureiro alude ao caso de D. João IV que, “para reduzir os conflitos do Conselho Ultramarino com o Conselho da Fazenda, [...] determinou que o Presidente do Conselho Ultramarino fosse o conselheiro da Fazenda que exercia a Vedoria da Índia.”²⁷⁴ Frente a isso, se observa a

Nova realidade política de um poder que deixava de se remeter a uma actividade passiva de defesa da ordem sócio-jurídica

²⁷⁰ CARDIM, Pedro. “Governo” e “política” no Portugal do seiscentos: o olhar do jesuíta António Vieira. In: **Penélope**, n. 28, 2003, p. 62.

²⁷¹ HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: instituições e poder político (Portugal – séc. XVII). Coimbra: Almedina, 1994, p. 287.

²⁷² Cf. COSENTINO, Francisco Carlos. Monarquia pluricontinental, o governo sinodal e os governadores-gerais do Estado do Brasil. IN: GUEDES, Roberto (org.) **Dinâmica imperial no antigo regime português**: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séc XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 74.

²⁷³ HESPANHA, 1994, p. 289.

²⁷⁴ LOUREIRO, 2010, p. 03.

estabelecida e se desentranhava, progressivamente, numa administração “activa”, criadora de situações políticas novas.²⁷⁵

Desde então, foi se tornando cada vez mais frequentes situações em que oficiais régios passassem a acumular cargos, desempenhando ao mesmo tempo mais de um ofício.²⁷⁶ O que, podemos adiantar, se intensificaria de modo expressivo durante o reinado Josefino.

3.1.1 Das estratégias e instituições

Os referidos obstáculos enfrentados pela Coroa no que tange a virtualidade de sua jurisdição e soberania sobre o Estado também ressonariam na governabilidade dos territórios fora de metrópole, onde eram ainda mais desarticuladas as redes institucionais e clientelares. Haja vista a distância entre o centro de decisão da monarquia e a periferia colonial, as elites locais que habitavam essa última viriam a gozar por muito tempo de uma espécie de autogoverno.²⁷⁷ O que pedia por ações mais emergenciais e incisivas do centro em relação a tais territórios fora de Portugal.

Os esforços na formulação de estratégias mais abrangentes para a organização e gestão imperial resultaram na construção de uma governabilidade caracterizada, essencialmente, por uma política de distribuição de cargos – civis, militares ou eclesiásticos – os quais eram concedidos pela Coroa por meio de mercês. Essa prática, que visava estreitar por meio de serviços prestados o relacionamento com a nobreza portuguesa e com os vassallos no ultramar, foi denominada pelos historiadores Maria de Fátima Gouvêa e João Fragoso como uma *economia política de privilégios*.²⁷⁸

Quando esteve subjugado pela Casa dos Habsburgo, Portugal teve a oportunidade de ver com maior intimidade “práticas e estratégias

²⁷⁵ HESPANHA, 1994, p. 280.

²⁷⁶ HESPANHA, 1994, p. 260.

²⁷⁷ FRAGOSO, 2012, p. 115.

²⁷⁸ Cf. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 287-289.

administrativas mais complexas”.²⁷⁹ Através delas, foi capaz de desenvolver meios que pudessem transferir organismos jurídicos e administrativos, ora comuns ao centro, para as regiões periféricas.²⁸⁰ Expandindo o raio de práticas já conhecidas pela administração central para o restante do Império, além de reforçar o sentimento de pertencimento dos súditos e vassallos a uma rede que não se limitava mais ao âmbito local.

Sob o conturbado cenário pós-Restauroação, conhecido pela forte instabilidade política e crise econômica,²⁸¹ a chegada dos reis bragantinos ao poder não apenas conduziu a emergência de soluções que fossem mais eficazes ao âmbito da prática administrativa. Mas, paralelamente, acompanhou a mudança significativa do eixo político-econômico do sistema colonial, que passou a se concentrar na região do atlântico sul. Inverso à conjuntura antes da União Ibérica, quando as Índias produziam a maior parte das riquezas metropolitanas. Prova disso, foi a criação do já citado Conselho Ultramarino (1642), órgão que, enquanto atuava como gestor dos negócios coloniais, buscava representar a soberania de Portugal nas lutas de reconquista dos territórios tomados pelos holandeses na costa da África e no nordeste brasileiro.²⁸²

Outra mudança enfatizada por Gouvêa que merece destaque diz respeito a alteração na hierarquia dos ofícios da monarquia. Os postos de governo na colônia americana se tornaram os mais requisitados pelo oficialato português, composto em sua maioria pelos filhos da primeira nobreza de Corte²⁸³, de modo a superar até mesmo a região outrora afamada das Índias. Situação em que se somava ainda à elevação do Estado do Brasil à categoria de Principado, ocorrida em 1653.²⁸⁴ Conforme se adentraria no século do Ouro, a

²⁷⁹ GOUVÊA, 2001, p. 290.

²⁸⁰ FRAGOSO, 2012, p. 122.

²⁸¹ LOUREIRO, 2010, p. 05.

²⁸² GOUVÊA, 2001, p. 291-292

²⁸³ Para mais informações sobre a estratificação nobiliárquica em Portugal e os serviços prestados pelas Casas mais importantes no cenário imperial do Antigo Regime, cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²⁸⁴ GOUVÊA, 2001, p. 293

importância desse território no cenário político cresceria em tamanha proporção aos olhos da metrópole, estabelecendo-se, progressivamente, como a principal extensão ultramarina do vasto império luso.

Organizada as diretrizes do capítulo, podemos, enfim, avançar mais a fundo no objetivo central da presente pesquisa. O que se defende aqui é que o marquês de Pombal teria se valido da força e lugar de instituições já vigentes em Portugal. Sendo algumas delas, tão antigas quanto o próprio Estado luso e localizadas mais próximas à figura do rei, de modo a reforçar sua política centralizadora. Entretanto, convém sublinhar que não se insere em nossos objetivos a análise de todos os órgãos e instituições construídas em torno da administração palatina. Interessa-nos, sobretudo, analisar aquelas instituições cujos postos foram ocupados pelos vitais colaboradores da política antijesuítica pombalina e legitimadores do discurso reformista.

Por essa razão, apresentaremos a seguir, em linhas gerais, as principais funções do Conselho de Estado, das Secretarias, do Desembargo do Paço, da Casa da Suplicação e a Mesa da Consciência e Ordens. Recorrendo, entre outras leituras, ao notável estudo realizado por Manuel Hespanha em *As vésperas do Leviathan* (1994), principal referência sobre a temática.

* * *

Pensando em um organismo que ficasse mais próximo da figura do monarca, de modo a assessorá-lo, em especial, nos despachos ligados à Fazenda, o Arcebispo de Évora e Cardeal D. Henrique (1512-1580) criou no ano de 1562, durante sua regência, o Conselho de Estado, instituído mais tarde pelo rei D. Sebastião (1554-1578).²⁸⁵ Segundo o historiador Francisco Cosentino, devido ao alto nível de autoridade cabida ao Conselho, os fidalgos que eram indicados a ocupá-lo desfrutavam desde honrarias e privilégios à grande influência política.²⁸⁶

²⁸⁵ GARCIA, 2010, p. 119.

²⁸⁶ COSENTINO, Francisco Carlos. Carreira e trajetória social na monarquia e no império ultramarino português, governadores gerais do Estado do Brasil (1640-1702). In: **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 66, São Paulo, 2013, p. 198-199.

No tempo da dinastia bragantina esse corpo político foi perdendo aos poucos sua função consultiva e decisória, apesar de conservar o prestígio de seus membros e continuar se reunindo semanalmente no Paço. Sob o consulado pombalino, no entanto, o Conselho de Estado foi reestruturado e passou a ter um número determinado de membros. No caso, se definiu que fossem ao todo cinco conselheiros, nomeados, geralmente, por indicação do próprio Pombal.²⁸⁷

De forma gradual, a autoridade conferida ao Conselho nas matérias de governo foi absorvida pelas Secretarias, que ganhariam destaque e importância ainda maiores após a reforma de 1736 realizada por D. João V. Inicialmente, os secretários de governo representavam no hermético regime polissinodal a ligação entre o rei e os demais tribunais e conselhos palatinos, limitando-se dessa maneira aos assuntos metropolitanos²⁸⁸ – quadro que se alterou no reinado do *Fidelíssimo*.

Dentre as várias esferas em que atuavam, não resta dúvida que as Secretarias doravante designadas às matérias consideradas “de Estado” teriam maior proeminência no centro da decisão política.²⁸⁹ O que foi verificado não apenas por conta da referida mudança nas Secretarias, mas pela exponencial influência política e valimento adquiridos pelos secretários de Estado desde a primeira metade dos Setecentos, a exemplo de nomes como o do Cardeal da Mota e de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Outro aspecto que chama a atenção diz respeito, particularmente, ao período Josefino, época em ocorreu o surgimento de um novo cargo dentro das já existentes Secretarias, atendo-se a ele funções, sobretudo, auxiliares. Como é exposto por Hespanha, “a partir dos meados do séc. XVIII, aparece a figura do

²⁸⁷ HESPANHA, 1994, p. 248.

²⁸⁸ BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa; ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. **Fontes repatriadas**: anotações de história colonial, referenciais para pesquisa, índices do catálogo da capitania de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 34.

²⁸⁹ Antes de passarem pela reestruturação que as padronizariam como Secretarias de Estado, as Secretarias eram, em sua origem, divididas em quatro assuntos: Estado e Justiça, Matérias de Consciência e Ordens, Negócios da Fazenda, e Despachos das Petições e Mercês. Cf. BARBOSA, 2006, p. 34.

‘ministro assistente ao despacho’, espécie de coordenador da ação dos restantes secretários”.²⁹⁰

No caso das matérias da *Graça* que estivessem associadas à justiça a função cabia ao Desembargo do Paço, que preparava os casos para serem despachados pelo rei.²⁹¹ Tratava-se de um tribunal superior quase tão antigo quanto o Estado português, cujas raízes datam desde os finais do Quatrocentos.²⁹² Todavia, apesar do status de tribunal da Corte, era muito mais um “órgão central na estrutura burocrática”²⁹³, agindo, ao mesmo tempo, na administração civil e legal do Reino. Aos desembargadores do Paço cabia, ainda, a resolução de conflitos nas instâncias inferiores e a escolha e promoção dos magistrados. Fugindo um pouco de suas funções tradicionais, destaca-se que até a criação de Real Mesa Censória (1768), os assuntos ligados à censura estiveram também atrelados aos encargos do Desembargo do Paço.²⁹⁴

Parte ainda do expediente de assuntos relativos à justiça era tratado com os desembargadores de outro tribunal, a Casa da Suplicação²⁹⁵, encarregada dos apelos em última instância e ficando abaixo, no caráter de proximidade da Corte, somente do Desembargo do Paço. Diferente dos desembargadores do Paço, cuja jurisdição ficava restrita aos casos que se desenrolavam no centro, os magistrados da Casa da Suplicação operavam, inclusive, nos territórios do

²⁹⁰ HESPANHA, 1994, p. 246.

²⁹¹ GARCIA, 2010, p. 109.

²⁹² HESPANHA, 1994, p. 250.

²⁹³ BARBOSA, 2006, p. 26.

²⁹⁴ De acordo com o historiador Francisco Vaz, “as primeiras ações de controle dos escritos foram exercidas tanto pelo Desembargo do Paço, Santo Ofício e pelo Ordinário nas respectivas dioceses (arcebispos e bispos). Pela lei de 4-12-1576 ‘passou a ser obrigatória a aprovação das três entidades para que qualquer escrito pudesse ter licença para se imprimir e correr’. Os pedidos eram enviados separadamente a cada uma delas. O segundo regime é o Da Real Mesa Censória, criada pela lei 5 de Abril de 1768, e uma das medidas de reforço da centralização do poder régio. [...] Com o reinado de D. Maria I, a lei de 17 de Dezembro de 1794 retomou o primeiro regime de censura (Desembargo, Ordinário e Paço) e vigorou até a revolução de 1820”. VAZ, Francisco António Lourenço. A Censura na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo. In: **Revista Internacional de Cultura e Ciência**, nº 5, 2007, p. 29.

²⁹⁵ No que tange a hierarquia no interior deste tribunal, Hespanha aponta ainda para a presença de vários núcleos onde os desembargadores que atuavam nos Agravos possuíam maior autoridade entre os demais magistrados, especialmente “pelo fato de exercerem jurisdição de recurso sobre os restantes núcleos”. Cf. HESPANHA, 1994, p. 229.

ultramar, fornecendo à governabilidade da Coroa um maior controle sobre a justiça nas regiões periféricas do império.²⁹⁶

Em linhas gerais, o cerceamento de algumas instituições notoriamente ocupadas por membros da fidalguia e nobreza portuguesa, como o Conselho de Estado, e a crescente autoridade dos desembargadores nos papéis auxiliares ao rei, tornariam estes últimos poderosos agentes políticos capazes de levar à prática as intenções centralizadoras emanadas da monarquia. Destarte, não é por acaso que desde a segunda metade do século XVII

A magistratura tem sido também apontada como outro importante espaço de recrutamento e constituição do corpo governativo ultramarino português. [...] A existência de uma relação simbiótica entre a Coroa e os magistrados transformava-os nos defensores mais importantes da autoridade régia, por meio da aplicação da justiça do rei.²⁹⁷

Em todo caso, é relevante salientar que tal posicionamento subalterno dos magistrados às vontades régias refletiria, no século seguinte, no poder de intervenção e entendimento que estes possuíam sobre a legislação em vigor. Sob o absolutismo ilustrado de D. José I, coube de forma exclusiva ao soberano – e em casos específicos estendendo-se aos seus principais ministros – “ampliar, restringir, declarar e interpretar”²⁹⁸ as leis portuguesas.²⁹⁹

Sobre os assuntos que tocassem à “consciência” do rei e o controle dos negócios das ordens religioso-militares existentes em Portugal, havia a Mesa de Consciência e Ordens, criada em 1532 pelo então rei D. João III (1502-1557).³⁰⁰ Tratava-se, a princípio, de uma espécie de comitê itinerante que acompanhava o monarca em suas reuniões fora da Corte. No tocante aos ofícios acumulados por esse tribunal, além dos já pontuados, mostram certa

²⁹⁶ HESPANHA, p. 1994, p. 229.

²⁹⁷ GOUVÊA, 2001, p. 305.

²⁹⁸ MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo. **A legislação pombalina**: alguns aspectos fundamentais. Coimbra: Edições Almedina, 2006, p. 183.

²⁹⁹ “Na Carta de Lei de 04 de dezembro de 1769 estabeleceu-se, em regra, que não podia caber na autoridade de algum tribunal a interpretação restritiva ou extensiva das leis. [...] Os Estatutos da Universidade de 1772, por seu turno, colocavam também de sobreaviso magistrados e professores para não transcenderem os justos limites das suas ‘faculdades’.” MARCOS, 2006, mesma página.

³⁰⁰ GARCIA, 2010, p. 211.

variedade: incluindo desde a solução de problemas de ordem moral nos domínios coloniais até o exame das indicações de sacerdotes para as paróquias e a solicitação de bispos.³⁰¹

Contudo, a Mesa de Consciência e Ordens teve algumas de suas atribuições transferidas para outros órgãos ao longo do consulado pombalino. Primeiro na questão referente às finanças das ordens religioso-militares, que passaram a ser conduzidas pelo Erário Régio (1761)³⁰² tendo em vista o objetivo por trás de tal instituição em unificar e centralizar a Fazenda portuguesa. E, segundo, no plano da reforma dos estudos universitários, que preliminarmente ficariam ao encargo dos deputados dessa Mesa.³⁰³ Como procuramos mostrar nos capítulos anteriores, Pombal tomou para si as rédeas dos trabalhos que conduziram à publicação, em 1772, dos novos *Estatutos da Universidade de Coimbra*.

Para a produção dos novos *Estatutos*, o Ministro contou com a colaboração da Junta de Providência Literária, organismo criado no final do ano de 1770 e composto por homens da elite política e intelectual portuguesa. Como veremos, antes de integrarem à Junta, tais homens acumularam cargos em órgãos de expressiva autoridade no centro do império, entre os quais os apresentados anteriormente. Acreditamos que o poder conferido a esses lugares no plano das ações governativas foi indispensável para os rumos tomados pela monarquia Josefina. Nesse sentido, também nos parece vital se ter homens bem instruídos à frente de tais postos, alicerçando a reforma dos estudos, bem como o próprio discurso político – nesse caso, referindo-se ao de cunho antijesuítico – garantindo assim o impacto desejado pelo Marquês.

³⁰¹ BARBOSA, 2006, p. 26-27.

³⁰² HESPANHA, 1994, p. 254.

³⁰³ VEIGA, 1872, p. 172.

3.2 ENTRE MAGISTRADOS E ECLESIAÍSTICOS, O CENTRO DE PODER DA MONARQUIA JOSEFINA

O poder não se exerce no vazio. [...] A ação política requer a disponibilidade de meios. Desde logo, de meios financeiros. Mas também de meios humanos. Em termos tais que o impacto de um projeto de poder se pode medir no plano da disponibilidade de *estruturas humanas* que o levem a cabo.³⁰⁴

A presença esmagadora das grandes famílias da nobreza portuguesa nos altos escalões da administração central e periférica se manteve quase inalterada ao longo de todo o Antigo Regime. Uma nobreza que, para continuar ascendendo socialmente, tinha que recorrer à distribuição de cargos e mercês por parte da Coroa em troca de serviços a ela prestados. Contudo, a partir de 1750, membros da nobreza titular foram perdendo cada vez mais espaços de destaque no centro, incluindo o alto clero e a presidência dos principais tribunais, restringindo-se a eles postos no exército e nos governos coloniais.³⁰⁵

Porém, isso não significava que a ascendência familiar passasse a ter menos importância para a Coroa na hora da escolha e nomeação para cargos no governo. Segundo reforça Nuno Monteiro:

A análise dos critérios de recrutamento para os principais ofícios da monarquia nunca pode ignorar as características da hierarquização nobiliárquica e, em particular, essa distinção essencial. [...] A escolha dos nomeados e a respectiva remuneração de serviços era balizada e limitada por critérios bem definidos, os quais raras vezes foram ultrapassados ou subvertidos.³⁰⁶

O que se observa, de fato, no referido período de afirmação do sistema ministerial foi uma tentativa de cercear, dentro do combate ao pluralismo político efetivo em Portugal, a influência da nobreza nas vias decisórias da Coroa. O ofício de desembargador, por exemplo, passou a ser ocupado,

³⁰⁴ HESPANHA, 1994, p. 160, grifo nosso.

³⁰⁵ CUNHA, 2010, p. 62.

³⁰⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 251-252.

sobretudo, por fidalgos oriundos tanto da Corte quanto das províncias³⁰⁷, despontando um processo crescente de dilatação dos pré-requisitos e vagas para o ingresso no aparelho político-administrativo do Estado; *ethos* antes exclusivo dos filhos da alta nobreza de Corte. A estes últimos, se preferiu que desempenhassem “funções políticas de carácter mais técnico como é o caso dos ofícios [...] administrativos nos conselhos e secretarias de Estado, dos postos diplomáticos e dos cargos militares”.³⁰⁸ Acima do status social ou origem nobiliárquica, a elite dirigente arquitetada por Pombal deveria ser formada por homens habilitados também intelectualmente, prontos para reconhecer, desenvolver e expandir as “potencialidades existentes em todo o Império.”³⁰⁹

Além de desembargadores e outros oficiais régios, membros do alto clero também demonstrariam sua fidelidade ao projeto de poder levado a cabo por Pombal, o que resultou na composição de uma base de poder no centro da monarquia Josefina caracterizada, *grosso modo*, pela quase unanimidade de magistrados e eclesiásticos.³¹⁰ Desde o reinado de D. João IV era observado o potencial político de um eventual e estratégico apoio clerical. Não sendo incomum, já nesse período, a defesa de que “o soberano podia e mesmo devia eleger os bispos, segundo o modo antigo, dando ordem aos Metropolitans e ao colégio episcopal de seu reino para que os confirmassem”.³¹¹

Pelo que foi possível apurar, o principal meio escolhido pelo marquês de Pombal para formar e instruir os futuros integrantes da burocracia Estatal portuguesa e, enfim, “recolocar Portugal em posição digna dentro do mundo civilizado e polido da Europa”,³¹² havia sido a reforma dos estudos universitários em Coimbra. Expandindo-se nesse ambiente o número de vagas

³⁰⁷ CUNHA, 2010, p. 51-52.

³⁰⁸ CUNHA, 2010, p. 49.

³⁰⁹ GOUVÊA. 2001, p. 310.

³¹⁰ ARAÚJO, 2000, p. 32.

³¹¹ SOUZA, Evergton Sales. Igreja e estado no período pombalino. In: **Lusitania Sacra**, n. 23, jan/jun de 2011, p. 212.

³¹² CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: **Topoi** (online), vol. 1, n. 1, Rio de Janeiro, 2000, p. 131. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v1n1/2237-101X-topoi-1-01-00123.pdf>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016.

disponíveis e a possibilidade de receber cada vez mais alunos de diferentes estamentos e regiões do Império. Semelhante à mudança ocorrida no perfil dos oficiais régios, que não mais se restringiam à alta nobreza, nota-se que “o mérito associado à competência específica dos graduados sobrepõe-se ao princípio de diferenciação estamental, sem, contudo, com ele colidir”.³¹³ Mas apesar desse novo quadro, é necessário ter em conta a contínua – e já referida – preocupação pombalina com a formação intelectual da aristocracia portuguesa, expressa na fundação do Colégio dos Nobres na década de 1760.

Em um império pluricontinental, “cujos centros educacionais e de produção cultural se procura preservar o exclusivo europeu”,³¹⁴ a Universidade de Coimbra atraía a atenção das elites coloniais, sobretudo, as situadas no Estado do Brasil. Para esse grupo privilegiado, a educação universitária se revestia de propósitos, acima de tudo, políticos. Os quais poderiam resultar na ascensão social e no “fortalecimento dos privilégios de classe e da dominação ideológica dessas minorias de letrados [...] sobre a expressiva maioria da população”³¹⁵, como afirma o historiador Caio Boschi. Tratando sobre essa heterogeneidade dos grupos sociais no interior da Universidade, destaca o autor que

Eram tênues, praticamente imperceptíveis, as diferenças a separar os estudantes reinóis dos coloniais, de vez que, no fundo, o que se pretendia era a preparação e o treinamento de uma única elite luso-brasileira, modernizadora e ilustrada, em favor de política previamente estipulada pelo Estado, cujo fim último era tirar Portugal do lugar secundário em que se encontrava no cenário das nações européias.³¹⁶

Contemporânea de outras universidades europeias de igual ou maior relevância, como a de Paris, Salamanca e Nápoles, a primeira universidade portuguesa foi criada em Lisboa pelo rei D. Diniz (1261-1325) no ano de 1288.³¹⁷ Antes mesmo de completar três anos de funcionamento, D. Diniz optou por transferi-la para Coimbra, com a justificativa desta cidade se

³¹³ ARAÚJO, 2000, p. 38.

³¹⁴ MONTEIRO, 2001, p. 80.

³¹⁵ BOSCHI, Caio C. A universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. In: **Estudos Históricos**, vol. 4, n. 7, Rio de Janeiro, 1991, p. 14.

³¹⁶ BOSCHI, 1991, p. 11-12.

³¹⁷ POMBAL, 2008, p. 131.

posicionar “central e isolada no meio de Portugal, como astro de onde deveriam partir os raios bem-fazejos para todos os pontos do reyno”.³¹⁸ Contudo, em 1375, a universidade retornou à Lisboa por ordem de D. Fernando (1345-1383), só regressando à Coimbra em 1537, onde desde então se encontra estabelecida.

No que diz respeito aos regimentos e leis que governaram a Universidade de Coimbra até 1772, constam-se ao todo a publicação de sete Estatutos, sendo o primeiro datado oficialmente em 1309.³¹⁹ Do segundo Estatuto, publicado em 1537, ao sétimo Estatuto de 1612, porém, temos na figura dos jesuítas seus principais autores. Segundo a denúncia do *Compêndio Histórico*, dentre os “estratagemas que foram maquinados e praticados pelos mesmos jesuítas para fazerem prevalecer [...] os estragos por eles feitos no corpo da Universidade”,³²⁰ as sucessivas publicações de novos Estatutos em menos de um século são classificadas como as mais nocivas ações para a completa “destruição das Artes e Ciências”.³²¹

Há no texto uma clara tentativa de tentar responsabilizar integralmente os jesuítas por tais *estragos*, negligenciando, conforme já destacado, a estreita ligação entre a Companhia e as Coroas ibéricas. A suposta tirania inaciana delatada pela Junta de Providência Literária, na verdade, se justificava pela ampla liberdade conferida à Ordem por meio do aval régio. Além disso, embora as várias alterações feitas nos regimentos e leis da Universidade de Coimbra, ainda ficavam resguardadas ao monarca, por direito,

Fazer, tirar, acrescentar e declarar os estatutos; dispensar neles; eleger reitor; conservador; ouvidor e prorrogar-lhes o tempo; criar ofícios ou cadeiras novas, confirmar as maiores levadas por oposição; apresentar as conezias magistras e doutorais; jubilar os lentes, aposentar os oficiais.³²²

³¹⁸ SILVA, 1847, p. 176.

³¹⁹ POMBAL, 2008, p. 132.

³²⁰ POMBAL, 2008, p. 147.

³²¹ POMBAL, 2008, mesma página.

³²² ALMEIDA, M. Lopes; BRANDÃO, Mario. **A universidade de Coimbra**: esboço de sua historia. Coimbra: Oficinas Gráficas Atlânticas, 1937, p. 28.

Além da Universidade de Coimbra, Portugal contava, até 1759, com outro centro universitário administrado por jesuítas, fundado no ano de 1559 em Évora pelo Cardeal D. Henrique.³²³ Com o fechamento dos colégios jesuíticos, a Universidade de Évora, “mantida e dirigida pela Ordem”,³²⁴ teve seus trabalhos também encerrados, voltando a ser reaberta somente dois séculos depois, em 1973. Mesmo assim, durante o período em que esteve em funcionamento, Évora jamais conseguiu superar o status de referência nos estudos maiores que pairava sobre Coimbra, como atesta a preocupação central da reforma de 1772.

O fato dos Conselheiros da Junta de Providência Literária terem passado pelas cadeiras da Universidade de Coimbra, como será destacado adiante, não somente reafirma a força que tal instituição possuiu na construção da elite intelectual e política pombalina. Mas, também, indica que o grupo responsável pelo *Compêndio Histórico* e pelos novos *Estatutos* era constituído por homens que conheciam com bastante propriedade – ao menos nos assuntos de ordem educacional – os inimigos que criticavam.³²⁵ Por outro lado, cabe frisar que não é possível rastrear, apenas por intermédio da leitura das obras assinadas em nome da Junta, as intenções e motivações por trás de cada um de seus membros no apoio à política antijesuítica.

Na verdade, para além da análise das intenções e motivações individuais, nos interessa verificar, a partir daqui, em que medida a colaboração dada ao reformismo pombalino foi além da produção de documentos que pudessem apontar para uma adesão ao antijesuitismo ora em pauta. Levantamos a hipótese de que através da ocupação e acumulação de postos estratégicos dentro da administração central, os colaboradores de Pombal puderam, pelas próprias vias do poder, validar e, ao mesmo tempo, impulsionar sua política reformista.³²⁶

³²³ Cf. GARCIA, 2010, p. 121.

³²⁴ CASTRO, Raimundo Márcio M. de; BALDINO, José Maria. O ensino religioso no Brasil: a constituição de campo disputado. In: **REVER**, ano 15, n. 02, jul/dez de 2015, p. 70.

³²⁵ ARAÚJO, 2000, p. 32.

³²⁶ Acreditamos que ao recuperar a trajetória desses indivíduos, mais do que tratá-los isoladamente, é preciso avaliá-los como integrantes de um determinado grupo. Desse modo,

Passaremos agora a analisar as biografias dos personagens que compuseram a Junta de Providencia Literária, iniciando por aqueles que ocuparam postos no alto clero português e, em seguida, pelos que desempenharam funções na magistratura. Tentamos enfatizar durante o levantamento biográfico, especialmente, os pontos em que há articulação com o objeto de estudo deste trabalho e o recorte temporal escolhido. Assim, optamos por começar com a trajetória pessoal do Cardeal da Cunha, corresponsável pela supervisão dos trabalhos da Junta ao lado do marquês de Pombal.

3.2.1 Cardeal da Cunha (1715-1783)

Nascido em Lisboa em 1715 e batizado com o nome de João Cosme da Cunha e Távora, o futuro Cardeal nasceu do enlace entre o conde de São Vicente, Manoel Carlos da Cunha e Távora (1682-1743), e D. Isabel de Noronha (?-1737), dama pessoal da rainha D. Maria Sofia de Neuburgo. Quanto ao polêmico sobrenome Távora carregado pelo Cardeal da Cunha, o levantamento genealógico realizado pelo biógrafo português António Caetano de Sousa (1674-1759) revela que sua origem era ao mesmo tempo paterna e materna.³²⁷ O que revela uma prática relativamente comum para a sociedade cortesã do Antigo Regime, cuja finalidade centrava-se, sobretudo, na manutenção e fortalecimento da Casa.³²⁸

podemos retomar aqui a noção de *campo político* desenvolvida pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Um *campo*, por definição, possui uma autonomia relativa que varia de acordo com o maior ou menor peso dado às forças internas ao *campo* como definidoras do que é legítimo ou ilegítimo. Quanto menos autônomo, mais um *campo* está sujeito às inferências externas e aos poderes temporais. Além disso, um *campo* traz em si as condições de sua própria reprodução, o que inclui os meios de formação de novos integrantes; as instâncias de consagração, responsáveis pela regulação do que é legítimo e do que é desvalorizado; inclui também as instâncias de seleção de novos integrantes e as regras disponíveis aos novos agentes. Cf. BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe. In: MICELI, S. (Editor). **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, pp. 183-202.

³²⁷ SOUSA, António Caetano de. **Memórias históricas, e genealógicas dos grandes de Portugal, que contém a origem, e antiguidade de suas famílias**: os estados, e os nomes dos que actualmente vivem, suas arvores de costado, as alianças das casas, e os escudos de armas, que lhes competem, ate o anno de 1754. Lisboa: Officina Sylviana da Academia Real, 1755, p. 615-616. Disponível em: <https://archive.org/details/memoriashistori01sousgoog>. Acesso em: 28 de dezembro de 2015.

³²⁸ Cf. CUNHA, 2010, p. 69.

Em 1738, ingressou na Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho estabelecida no mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, passando a adotar publicamente o nome religioso de Frei João de Nossa Senhora da Porta.³²⁹ Formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, foi consagrado Bispo de Leiria em 1746 pelo primeiro Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida (1670-1754). Anos mais tarde, frente ao cenário desolador em que se encontrava Lisboa após o terremoto de 1755, o religioso agostiniano assumiu uma postura semelhante a do padre Gabriel Malagrida e de outros clérigos.³³⁰ Segundo consta na descrição do historiador português António Francisco Barata (1836-1910), Frei João teria ordenado aos membros de sua diocese a realização “de uma notável procissão de penitência, na qual foi descalço, de túnica e cordão ao pescoço e com um pesado crucifixo nas mãos”.³³¹

Tal desastre, capaz de subverter a ordem de uma cidade inteira, viria também a aproximar o então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Carvalho e Melo, e o Bispo de Leiria, cuja fidelidade e apoio nas decisões políticas se revelaram fecundas ao longo do tempo. Prova disso é que já no ano de 1760 acumulava postos de destaque como o Arcebispado de Évora e era membro do Conselho de Estado, além de deter o ofício de Regedor de Justiças.³³² Devido ao alto grau de relevância política destes últimos cargos, Pombal o manteria sob sua proteção em Lisboa, distanciando D. João Cosme da Cunha de sua nova diocese em Évora. Os serviços prestados ao Estado português e a lealdade ao marquês de Pombal não seriam esquecidos, vindo a lhe render mais tarde a presidência da Real Mesa

³²⁹ GARCIA, 2010, p. 104.

³³⁰ PRIORE, Mary Del. **O mal sobre a terra**: uma história do terremoto de Lisboa. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2003, p. 157.

³³¹ BARATA, António Francisco. **Memoria historica sobre a fundação da sé de Evora e suas antiguidades**: com os esboços chronologico-biographicos dos bispos e arcebispos d'ella. 2 ed. Évora: Minerva Commercial, 1903, p. 98.

³³² Em decorrência da nomeação como Arcebispo de Évora, D. João Cosme da Cunha deixaria pra trás o nome religioso de retomaria seu antigo nome de batismo – com exceção do sobrenome Távora que havia sido banido da Corte portuguesa.

Censória, em 1768, e a designação para o posto de Inquisidor-geral em 1770,³³³ acompanhada da elevação ao Cardinalato.

Em nossa investigação procuramos reunir o máximo de informações que nos auxiliasse na compreensão de como se construiu a trajetória do personagem. Chama atenção sua rápida ascensão pública, especialmente em face de sua descendência familiar, afinal, era um Távora. Nesse sentido, cabe observar que após sua família ter sido extinta por decreto régio logo em seguida ao julgamento dos envolvidos, tanto o Cardeal da Cunha como outros parentes, diante do medo de terem o mesmo destino da Marquesa de Távora e de seus filhos, renegaram quaisquer parentescos retirando de seus nomes a penosa alcunha.³³⁴

Situações como essa onde se ocorria a supressão de um conhecido nome podem vir a ser entendidas como “uma medida típica dos reis absolutistas para justificar um crime grave, expurgando mediante a denominação da família dos condenados a memória e o prestígio que lhes eram associados”.³³⁵ Logo, o que parece saltar aos olhos é uma aparente tentativa de afastamento do estigma regicida recaído sobre os Távora por parte dos familiares que não haviam sido perseguidos e julgados. Alguns deles, ainda, a exemplo de D. João Cosme da Cunha, iriam se converter em importantes aliados da política antijesuítica e da defesa do regalismo pombalino, o que parece reforçar tal hipótese.

Quando em 03 de setembro de 1759 a Companhia de Jesus foi oficialmente expulsa de Portugal e seus domínios, cartas régias foram enviadas ao Bispo de Leiria – a quem D. José I se refere diretamente como “amigo” – e às demais dioceses do reino português, ordenando para que fossem suspensas imediatamente quaisquer relações com os jesuítas.³³⁶ Todavia, desde 28 de

³³³ Posto antes ocupado pelo irmão do marquês de Pombal, o sacerdote Paulo de Carvalho e Mendonça, falecido em 1770. Cf. MATTOS, Yllan de. **A última inquisição**: os meios de ação e funcionamento do santo ofício no Grão-Pará pombalino (1750-1774). Jundiá: Paco Editorial: 2012, p. 91.

³³⁴ FRANCO, 2006b, p. 191.

³³⁵ FRANCO, 2006b, mesma p. página.

³³⁶ LEIRIA, D. João Bispo de. **D. João de N. Senhora da Porta, conego regular de Santo Agostinho, por mercê de Deos, e da Santa Sé Apostolica Bispo de Leiria, Arcebispo eleito de Evora, do conselho de EIRey meu senhor**. Lisboa: [s.n.], 1759a. Disponível em:

fevereiro do referido ano, D. João Cosme da Cunha já havia se adiantado no cumprimento da ordem que seria oficializada meses depois. Não tardando também em demonstrar ao monarca e à Pombal de que lado estava, repudiou de forma veemente as ações dos membros de sua família e o suposto envolvimento dos jesuítas no atentado, a quem acusava de terem sido os verdadeiros “chefes da traição mais bárbara”.³³⁷ Assim, objetivando instruir os membros de sua diocese em Leiria, determinou:

[...] Prohibimos a todos os Nossos subditos assim Ecclesiasticos, como seculares, todo, e qualquer comercio com os Religiosos Jesuitas destes Reinos, e seus Dominios, até segunda ordem Nossa. Nós os suspendemos por tanto, e havemos por suspender de pregar, e confessar nesta nossa Diecese a quaisquer Religiosos do mencionado Instituto.³³⁸

Saindo em defesa do regalismo pombalino, o Cardeal da Cunha coordenaria no ano de 1765 a tradução para o português de uma pastoral francesa, já amplamente difundida nos meios eclesiásticos naquela altura. A pastoral, que ficou conhecida como *Catecismo de Montpellier*,³³⁹ foi redigida pelo oratoriano François-Aimé Pouget (1666-1723) a mando do Bispo de Montpellier e publicada pela primeira vez na França, em 1702. O teor do documento deixava supor uma ligeira afinidade ao pensamento jansenista e regalista da época, ao passo que o mesmo repousava sobre o pensamento de Santo Agostinho, defendia a força dos Concílios e recomendava a lealdade de todos os súditos aos seus soberanos. Em Portugal, o *Catecismo de Montpellier* viria em substituição à cartilha de Inácio de Loyola, banida e condenada após o afastamento dos jesuítas. Inseridos no contexto das *Luzes*, os catecismos exerciam uma função, sobretudo, pedagógica, objetivando ensinar o clero

https://play.google.com/books/reader?id=M0NfAAAAcAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PA3. Acesso em: 02 de fevereiro de 2016.

³³⁷ LEIRIA, D. João Bispo de. **D. João de N. Senhora da Porta, conego regular de Santo Agostinho, por mercê de Deus, e da Santa Sé Apostolica Bispo de Leiria, do conselho de sua magestade fidelíssima, etc.** Leiria: [s.n], 1759b, p. 02. Disponível em: https://books.google.com.br/books/reader?id=MkNfAAAAcAAJ&hl=pt_BR&printsec=frontcover&output=reader&pg=GBS.PA1. Acesso em: 02 de fevereiro de 2016.

³³⁸ LEIRIA, 1759b, p. 10-11.

³³⁹ **INSTRUÇÕES gerais em forma de Catecismo impressas por ordem do senhor Carlos Joaquim Colbert impressas, bispo de Montpellier traduzidas na língua portuguesa por mandado do senhor arcebispo de Évora, D. João, para uso dos fiéis do seu arcebispado.** Lisboa: Officina Regia Typografica, 1765.

sobre as verdades da religião e auxiliar na formação dos chamados “cidadãos cristãos”.³⁴⁰

Afora as publicações do *Catecismo* e do *Compêndio Histórico*, talvez a maior contribuição do Cardeal da Cunha às políticas regalistas em andamento e no combate à influência jesuítica, tenha sido a elaboração, em 1774, do novo *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal*.³⁴¹ Segundo o referido documento, a presença constante da Companhia de Jesus nos assuntos do Santo Ofício não permitiria que os antigos regimentos “se conservassem na sua primitiva pureza, sem que deixassem de contaminar-se pelo decurso do tempo com os malignos influxos da sobredita Sociedade”.³⁴² Desse modo, aproximando-se do discurso reformista pombalino, a tentativa de responsabilização e ataque aos jesuítas se caracterizou como uma enérgica justificativa para a reformulação normativa.

Contudo, a ação por trás da aprovação do novo *Regimento* não deve ser encarada tão somente como mais um reforço à literatura antijesuítica pombalina; ou mesmo uma tentativa de aprimoramento da legislação e dos processos inquisitoriais.³⁴³ Sua mensagem política ia além. Por meio dela, o Estado luso estaria, ao mesmo tempo, reivindicando para si o controle sobre as atuações da Inquisição, a supremacia temporal do poder régio e decretando o fim da autonomia da Igreja e do clero católico em domínios portugueses.³⁴⁴

³⁴⁰ VAZ, Francisco Lourenço. O catecismo no discurso da ilustração portuguesa do século XVIII. In: **Cultura**. Revista de História e Teoria das Ideias, vol. X, Lisboa, 1998, p. 224.

³⁴¹ **REGIMENTO do santo ofício da inquisição de Portugal, ordenado com o real beneplacito, e regio auxilio pelo eminentissimo, reverendissimo senhor cardeal da Cunha, dos conselhos de estado, e gabinete de sua majestade, e inquisidor geral nestes reinos, e em todos os seus dominios**. Lisboa: Na officina de Miguel Manescal da Costa, 1774.

³⁴² REGIMENTO, 1774, p. XIII.

³⁴³ CAVALCANTI, Carlos André; JÁCOME, Afrânio Carneiro. Da pedagogia do medo à inquisição esclarecida: o direito inquisitorial nos regimentos de 1640 e de 1774. In: **REVTEO** – Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP/PE, n. 1, v.01, dezembro de 2012, p. 107.

³⁴⁴ É provável que seja em torno dessa questão onde se encontra uma das mais paradoxais características da Ilustração em Portugal, de modo a aproxima-la cada vez mais da denominação *Ilustração Católica* fornecida pela historiografia dos anos de 1940 e 1950 e discutida por nós no primeiro Capítulo Como se observa, Coroa portuguesa optou pela preservação ao invés da extinção do Tribunal do Santo Ofício, justo numa época em que a opinião europeia como um todo repudiava o fato de ainda haver lugares onde inquisidores podiam exercer plena atividade. Cf. SIQUEIRA, 2014, p. 153.

3.2.2 Manuel do Cenáculo (1724-1814)

Compondo o que Kenneth Maxwell denominou como a “ala reformista da Igreja”,³⁴⁵ destacamos o Frei Manuel do Cenáculo de Villas Boas Anes de Carvalho, mais um dos clérigos que se sobressairiam no cenário político da monarquia Josefina ao tornar-se aliado do ministro Carvalho e Melo. Apesar do extenso nome, descendia de uma família humilde migrada da região do Minho para Lisboa, onde nasceu em 1724. Não possuía títulos, bens ou um passado familiar de glórias, como o Cardeal da Cunha. Ao contrário disso, tinha como pai um homem simples que exerceu por toda vida o ofício de ferreiro.³⁴⁶

O considerável abismo social entre Manuel do Cenáculo e os outros integrantes da Junta é ressaltado pelo historiador José Pedro Paiva. Que avalia tal discrepância como sendo mais um reflexo das mudanças ocorridas no perfil dos recrutados para o quadro de funcionários da Coroa. Para o pesquisador português,

As alterações das elites pombalinas também passaram pelas carreiras eclesiásticas, onde é notório o desejo de promover gente nova, sem laços sociais com alguns dos setores da nobreza mais insigne e poderosa.³⁴⁷

Durante a infância, Cenáculo teve a oportunidade de estudar em colégios coordenados por padres oratorianos. Mas, embora o contato prematuro com a mesma Ordem da qual fizeram parte Luís António Verney e Pe. António de Figueiredo, escolheu ingressar, em 1739, na Ordem Terceira de São Francisco. No início da década seguinte, o jovem franciscano partiria de Lisboa em direção à Coimbra no intuito de concluir os estudos em Teologia na Universidade³⁴⁸, retornando à capital somente em 1755. No período em que

³⁴⁵ MAXWELL, 1996, p. 101.

³⁴⁶ PAIVA, José Pedro. Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino. In: **Penélope**, n.25, 2001, p. 46.

³⁴⁷ PAIVA, 2001, mesma página.

³⁴⁸ PEREIRA, Cássia Regina Dias. **O projeto educativo de dom frei Manuel do Cenáculo no contexto das reformas modernizadoras do ensino em Portugal**. 2015. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015, p. 51.

residiu em Coimbra, esteve envolvido na redação de um extenso documento³⁴⁹ em defesa do polêmico *Verdadeiro Método de Estudar* (1746) de Verney, apontando também a necessidade urgente de reforma para o ensino português.

A partir de 1760, começou a exercer no Tribunal diocesano do Patriarcado de Lisboa a função de Censor³⁵⁰, porém, sua contribuição na censura de obras e documentos impressos ficaria marcada especialmente após sua nomeação, em 1768, como Deputado da Real Mesa Censória.³⁵¹ Em 1770, foi nomeado presidente dessa instituição, ocupando o lugar antes preenchido pelo Cardeal da Cunha. Ainda no ano de 1770, D. Frei Manuel do Cenáculo foi eleito Bispo de Beja, passando a coordenar uma das várias dioceses criadas – ou restauradas – graças à ação do marquês de Pombal.³⁵²

A Real Mesa Censória ganharia sob o comando de Cenáculo outras atribuições, tais como a direção das aulas régias, antes conferida à Direção Geral dos Estudos, e a fiscalização do Colégio dos Nobres e da Universidade de Coimbra.³⁵³ Devido ao controle dos estudos menores por essa Instituição, parece-nos bem conveniente a escolha de Cenáculo, em 1772, para assumir a presidência da Junta do Subsídio Literário.³⁵⁴

Por ter sido colaborador das reformas educacionais e figura próxima ao marquês de Pombal no Conselho de Estado, foi designado para outros cargos

³⁴⁹ Cf. **ADVERTENCIAS críticas e apologeticas sobre o juizo, que nas materias do B. Raymundo Lullo formou o D. Apolonio Philomuso, e comunicou ao publico em a resposta ao Retrato de MorteCor, que contra o Autor do Verdadeiro Methodo de estudar escreve o reverendo doutor Alethophilo Candido de Lacerda.** Coimbra: Na officina de Antonio Simoens, 1752.

³⁵⁰ VAZ, 2007, p. 30.

³⁵¹ PEREIRA, 2015, p. 44.

³⁵² Paiva pontua ao todo seis dioceses criadas entre os anos de 1770-71 em Portugal, estando elas localizadas em: Bragança, Penafiel, Pinhel, Aveiro, Castelo Branco e Beja. Cf. PAIVA, 2001, p. 44.

³⁵³ ARAÚJO, 2000, p. 19.

³⁵⁴ A Junta do Subsídio Literário ficava responsável pela gestão do imposto homônimo a esse órgão que incidia sobre a produção de vinagre, vinho e aguardente. Por meio deste imposto, instituído em 1772, se pretendia aumentar as rendas destinadas à manutenção das aulas régias, criadas em 1759. Cf. MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas no ensino. In: **Educação e Pesquisa**, v.32, n.3, São Paulo, set/dez 2006, p. 471.

e funções especiais afora aqueles supracitados. Além de seu exímio trabalho na censura de livros, Frei Manuel do Cenáculo também foi nomeado preceptor do príncipe José, filho da princesa D. Maria (1734-1816), neto do rei. Parte dessa escolha, em muito se deu pelo amplo conhecimento adquirido por Cenáculo nas matérias referentes aos estudos históricos e em línguas, decorrente, por sua vez, de sua conhecida paixão pelos livros.³⁵⁵

Para além do antijesuitismo impresso na política interna pombalina e do posicionamento em favor da doutrina regalista, a qual considerava ser, de acordo com o historiador Francisco Vaz, a que “melhor servia a verdade e os interesses do país”³⁵⁶, Manuel do Cenáculo expressava grande interesse em adquirir o acervo das bibliotecas dos extintos colégios da Companhia de Jesus. Dessa forma, mantendo o senso ilustrado acima da propaganda antijesuítica, salvou grande parte dos livros desses colégios³⁵⁷, alimentando ao mesmo tempo sua bibliofilia e os planos de construção de uma biblioteca pública destinada à formação intelectual das elites clerical e leiga do Reino.³⁵⁸

O envolvimento do Bispo de Beja com círculos jansenistas é outra questão a ser ressaltada em sua trajetória política. Como aponta a historiadora Zília de Castro, desde a década de 1750 o prelado manteve correspondência com o livreiro italiano Nicolau Pagliarini, figura central na divulgação das ideias jansenistas na península itálica e, mais tarde, em Portugal.³⁵⁹ A convite do marquês de Pombal, que era conhecedor de tais círculos, Pagliarini se mudou para a Corte Josefina e passou a trabalhar como Diretor da Impressão Régia a partir do ano de 1768. Mesmo quando regressou à Itália em 1778, Pagliarini buscou preservar seus laços com a elite portuguesa, tornando-se um fiel agente do Bispo de Beja na Cúria Romana.³⁶⁰

³⁵⁵ VAZ, 2007, p. 24.

³⁵⁶ VAZ, Francisco António Lourenço. Jansenismo e regalismo no pensamento de d. frei Manuel do Cenáculo. In: **Eborensia**, nº 35, 2005, p. 70.

³⁵⁷ VAZ, 2005, p. 71.

³⁵⁸ PEREIRA, 2015, p. 80.

³⁵⁹ CASTRO, 1996, p. 224-225.

³⁶⁰ VAZ, 2005, p. 72.

3.2.3 Francisco de Lemos (1735-1822)

Ao lado dos bispos de Leiria e de Beja, outro importante clérigo a assumir o orquestramento e execução das reformas pombalinas, além do apoio à propaganda antijesuítica foi o brasileiro Francisco de Lemos. Destoando do perfil tradicional de homens oriundos de cidades reinóis e, portanto, mais próximos do centro, este provinha de uma das mais antigas e ilustres famílias brasileiras, tendo sido seu pai, Manuel Pereira Ramos de Lemos e Faria (1681-1746), o nomeado para o posto de capitão-mor.³⁶¹

D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho nasceu em 1735 no engenho de Marapicu no Rio de Janeiro, berço de seus três irmãos,³⁶² os quais também viriam a se destacar por seus talentos e feitos no decorrer de suas vidas. Conforme discutido nas páginas iniciais do capítulo, o Brasil havia conquistado lugar de prestígio dentro do complexo imperial luso já na segunda metade do século XVII, o que se intensificaria após a descoberta do ouro. Apesar disso, é preciso ainda salientar que até meados do século XVIII, como baliza Nuno Monteiro, “raros foram, de resto, os naturais da colônia que se aproximaram do centro da decisão política da monarquia.”³⁶³ O que torna Francisco de Lemos – tal como o mais velho de seus irmãos, João Pereira Ramos – uma exceção frente à um rígido mecanismo de seleção do aparelho burocrático.

Aos 11 anos, foi enviado para Portugal a fim de dar continuidade aos estudos. Formou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra, com apenas 19 anos, e por volta de 1754 passou a atuar como lente dessa instituição. Em 1761, foi convidado a ocupar a cadeira de Reitor do Colégio das Ordens Militares, sendo essa uma instituição de ensino restrita a jovens freires oriundos de famílias abastadas e desejosos em se aprofundar nas matérias sagradas.³⁶⁴

³⁶¹ SILVA, 1847, p. 170.

³⁶² João Pereira Ramos de Azeredo (1722-1799), renomado político e colaborador do marquês de Pombal de quem trataremos mais adiante; Clemente de Lemos de Azeredo Coutinho e Mello (1731-1774), viajante e herdeiro do engenho em Marapicu; e Ignácio de Andrade Souto Maior Rendon (1733-1815), militar e governador da capitania do Maranhão. Cf. SILVA, 1847, p. 170-171.

³⁶³ MONTEIRO, 2001, p. 280.

³⁶⁴ Cf. CAPELO, Ludovina Cartaxo. **Colégio das ordens militares de S. Tiago e S. Bento de Avis**. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2010.

Aparentando não querer mais conservar-se na “monotonia da carreira catedrática”,³⁶⁵ Francisco de Lemos, que já figurava pela Corte portuguesa naquele tempo, veio a externar pessoalmente a Pombal sua vontade em retornar ao Brasil, garantindo dar continuidade a seus trabalhos e contribuições na colônia. Na passagem retratada por Francisco de Varnhagen (1816-1878) na revista do *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, é narrado o que teria sido a reação do valido do rei ao inesperado pedido. O qual, embora pese o alto grau de dramatização na escrita de Varnhagen, teria aconselhado ao jovem brasileiro: “Não lhe convém tal emprego, não limite tanto as suas vistas”.³⁶⁶

À medida que crescia aos olhos de Pombal, parecia se reduzir cada vez mais as chances de Francisco de Lemos rever sua terra natal. Em um breve espaço de tempo que compreendia menos de uma década, acumulou cargos do mais elevado prestígio. Dentre eles o de Juiz Geral das Ordens Militares, em 1767, o de Desembargador da Casa da Suplicação, Deputado da Real Mesa Censória e Deputado do Tribunal do Santo Ofício, todos no ano seguinte.³⁶⁷ Nesses dois últimos, em especial, trabalhou próximo ao Cardeal da Cunha e Manuel do Cenáculo, evidenciando um contato que antecederia a formação da Junta de Providência Literária e a eleição para o cargo de Reitor da Universidade de Coimbra em 1770.³⁶⁸

A escolha de Francisco de Lemos para o reitorado da Universidade revelava, ainda, a estratégia de Pombal em por um homem de sua confiança à frente da Universidade e da coordenação dos novos *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772). Meses após da conclusão dos *Estatutos*, Pombal declarou oficialmente seu afastamento dos assuntos da Universidade para se dedicar inteiramente às “obrigações na Corte”. No registro da fala ao se despedir, Pombal teceu elogios à reforma realizada na instituição e às contribuições de Francisco de Lemos, a quem concedeu o título honorífico de Reitor Reformador:

³⁶⁵ VARNHAGEN, 1840, p. 377.

³⁶⁶ VARNHAGEN, 1840, mesma página.

³⁶⁷ SILVA, 1847, p. 173.

³⁶⁸ SILVA, 1847, p. 174.

Com estes faustíssimos fins deu o dito Senhor à Universidade o digno Prelado, que até ao presente a governou como Reitor com tão feliz sucesso; e que do dia da minha partida em diante a hade dirigir como Reformador: confiando justamente das suas bem cultivadas letras, e das suas exemplares virtudes.³⁶⁹

Além do título a que fora agraciado pelo marquês de Pombal, Francisco de Lemos seria ainda eleito Bispo de Zenópolis através de uma bula papal lançada em abril de 1774.³⁷⁰ A despeito disso, as funções de um prelado não eram novidade para Francisco de Lemos, que já as exercia antes mesmo da referida data. Tal circunstância teve suas origens nas querelas entre Carvalho e Melo e o Bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação (1703-1779), que conduziram este último ao cárcere em 1768.

Em síntese, a motivação por trás da prisão do Bispo esteve envolta de pretextos tanto pessoais quanto políticos. Indo desde o fato do prelado possuir laços de sangue com os extintos Távora até a publicação de uma pastoral onde condenava diversos escritos jansenistas aprovados pela Real Mesa Censória. Os quais avaliava “perigosos para a religião e formação dos fiéis”,³⁷¹ de modo a desqualificar, simultaneamente, a autoridade régia e o juízo dos deputados da Mesa.

Após o desfecho do episódio com o Bispo de Coimbra, Pombal se apressou em comunicar à administração da Catedral de Coimbra que “o bispo fora dispensado pelas autoridades civis e que o bispado de Coimbra estava vago”.³⁷² Mas apesar de ter sido desfavorável, a decisão do Papa Clemente XIII (1693-1769) não pesou sobre os planos do valido do rei, que tratou de transferir integralmente para Francisco de Lemos as atribuições do cargo até então ocupado por D. Miguel da Anunciação. O próximo Pontífice, no entanto, contrariaria a decisão de seu antecessor ao eleger o então Reitor da

³⁶⁹ POMBAL apud VARNHAGEN, 1840, p. 382.

³⁷⁰ SILVA, 1847, p. 178.

³⁷¹ RODRIGUES, Manuel Augusto. Pombal e d. Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra. In: **Revista de História das Ideias**, vol. 4, tomo I, 1982, p. 16.

³⁷² MAXWELL, 1996, p. 103.

Universidade como Bispo coadjutor e futuro sucessor ao bispado de Coimbra, em 1773,³⁷³ e Bispo de Zenópolis no ano seguinte.

A liberdade de D. Miguel viria apenas em 1777, por intercorrência da morte de D. José I e do afastamento sumário de Pombal. Porém, dado ao falecimento do Bispo de Coimbra em 1779, seu sucessor, D. Francisco de Lemos, seria enfim eleito por direito ao cargo. Auferindo, ainda, o título nobiliárquico conferido àqueles que ocupassem o bispado de Coimbra, tornando-se o 17º conde de Arganil.³⁷⁴

Até aqui como é possível observar, de todos os membros que integraram a Junta, Francisco de Lemos foi o que, inegavelmente, mais concentrou funções ao longo de sua carreira pública. Em vida, foi contemplado pela Coroa com funções que perpassavam os âmbitos administrativo, eclesiástico, pedagógico e jurídico. Ao passo que sua principal colaboração ficou, acima de tudo, marcada pela participação no projeto pedagógico pombalino, o qual invocava o papel da instrução pública na Universidade de Coimbra na formação das gerações vindouras.³⁷⁵ Como Reitor, esteve à frente da escolha das matérias, dos manuais de ensino e dos professores estrangeiros que passariam a compor parte das novas cadeiras, a exemplo do naturalista italiano Domingos Vandelli (1735-1816).³⁷⁶ Sendo, dessa forma, determinante para introdução no ensino superior português de um plano de estudos científicos inspirados nos modelos mais modernos da Europa iluminada.

³⁷³ VARNHAGEN, 1840, p.

³⁷⁴ “[...] Em o anno de 1472 fez El-Rey D. Affonso V. mercê do titulo de Conde de Arganil a Dom João Galvão, Bispo de Coimbra, e aos seus sucessores, e diz assim: A quantos esta Carta virem, que considerando Nós os grandes, e muitos extremados serviços, que temos recebido de D. João Galvão, Bispo de Coimbra do nosso Conselho, e em especial em a filbada das nossas Villas, e da Cidade de Arzila, e Tanger nas partes da Africa, [...]. Que elle dito Bispo, e por seu respeito, e memoria, todos seus sucessores Bispos de Coimbra, e se chamem, e intitulem Condes da Villa de Arganil, [...] e tenham, e usem de tudo o que gozaõ todo os outros Condes de nossos Reynos.” SOUSA, 1755, p. 249-250.

³⁷⁵ SILVA, 1847, p. 174.

³⁷⁶ Natural de Pádua, na Itália, Domingos Vandelli se mudaria para Portugal por volta de 1764, à convite do marquês de Pombal, e passaria a lecionar no Colégio dos Nobres. Com o insucesso dessa instituição, Vandelli foi aproveitado no corpo docente da Universidade de Coimbra, onde veio a ensinar as disciplinas de Química e de História Natural. Cf. MARQUES, 2012, p. 57.

A educação defendida por Francisco de Lemos, entretanto, não se limitava ao público leigo, ponderando que a formação clerical também devesse ser *esclarecida*. No extenso relatório³⁷⁷ enviado à rainha D. Maria I em 1777, o brasileiro descreve a situação da Universidade de Coimbra desde a reforma de 1772 – sem deixar de enaltecer os responsáveis e estigmatizar os antigos administradores jesuítas – e destaca os perigos de um clero mal instruído:

Do que fica manifesto, que se os Clerigos Seculares não forem illustrados na Sciencia do seu Estado, não saberão reger as Igrejas; e por consequencia cahirão os Povos em uma grande ignorancia da Religião; e a Disciplina da Igreja em uma grande relaxação, como geralmente se ve; sendo a causa deste mal a ignorancia dos Pastores, e Sacerdotes.³⁷⁸

3.2.4 João Pereira Ramos (1722-1799)

Como antes mencionado, os serviços da família Coutinho prestados à monarquia lusa não foram exclusivos de D. Francisco de Lemos, visto que outro de seus membros também protagonizaria a cena política sob os holofotes pombalinos. Primogênito entre os irmãos do Bispo de Zenópolis, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho nasceu no mesmo engenho de Marapicu em 1722, tendo migrado para Portugal após ter completado os estudos preparatórios na colônia.³⁷⁹

Na época da chegada de Francisco de Lemos à Metrópole, em 1744, João Pereira Ramos havia acabado de se doutorar em Cânones pela Universidade de Coimbra, exercendo, desde a referida data, diferentes funções no corpo acadêmico da instituição. Passado o terremoto de 1755, decidiu ir à Lisboa³⁸⁰ e lá teve a oportunidade de conhecer, em meio a outras figuras notáveis, o

³⁷⁷ LEMOS, Francisco de. **Relação geral do estado da universidade (1777)**. Coimbra: [s.n.], 1980.

³⁷⁸ LEMOS, 1980, p. 28.

³⁷⁹ CARDOSO, Patrícia Domingos Woolley. **D. João de Almeida Portugal e a revisão do processo dos Távoras**: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do antigo regime (c.1777-1802). 2011. 330f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p.

³⁸⁰ BARBOZA, J. da C. Biographia dos brasileiros distinctos por letras, armas, virtudes, etc. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. In: **Revista trimestral de historia e geographia ou jornal do instituto histórico geographico brasileiro**. Tomo Segundo, n.5, abril de 1840. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, 1840, p. 119.

Secretário de Estado de D. José, futuro conde de Oeiras. Segundo assinala a historiadora Patrícia Cardoso, a partir desse contato João Pereira Ramos se tornaria, em um curto espaço de tempo, figura protegida na Corte e um dos colaboradores mais próximos de Pombal.³⁸¹ A intimidade e confiança entre o brasileiro e o valido do rei ultrapassaram, inclusive, a barreira política, inscrevendo-se nas relações pessoais, já que Pombal foi padrinho de seu casamento em 1772.³⁸²

Durante o governo Josefino, João Pereira Ramos advogou em favor das políticas regalistas alavancadas por Pombal. Embora possuísse a mesma formação de seu irmão mais novo, foi aproveitado, principalmente, na resolução de questões de ordem jurídica e jurisdicional. Segundo K. Maxwell, “a tarefa de Azeredo Coutinho era justificar a instalação de bispos sem recorrer a Roma”.³⁸³ Uma ação que representava um Estado centralizador no quesito decisório, enaltecendo a imagem de seus bispos em detrimento de uma Igreja que perdia sua autonomia aos poucos. As ocasiões já comentadas do afastamento de D. Miguel da Anunciação e da conseqüente tentativa de transferência do posto de Bispo de Coimbra à Francisco de Lemos ilustra uma dessas situações nas quais Pombal recorreu a consultas tanto da Real Mesa Censória³⁸⁴ quanto a de João Pereira Ramos.

Em 1768 foi nomeado como Desembargador da Relação do Porto, Ajudante do Procurador da Coroa, Deputado da Real Mesa Censória e Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação, acrescentando ainda o posto de Procurador Geral da Igreja de Lisboa no ano seguinte.³⁸⁵ Como é possível perceber, quando passou a integrar a Junta de Providência Literária, em 1770, já havia ocupado diversos cargos de relevância na esfera palaciana. Em 1771, João Pereira Ramos deixou o ofício auxiliar para servir, de fato, como Procurador da Coroa, e três anos depois foi escolhido para preencher o lugar de Guarda-mor da Torre do Tombo – local responsável por manter seguro a maior parte da

³⁸¹ CARDOSO, 2011, p. 218-219.

³⁸² BARBOZA, 1840, p. 124.

³⁸³ MAXWELL, 1996, p. 102.

³⁸⁴ PAIVA, 2001, p. 53.

³⁸⁵ BARBOSA, 1840, p. 119-120.

documentação antijesuítica produzida e divulgada pela campanha pombalina. Ao receber a incumbência de proteger os escritos conservados na Torre do Tombo, ele teria se negado, a princípio, interrogando ao marquês de Pombal qual seria a razão para tal graça. O Ministro o teria tranquilizado dizendo que “quando o merecimento falava, não era preciso pedir”.³⁸⁶

No que toca à autoria ou mesmo participação na confecção de textos antijesuíticos – excetuando-se o *Compêndio Histórico* –, não conseguimos rastrear ao longo de nossa pesquisa algo que sugerisse ou apontasse para a colaboração do brasileiro. Cabe também destacar que sua trajetória se iniciou mais cedo que a dos demais, ainda no governo de D. João V. Possuidor da erudição necessária para as tarefas que lhe foram encarregadas, os préstimos de João Pereira Ramos à Coroa se estenderiam até a monarquia de D. Maria. Mantendo o cargo de Procurador Geral da Coroa independente das públicas defesas à memória do amigo e ex-secretário Carvalho e Melo, infamada durante a Viradeira.³⁸⁷

3.2.5 José de Seabra (1732-1813)

Entre 1766 e 1774 o ofício de Guarda-mor da Torre do Tombo, concedido posteriormente à João Pereira Ramos, era desempenhado pelo fidalgo e magistrado José de Seabra da Silva, nascido em Coimbra no ano de 1732. Em 1774, esse personagem foi exilado da Corte por razões pouco comentadas pela historiografia luso-brasileira, mas que, a princípio, sugerem um desentendimento envolvendo o Cardeal da Cunha, o marquês de Pombal e o príncipe José.³⁸⁸ Dessa contenda só conseguimos informações suficientes sobre seu desenlace, que teria resultado no afastamento de José de Seabra de todos os cargos por ele ocupado e na condenação ao desterro em Angola, retornando ao Reino somente no reinado de D. Maria I.³⁸⁹ Contudo, antes de

³⁸⁶ BARBOZA, 1840, p. 121.

³⁸⁷ Cf. GARCIA, 2010, p. 292.

³⁸⁸ Cf. GARCIA, 2010, p. 268.

³⁸⁹ ALVIM, Gilmar Araújo. *Linguagens do poder no Portugal setecentista: um estudo a partir da dedução cronológica e analítica (1767)*. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 137.

cair em desgraça, José de Seabra havia se tornado, desde os trabalhos preliminares da reconstrução de Lisboa, um exemplar funcionário da administração palatina. Sendo, inclusive, caracterizado por Francisco Falcon como o mais “íntimo colaborador de Pombal”.³⁹⁰

Doutorou-se em Leis e Cânones pela Universidade de Coimbra, em 1751, e logo tratou de oferecer seus serviços à Corte Josefina tal como seu pai o fizera, o também magistrado Lucas de Seabra da Silva (1691-1756). Em vida, o pai de José de Seabra teve a oportunidade de servir às coroas de D. João V e de D. José I, tendo desempenhado por anos o ofício de Desembargador da Casa da Suplicação com exercício na Relação do Porto. No último reinado, em particular, Lucas de Seabra ainda teria mediado, a pedido do rei, um conflito no Brasil envolvendo denúncias feitas por jesuítas ao Governador-geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, irmão do ministro Carvalho e Melo.³⁹¹

Além de vir a ocupar o mesmo posto que seu pai na Casa da Suplicação, José de Seabra, como tantos outros que pertenceram à elite dirigente pombalina, concentrou em sua carreira pública diversos cargos de poder. Dos quais podemos mencionar o Conselho de Estado, o Desembargo do Paço e a Procuradoria Geral da Coroa.³⁹² Pouco tempo depois de tomar posse como Procurador da Coroa, José de Seabra desocuparia o cargo para, assim, alcançar um lugar mais próximo a Pombal, assumindo, em 1771, o posto auxiliar de Secretário de Estado Adjunto do Reino.³⁹³

Também afinado ao espírito regalista da política pombalina, José de Seabra apresentou ao rei, em 1767, uma *Petição de recurso*³⁹⁴ como resposta às posições em favor dos jesuítas assumidas por Roma.³⁹⁵ Tratava-se de um

³⁹⁰ FALCON, 1982, p. 436.

³⁹¹ Cf. MONTEIRO, 2012, p. 111.

³⁹² ALVIM, 2010, p. 136.

³⁹³ ALVIM, 2010, mesma página.

³⁹⁴ Cf. SILVA, José de Seabra da. **Petição de recurso apresentada em audiência publica à magestade de el rey nosso senhor pelo doutor Jozeph de Seabra da Sylva, desembargador da Casa da Supplicação, e procurador da real coroa do mesmo senhor, sobre o ultimo, e crítico estado desta monarquia depois que a sociedade chamada de Jesus foi desnaturalizada, e proscripta dos dominios de França, e Hespanha.** Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767.

³⁹⁵ FRANCO, 2006b, p. 210.

documento que expunha à opinião pública o princípio da soberania dos reis sobre o território, além de cumprir os propósitos da propaganda antijesuítica ao tentar culpabilizar a Companhia de Jesus pelos séculos de atraso português e pelo “crítico estado desta monarquia” na altura do governo Josefino.

No ano em que José de Seabra escreveu a *Petição de recurso*, foi impresso em Lisboa mais um catecismo antijesuíta cuja autoria também lhe foi atribuída. Sob o título abreviado de *Dedução Cronológica e Analítica*, a obra se divide em três volumes, sendo os dois primeiros publicados em 1767, e um terceiro no ano seguinte, seguindo o modo de distribuição em larga escala visto desde a *Relação Abreviada* (1757).³⁹⁶ Refletindo sobre a conjuntura em que tais documentos (*Petição e Dedução Cronológica*) foram criados, de rompimento das relações entre a Coroa portuguesa e a Santa Sé, o conjunto evidencia o teor regalista ao lado das habituais críticas aos jesuítas, como se observa no título de um dos volumes da *Dedução*.³⁹⁷

Embora o nome de José de Seabra conste também impresso na *Dedução Cronológica* como único autor, existem opiniões entre estudiosos que questionam a veracidade dessa informação. O historiador João Lúcio de Azevedo, por exemplo, afirma que o texto teria sido, de fato, redigido pelo então Conde de Oeiras e acompanhado de significativas intervenções de homens instruídos como os já mencionados Pe. António Pereira de Figueiredo e Frei Manuel do Cenáculo.

Não há, todavia, dúvida de que o autor foi Carvalho [e Melo]. O estilo é bem dele, e páginas inteiras, aditamentos, notas e correções de seu punho, a começa pelo título, no original existente, tudo dá prova de que a *Dedução* foi não só concebida pelo ministro como inteiramente redigida também. Certo que teria colaboradores. Por abalizado que fosse no direito eclesiástico, e erudito na literatura referente aos jesuítas, não poderia sozinho, nesta quadra, a mais afanosa da sua vida, coligir o material imenso de fatos, citações e juízos que constituem o fundo da obra. O próprio José de Seabra, o monge

³⁹⁶ ALVIM, 2010, p. 134.

³⁹⁷ Cf. SILVA, José de Seabra da. **Deducção chronologica, e analytica**. Parte primeira na qual se manifestão pela successiva serie de cada hum dos reynados da monarchia portugueza, que decorrerão desde o governo do senhor rey d. João III, até o presente, os horrorosos estragos, que a companhia denominada de Jesu fez em Portugal, e todos seus dominios, por hum plano, e systema por ella inalteravelmente seguido desde que entrou neste reyno, até que foi dele proscripta, e expulsa pela justa, sabia, e providente ley de 3 de setembro de 1759. Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767.

Cenáculo, o teólogo António Pereira, [...] a todos esses, sem arrojo de conjectura, se pode atribuir algum contingente no estrondoso libelo.³⁹⁸

Convém ressaltar, ainda, que da *Dedução Cronológica* não apenas o estilo textual marcado por argumentações redundantes e termos pejorativos, ou utilização massiva de documentos históricos, foi, mais tarde, imitado pela Junta de Providência Literária. Durante a construção do *Compêndio Histórico*, a Junta reproduziu diversas vezes trechos inteiros da obra atribuída a um de seus membros, utilizando-os, segundo a mesma, “nos lugares que a importância da matéria não [...] pode dispensar de transcrever”.³⁹⁹

* * *

Afora as trajetórias por nós ponderadas, outros três nomes ainda figuraram na Junta da Providência Literária: Manuel Pereira da Silva, Desembargador da Casa da Suplicação; José Ricalde Pereira de Castro, Desembargador do Paço; e Francisco António Marques Geraldês, Deputado da Mesa de Consciência e Ordens que, apesar de ter sido dispensada da reforma dos estudos maiores, teve um de seus integrantes compondo a Junta e auxiliando a criação dos novos *Estatutos*. Tanto José Ricalde Pereira quanto Francisco António Marques também ocuparam lugares no Conselho de Estado⁴⁰⁰ ao lado do Cardeal da Cunha, Frei Manuel do Cenáculo e José de Seabra. Preenchendo, dessa forma, todas as cinco cadeiras do Conselho estabelecidas após a reestruturação guiada por Pombal.

Contudo, nas fontes que conseguimos levantar não encontramos informações sobre a vida e a carreira de tais personagens, o que, por hora, é um limite que se impõem a pesquisa aqui apresentada. As poucas informações mencionadas, relacionadas aos nomes e ofícios desempenhados no governo Josefino, se encontram descritas no decreto régio responsável pela fundação da Junta de Providência Literária.

³⁹⁸ AZEVEDO, 2004, p. 301, grifo do autor.

³⁹⁹ POMBAL, 2008, p. 107.

⁴⁰⁰ POMBAL, 2008, p. 96.

Outro limite diz respeito ao andamento dos trabalhos que resultaram no *Compêndio Histórico*. Só localizamos em um dos textos do ensaísta português Teófilo Braga (1843-1924) a transcrição de algumas observações registradas por Manuel do Cenáculo em seu diário – do qual, infelizmente, não tivemos acesso direto. Segundo a transcrição de Braga, o registro feito pelo Bispo de Beja parece descrever a parte final do processo de criação dos novos *Estatutos* de Coimbra, indicando como as tarefas eram divididas entre os colaboradores:

[...] Pois quanto a Junta resolve e se compõe vai logo para a impressão para estar tudo pronto; e António Pereira vai logo traduzindo tudo em latim, e se vai imprimindo ao mesmo tempo, e [...] vai mandando a João Pereira Ramos para o ver pelo que pertence a matéria, porque ele é o compositor e coordenador, pois a seis ou sete anos que o Rei lhe determinou que fosse ajuntando; e compondo o que fosse preciso para a Reforma da Universidade, e agora só o que faz é coordenar pelo método que dispõe o Marquês, e ele só faz o que pertence à parte jurídica; e a seu irmão o Reitor da Universidade, Francisco de Lemos, se incumbiu de coordenar e ajuntar o que pertence a Matemática, Filosofia, Teologia e Medicina. [...] E quanto as Matemáticas mandou o Marquês ao Dr. Ciera, Prefeito do Colégio dos Nobres, que lhe mandasse apontamentos e instruções, que mandou; e muitas pessoas têm mandado livros a João Ramos, e Lemos, como eu; [...] e Seabra é a alma deste negócio, que faz as trancinhas com eles e com o Regedor para conduzirem o Marquês, que vai de boa fé, no que um deles propõe, e os outros fazem-se de novas, e confirmam, e assim vão levando o Marquês como querem, e vão zombando e rindo com muita pena minha, devendo aqueles senhores não se atreverem a convidar-me, por mais que me tenham julgado, e porque são quatro e talvez se persuadam que eu não tenho orgulho para os disputar, como não tenho, não precisam de mim.⁴⁰¹

A julgar pelo fragmento acima e o que foi discutido por nós até aqui, é possível notar que, apesar de atuarem em postos muito próximos, orbitando na esfera decisória do poder régio e produzindo trabalhos em conjunto, os desacordos dentro da elite dirigente pombalina não eram raros. Seja no caso envolvendo o desterro de José de Seabra da Silva, em 1774, ou nas queixas de Manuel do Cenáculo sobre o modo como se conduziam os trabalhos da Junta, o embate entre esses homens era, na maioria das vezes, equilibrado pelo marquês de Pombal.⁴⁰²

⁴⁰¹ CENÁCULO apud BRAGA, Teófilo. **História da Universidade de Coimbra**. Vol. III. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1898, p. 400.

⁴⁰² Cf. VAZ, 2007, p. 11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de partirmos para as considerações que este espaço, por definição, reserva, convém ressaltarmos algumas das dificuldades que se apresentaram no decorrer da pesquisa, além daquelas citadas ao final do último capítulo. Ainda que nos últimos anos a comunidade acadêmica tenha sido agraciada por uma vasta quantidade de fontes documentais digitalizadas e disponibilizadas ao público através de meios virtuais, outros textos de igual importância permanecem circunscritos aos acervos de arquivos e bibliotecas físicas. Tendo em vista que nosso objeto de estudo se encontra inserido na história de um país estrangeiro, a distância, em parte, nos limita na escolha e no trato de algumas fontes. Mas, embora tais obstáculos de ordem geográfica, esperamos ter conseguido reunir as informações necessárias para sustentar os apontamentos apresentados.

De início, buscamos expor as discussões centrais do século das *Luzes*, como o papel dado à educação na transformação da sociedade moderna e suas nuances em determinadas regiões, a exemplo de Portugal. Até onde foi possível perceber, a sólida e antiga relação entre as monarquias ibéricas e a igreja católica teve um papel fundamental no florescer de uma Ilustração que buscava, entre outros aspectos, conciliar tradição e inovação. Conforme também foi apresentado, o reinado de D. José I, iniciado em 1750, representou o ápice desse movimento intelectual setecentista em solo português, porém, ainda na primeira metade do século, no governo Joanino, já eram vistos seus primeiros lampejos. Além dos investimentos realizados por D. João V no campo das artes e das ciências, datam desse período o aparecimento de críticas ao método de ensino jesuítico e a reforma do sistema ministerial, que seria vista com mais intensidade no governo Josefino sob os trajes do chamado absolutismo ilustrado.

Procuramos também apresentar, em linhas gerais, a trajetória de Sebastião José Carvalho e Melo, que, antes de se tornar o principal ministro do rei D. José I, prestou serviços diplomáticos em outras Cortes europeias. Procuramos apontar o grande impacto que tal período teve sobre as ideias de Carvalho e

Melo e que, mais tarde, seriam levadas à prática em Portugal. No entanto, as fontes que tratam a biografia de Carvalho e Melo sugerem que a ascensão política do futuro marquês de Pombal teve ajuda de um poderoso fator de ordem natural e, por implicação, não previsto: o terremoto de Lisboa de 1755. Conforme procuramos apontar, as ações rápidas tomadas por Carvalho e Melo, frente à ausência dos outros Secretários de Estado na reconstrução da cidade, lhe concederiam em pouco tempo o valimento do rei e ampla liberdade nas decisões políticas.

A modernização do Estado português, pensada por Pombal dentro de um grandioso projeto de reformas, parece ter sido o ponto onde suas pretensões se uniram aos ditames da Ilustração europeia. Pombal encarou como urgente a necessidade do Estado tomar as rédeas da educação lusa, administrada em grande parte pelos jesuítas, além do aperfeiçoamento da instrução pública, no claro intuito de formar funcionários bem instruídos para gerir a burocracia estatal. Por outro lado, foi possível verificar que o discurso de legitimação de tais reformas não poderia se manter apenas por seu argumento modernizante. Nessa conjuntura, os jesuítas foram responsabilizados por uma suposta decadência que pairava sobre Portugal e que precisava ser extirpada. Iniciando, conforme tentamos mostrar, uma série de ataques diretos à Ordem que não cessariam após o sua expulsão em 1759. Tal contexto, na verdade, se intensificou em uma campanha antijesuítica até o ano de 1774, quando a Inquisição passou a ser controlada pelo Estado português.

Para melhor compreender as origens das críticas à imagem da Companhia de Jesus, recorremos à trajetória da Ordem. Conforme visto, os jesuítas se estabeleceram entre os séculos XVI-XVIII como formadores das mentalidades europeias, leigas ou clericais, além de seu raio de influência ultrapassar com frequência os muros das universidades e colégios. Contudo, como procuramos apontar, desde a época de sua fundação, a Ordem colecionou uma legião de inimigos não somente dentro da Igreja, mas, sobretudo, fora dela. Nesse sentido, ainda que o antijesuitismo não tenha sido criado por Pombal, é possível afirmar que em sua gestão o fenômeno ganhou novos contornos através das vias legislativas e da publicação de várias obras com forte teor

acusatório, a exemplo do *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra* (1771).

Além disso, procuramos observar as intenções centralizadoras nas reformas pombalinas, que visavam concentrar nas vias decisórias da Coroa o poder sobre o Estado. Logo, considerando que a influência da Companhia de Jesus não se restringia apenas à esfera educacional, tornando-se uma espécie de poder autônomo, verificamos que o discurso antijesuíta revelava um objetivo mais político do que propriamente cultural.

Para melhor compreender o cenário, procuramos apresentar, *grosso modo*, as discussões sobre as origens desse processo de centralização político-administrativa. Assim como os discursos antijesuíticos não foram uma invenção do governo pombalino, como apontamos, tais ações interpretadas como regalistas antecederam inclusive o século das *Luzes*. Aliás, desde a chegada da família dos Bragança ao poder, em meados do Seiscentos, as ações para assumir o protagonismo político na estrutura plural do Antigo Regime luso receberam suas primeiras cores.

Embora o referido processo tenha se desenrolado antes 1750 de forma lenta e cuidadosa, com avanços e recuos, as leituras apontam para a construção de estratégias de governabilidade, como o monopólio de concessão de mercês, e de controle de instituições que tinham lugar fundamental na administração central portuguesa. Acerca dessas instituições, avaliamos que o perfil social dos oficiais régios, antes limitados à nobreza de Corte, veio sofrendo alterações no decurso dos reinados bragantinos. Porém, vimos que a predominância dos filhos da nobreza de Corte nos altos escalões da administração periférica se manteve. Ao contrário do centro, onde cada vez mais estiveram presentes homens da fidalguia e, em particular no reinado Josefino, homens sem quaisquer laços com a aristocracia.

Conforme também analisado, acima do status social, o grau de instrução e a capacidade intelectual desses homens tornaram-se crucial na escolha para os principais cargos. Esse quadro nos conduziu novamente às preocupações de Pombal com a reforma dos estudos, sobretudo da Universidade de Coimbra, e

o confronto com os jesuítas. Buscava o ministro construir uma elite intelectual e política que fosse capaz de dar corpo ao reformismo.

A fim de compreender o perfil do grupo de colaboradores pombalinos, escolhemos aqueles que estiveram estreitamente ligados com o discurso antijesuíta do Marquês. Para tanto, avaliamos a trajetória pública dos membros da Junta de Providência Literária, organismo responsável pela composição do já referido *Compêndio Histórico* e que, mais tarde, produziria os novos regimentos da Universidade de Coimbra. Por meio da análise das fontes, foi possível averiguar a heterogeneidade da elite pombalina. Na Junta, haviam integrantes da alta nobreza, homens sem origens aristocráticas e até mesmo brasileiros, a exemplo do Cardeal da Cunha, Frei Manuel do Cenáculo e Francisco de Lemos, respectivamente. Afora isso, foi destacado que, em pouco tempo, tais personagens acumularam cargos de grande importância em locais estratégicos da administração da Coroa. Sendo, portanto, indispensável o entendimento da relação entre tais cargos e o projeto de poder levado a cabo por Pombal.

Com base nessas considerações, podemos afirmar que por trás do discurso antijesuítico, responsável também por justificar as reformas de modernização do Estado, não se encontravam personagens aleatórios. Ao contrário, o marquês de Pombal recrutou na elite intelectual e política portuguesa os homens que viriam a integrar a Junta de Providência Literária. Como ainda observado na trajetória desses homens, embora a prática comum de concessão de mercês fosse prática do período, a maioria dos cargos acumulados não foram recebidos após a colaboração no referido *Compêndio Histórico*. Na verdade, na época da criação da Junta, em 1770, essa elite já desempenhava funções em lugares estratégicos dentro da administração central.

Por fim, frente ao exposto, entendemos que o discurso antijesuíta pombalino só teve o alcance verificado na época, a ponto de culminar na reforma da principal instituição de ensino superior portuguesa, em razão da legitimação e validação dada por um grupo específico de personagens, os quais ficam responsáveis por afiançar as principais vias decisórias da Coroa.

REFERÊNCIAS

ADVERTENCIAS críticas e apologeticas sobre o juizo, que nas materias do B. Raymundo Lullo formou o D. Apolonio Philomuso, e comunicou ao publico em a resposta ao Retrato de MorteCor, que contra o Autor do Verdadeiro Methodo de estudar escreve o reverendo doutor Alethophilo Candido de Lacerda. Coimbra: Na officina de Antonio Simoens, 1752.

ALMEIDA, Joana Estorninho de. **A cultura burocrática ministerial: repartições, empregados e quotidiano das secretarias de Estado na primeira metade do século XIX.** 2008. 466 f. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2008.

ALMEIDA, M. Lopes; BRANDÃO, Mario. **A universidade de Coimbra: esboço de sua historia.** Coimbra: Oficinas Gráficas Atlânticas, 1937.

ALVIM, Gilmar Araújo. **Linguagens do poder no Portugal setecentista: um estudo a partir da dedução cronológica e analítica (1767).** 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ANDRADE, Thiago Rattes de. O conceito de monarquia pluricontinental em perspectiva: desafios e possibilidades para o exercício historiográfico. In: **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ed. 18, ano 07, Juiz de Fora, set/dez 2014, pp. 54-62.

ARAÚJO, Ana Cristina. Dirigismo cultural e formação de elites no pombalismo. In: **O marquês de Pombal e a universidade.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000, pp.09-40.

ARRUPE, Pedro et al. **Os jesuítas: para onde caminham?** São Paulo: Loyola, 1978.

ATALLAH, Cláudia Cristina A. Luis Antônio Verney e as reformas culturais portuguesas: uma questão pedagógica. In: **Vértices**, Campos dos Goitacazes, v. 8, p.55-66, 2007.

AZEVEDO, João Lúcio de. **O marquês de Pombal e a sua época.** São Paulo: Alameda, 2004.

BANGERT, William V. **História da companhia de Jesus.** São Paulo: Loyola, 1985.

BARATA, António Francisco. **Memoria historica sobre a fundação da sé de Evora e suas antiguidades: com os esboços chronologico-biographicos dos bispos e arcebispos d'ella.** 2 ed. Évora: Minerva Commercial, 1903.

BARATA, Maria do Rosário Themudo. Portugal e a Europa na época moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. 2. ed. Bauru: EDUSC/São Paulo: UNESP/ Portugal, PO: Instituto Camões, 2001, p. 183-204.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa; ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. **Fontes repatriadas**: anotações de história colonial, referenciais para pesquisa, índices do catálogo da capitania de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

BARBOZA, J. da C. Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. In: **Revista trimestral de historia e geographia ou jornal do instituto histórico geographico brasileiro**. Tomo Segundo, n.5, abril de 1840. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, 1840. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=7ilTAAAYAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PA1. Acesso em: 18 de janeiro de 2016.

BOSCHI, Caio C. A universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. In: **Estudos Históricos**, vol. 4, n. 7, Rio de Janeiro, 1991.

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. In: **Rev. Bras. Educ.**, vol. 15, n. 44, agosto, 2010, p. 282-299.

_____. **Instrução pública e projeto civilizador**: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. 2011. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe. In: MICELI, S. (Editor). **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, pp. 183-202.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAGA, Teófilo. **História da Universidade de Coimbra**. Vol. III. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1898.

BRESCIANI, Carlos. (Org.) **Companhia de Jesus: 450 anos a serviço do povo brasileiro**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CAMBI, Francisco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999.

CAPELO, Ludovina Cartaxo. **Colégio das ordens militares de S. Tiago e S. Bento de Avis**. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em: http://www.uc.pt/auc/fundos/ficheiros/COL_OrdensMilitaresCoimbra.pdf. Acesso em: 05 de fevereiro de 2016.

CARDIM, Pedro. “Governo” e “política” no Portugal do seiscentos: o olhar do jesuíta António Vieira. In: **Penélope**, n. 28, 2003, pp. 59-92.

_____. **Cortes e cultura política em Portugal do antigo regime**. Lisboa: Cosmos, 1998.

_____. Centralização política e estado na recente historiografia sobre o Portugal do antigo regime. In: **Revista Nação e Defesa**. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, n. 87, 1998, p. 129-158.

CARDOSO, Patrícia Domingos Woolley. **D. João de Almeida Portugal e a revisão do processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do antigo regime (c.1777-1802)**. 2011. 330f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

_____. Os jesuítas no setecentos europeu: autoridade, ensino e poder. In: **Revista Cantareira** [online], 6. ed., 2009. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/?p=658>. Acesso em: 25 de abril de 2015.

CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. Imagens de Portugal setecentista: textos de estrangeirados e viajantes. In: **Penélope** (Revista de História e Ciências Sociais), n. 22. Lisboa: Celta, 2000, p. 73-92.

CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de. A ideia de atraso e o papel da educação na modernização portuguesa da segunda metade do século XVIII. In: **Revista e-Hum**, Belo Horizonte, vol. 02, n. 05, 2012, p. 25-44.

CARVALHO, Flávio Rey de. **Um iluminismo português? a reforma da Universidade de Coimbra de 1772**. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: **Topoi** (online), vol. 1, n. 1, Rio de Janeiro, 2000, pp. 123-152. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v1n1/2237-101X-topoi-1-01-00123.pdf>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016.

CARVALHO, Rômulo de. **História do ensino em Portugal: desde a fundação na nacionalidade até o fim do regime Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia do iluminismo**. Trad. Alvaro Cabral. 2.ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

CASTRO, Raimundo Márcio M. de; BALDINO, José Maria. O ensino religioso no Brasil: a constituição de campo disputado. In: **REVER**, ano 15, n. 02, jul/dez de 2015, pp. 67-79.

CASTRO, Zília Osório de. Antecedentes do regalismo pombalino: o padre Jos é Clemente. In: **Estudos em homenagem a João Francisco Marques**: Vol. VI. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 323-331.

_____. Jansenismo versus jesuitismo: Nicolló Pagliarini e o projecto político pombalino. In: **Revista Portuguesa de Filosofia**. Braga: Faculdade de Filosofia de Braga, 1996, pp. 223-232.

_____. Sob o signo da unidade: regalismo vs. jesuitismo. In: **Brotéria – Cristianismo e Cultura**, vol. 169, Braga, ago/set, 2009, pp. 113-148.

CAVALCANTI, Carlos André; JÁCOME, Afrânio Carneiro. Da pedagogia do medo à inquisição esclarecida: o direito inquisitorial nos regimentos de 1640 e de 1774. In: **REVTEO – Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP/PE**, n. 1, v.01, dezembro de 2012, pp. 105-122.

CERVEIRA, Luís Alexandre. Jesuítas: entre a fidelidade ao rei e o projeto inaciano. Conflitos políticos e disputas econômicas – o caso da revolta dos comuneros (Paraguai 1721-1735). In: **Veredas da História**, ano 4, 1. ed., 2011.

CHARTIER, Roger. **Pierre Bourdieu e a história** – debate com José Sérgio Leite Lopes. Palestra proferida na UFRJ, Rio de Janeiro, 30 abr., 2002.

CHAUNU, Pierre. **A civilização da Europa das luzes**. Vol. I. Tradução Manuel João Gomes. Lisboa; Editorial Estampa 1985.

COCHRAN, Terry. O século XVIII português. Publicado em: **Problems of Enlightenment in Portugal**. Minnesota: Institute for the Study of Ideologies and Literature, 1984.

COLLECÇÃO das leis, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado delrei fidelissimo d. José o I. nosso senhor desde o anno de 1750 até o de 1760, e a pragmatica do senhor rei d. Joaõ o V. do anno de 1749. Tomo I. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Calhardo, 1797.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, Marquês de (1743-1794). **Cinco memórias sobre a instrução pública**. Tradução e apresentação: Maria das Graças de Souza. São Paulo: UNESP, 2008.

COSENTINO, Francisco Carlos. Carreira e trajetória social na monarquia e no império ultramarino português, governadores gerais do Estado do Brasil (1640-1702). In: **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 66, São Paulo, 2013, pp. 183-207.

_____. Monarquia pluricontinental, o governo sinodal e os governadores-gerais do Estado do Brasil. IN: GUEDES, Roberto (org.) **Dinâmica imperial no**

antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séc XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

COSTA, Célio Juvenal. A companhia de Jesus: racionalidade e civilização. In: **IX Simpósio Internacional Processo Civilizador**, Ponta Grossa, 2005.

_____. Educação jesuítica no império português do século XVI: o colégio e o ratio studiorum. In: PAIVA, Jos é Maria; BITTAR, Marisa; ASSUNÇÃO, Paulo de. (Orgs.). **Educação, história e cultura no Brasil Colônia**. São Paulo: Arké, 2007, pp. 29-44.

_____. O rei d. João III (1521-1557) e a construção da sociedade de corte em Portugal. In: **XIV Simpósio Internacional Processos Civilizadores**, Dourados (MS), 2012, pp. 1-11.

CUNHA, Luís da. Testamento pol ítico. In: **Conselho aos Governantes**. Brasília: Senado Federal, 1998.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII. In: CUNHA, Mafalda Soares da; FRANCO, Juan Hern ández (Orgs.). **Sociedade, família e poder na península ibérica: elementos para uma história comparativa**. Lisboa: Colibri, 2010.

DARNTON, Robert. **Boêmia literária e revolução:** o submundo das letras no antigo regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O Iluminismo como negócio:** a história da publicação da enciclopédia (1775-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Os dentes falsos de George Washington:** um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DEJEAN, Joan. **Antigos contra modernos:** as guerras culturais e a construção de um fin de siècle. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DELILLE, Maria Manuela Gouveia. O filho do terremoto: leituras de Oliveira Martins na novela das erdbeben (1932) de Reinhold Schneider. In: **Revista da Universidade de Coimbra**. Vol. XXXVIII, 1999.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da reforma**. São Paulo: Editora Pioneira, 1989.

DOMINGUES, Beatriz Helena. O medieval e o moderno na colonização ibérica. In: **49 Congresso de Americanistas**, 1998, Quito, Equador. Anais do 49 Congresso de Americanistas, 1997.

_____. **Tão longe, tão perto:** a Ibero-América e a Europa ilustrada. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

ESTATUTOS da Universidade de Coimbra compilados debaixo da imediata e suprema inspecção de El Rei Dom José I. Lisboa: Na Regia Officina Typográfica, 1772.

FALCON, Francisco Calazans. **A época pombalina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982.

_____. **Despotismo esclarecido**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

_____. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (Org.) **História de Portugal**. Bauru: EDUSC, 2001, p. 227-243.

_____; RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **A formação do mundo moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FIGUEIREDO, António Pereira de. **Elogios dos Reis de Portugal em latim, e em portuguez ilustrados de notas historicas e críticas**. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1785.

FORTES, Renivaldo Oliveira. **Educação e instrução pública**: considerações de Condorcet. Travessias (UNIOESTE. Online), v. Ed. 10, 2010, p. 395-414. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/4042/3530>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de monarquia pluricontinental: notas de um ensaio. In: **Revista de História**, v. 31, n. 02, São Paulo, jul/dez 2012, pp. 106-145. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v31n2/07.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

FRANCO, José Eduardo. A ideia de Europa nas reformas pombalinas da educação. In: **Anais do VI congresso luso-brasileiro de história da educação**. Uberlândia, 2006a. Disponível em: http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/590jose_eduardo_franco.pdf. Acesso: 12 de março de 2015.

_____. **Gênese e mentores do antijesuitismo na Europa moderna**. Lisboa: CLEPUL, 2012.

_____. O “terramoto” pombalino e a campanha de “desjesuitização” de Portugal. In: **Lusitania Sacra**, 2. série, tomo 18, Lisboa, 2006b, p. 147-218. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/4574>. Acesso em: 07 de maio de 2015.

_____. O mito dos jesuítas em Portugal, séculos XVI-XX. In: **Revista Lusófona de Ciência das Religiões** – Ano V, n. 9/10, 2006c, p. 303-314.

_____. Os catecismos antijesuíticos pombalinos: as obras fundadoras do antijesuitismo do Marquês de Pombal. In: **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**, Ano IV, n. 7/8, 2005, p. 247-268.

_____; TAVARES, Célia Cristina. **Jesuítas e inquisição: cumplicidades e confrontações**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

GARCIA, José Manuel. **Dicionário essencial da história de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

GATZHAMMER, Stefan. **Antijesuitismo europeu: relações político-diplomáticas e culturais entre a Baviera e Portugal (1750-1780)**. Lisboa: Lusitania Sacra, 1993.

GAUER, Ruth Maria Chittó. **A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 285-315.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. Madrid: Fondo de Cultura Económica-Mapfre, 1992.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

GUSDORF, Gustave. **Les principes de la pensée au siècle des lumières**. Paris: Payot, 1971.

HAZARD, Paul. **O pensamento europeu no século XVIII**. 3.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

HEINS, Flávio M. (Org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do império português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a, p. 163-188.

_____. As estruturas políticas em Portugal na época moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. 2. ed. Bauru: EDUSC/São Paulo: UNESP/Portugal, PO: Instituto Camões, 2001b.

_____. **As vésperas do Leviathan: instituições e poder político (Portugal – séc. XVII)**. Coimbra: Almedina, 1994.

_____. **Caleidoscópio do antigo regime**. São Paulo: Alameda, 2012.

INSTRUÇÕES gerais em forma de Catecismo impressas por ordem do senhor Carlos Joaquim Colbert impressas, bispo de Montpellier traduzidas na língua portuguesa por mandado do senhor arcebispo de Évora, D. João, para uso dos fiéis do seu arcebispado. Lisboa: Officina Regia Typografica, 1765.

ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e luzes**: congregação do oratório no mundo português, séculos XVI-XVIII. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 2004.

ISRAEL, Jonathan I. O drama intelectual na Espanha e em Portugal. In: **Iluminismo radical**: a filosofia e a construção da modernidade. Trad. Cláudio Blanc. São Paulo: Madras, 2009, p. 577-590.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é o “esclarecimento”? {“Auklarüng”} In: _____. **Textos seletos**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 100-117.

KOROBTCHENKO, Júlia Platonovna. **A secretaria de estado dos negócios estrangeiros e da guerra**: a instituição, os instrumentos e os homens (1736-1756). Tese de mestrado em História Moderna, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Tradução: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999.

LEIRIA, D. João Bispo de. **D. João de N. Senhora da Porta, conego regular de Santo Agostinho, por mercê de Deos, e da Santa Sé Apostolica Bispo de Leiria, Arcebispo eleito de Evora, do conselho de EIRey meu senhor**. Lisboa: [s.n.], 1759a. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=M0NfAAAAcAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PA3. Acesso em: 02 de fevereiro de 2016.

LEIRIA, D. João Bispo de. **D. João de N. Senhora da Porta, conego regular de Santo Agostinho, por mercê de Deos, e da Santa Sé Apostolica Bispo de Leiria, do conselho de sua magestade fidelíssima, etc**. Leiria: [s.n.], 1759b, p. 10-11. Disponível em: https://books.google.com.br/books/reader?id=MkNfAAAAcAAJ&hl=pt_BR&printsec=frontcover&output=reader&pg=GBS.PA1. Acesso em: 02 de fevereiro de 2016.

LEMOS, Francisco de. **Relação geral do estado da universidade (1777)**. Coimbra: [s.n.], 1980.

LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI. In: **Revista Brasileira de História**, vol.22, n.43, p. 11-32, 2002.

LOPES, Marcos Antônio. **O absolutismo**: política e sociedade na Europa moderna. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **O imaginário da realeza**: cultura política ao tempo do absolutismo. Londrina: Eduel, 2012.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. A monarquia polissinodal portuguesa e o debate em torno da região do Prata (1640-1661). In: **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276736686_ARQUIV_O_Anpuh2010TextoMarcelloLoureiro.pdf. Acesso em: 13 de dezembro de 2015.

LOYOLA, Inácio de. **Exercícios espirituais**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1985.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas no ensino. In: **Educação e Pesquisa**, v.32, n.3, São Paulo, set/dez 2006, pp. 465-476.

MAINKA, Peter Johann. Historiografia alemã sobre a Companhia de Jesus: pesquisas recentes sobre os jesuítas e a sua atuação nas Américas portuguesa e espanhola. In: **Revista Diálogos**, v. 15, n. 1, 2011, p. 199-229.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo. **A legislação pombalina**: alguns aspectos fundamentais. Coimbra: Edições Almedina, 2006.

MARQUES, Adílio Jorge. **O iluminismo no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Sapere, 2012.

MARQUES, José Oscar de Almeida. The paths of providence: Voltaire and Rousseau on the Lisbon earthquake. **Caderno de História da Filosofia e Ciência**, Campinas, série 3, v.15, n.1, jan.-jun, 2005.

MARTINS, Décio Ruivo; FIOLEAIS, Carlos. As ciências exactas e naturais em Coimbra. In: **Luz e Matéria**. Museu da Ciência – Universidade de Coimbra. Dezembro, 2006, p. 66-111.

MARTINS, João Paulo. **Política e história no reformismo ilustrado pombalino (1750-1777)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2008.

MASSAU, Guilherme Camargo. A reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra: as alterações no ensino jurídico. In: **Revista Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 9, n. 1, p.169-188, jan./jun, 2010.

MATTOS, Yllan de. **A última inquisição**: os meios de ação e funcionamento do santo ofício no Grão-Pará pombalino (1750-1774). Jundiaí: Paco Editorial: 2012.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, Sebastião José de Carvalho e. **Cartas e outras obras selectas do marquez de Pombal**. 2 vols. 5. ed. Lisboa: Livraria Universal, 1861.

MERLO, Patrícia M. S. A obra de Luís António Verney: aspectos da ilustração portuguesa. In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Org.). **Memórias, traumas e rupturas**. Vitória: LHPL/UFES, 2013.

_____. Justiça e poder local: ilustração e modernidade em Portugal do setecentos. In: **Revista Dimensões**, vol. 28. Vitória: UFES, 2012, p. 26-42.

_____; PIMENTA, Rodrigo M. M. Reformas pombalinas nas primeiras letras: inovações e continuidades. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013, Natal. XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social. Natal: Associação Nacional de História, 2013.

MONCADA, Luís Cabral de. **Estudos filosóficos e históricos**. 2 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1958-1959.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D. José**: na sombra de Pombal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

_____. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 249-283.

NEGRAO, Ana Maria Melo. O método pedagógico dos jesuítas: o "ratio studiorum". In: **Rev. Bras. Educ.** [online], n. 14, 2000, p. 154-157. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782000000200010>. Acesso em: 11 de julho de 2015.

MORSE, M. Richard. **O espelho de próspero**: cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

OLIVEIRA, Ricardo de. **As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII**. Varia História (UFMG, Impresso), v. 26, 2010, p. 109-129.

PAIVA, José Pedro. Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino. In: **Penélope**, n.25, 2001, p. 41-63.

PEREIRA, Cássia Regina Dias. **O projeto educativo de dom frei Manuel do Cenáculo no contexto das reformas modernizadoras do ensino em Portugal**. 2015. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

POMBAL, Marquês de; LITERÁRIA, Junta de Providência. **Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e diretores que a reagem pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por eles fabricados (1771)**. Porto: Campo das Letras, 2008.

PRIORE, Mary Del. **O mal sobre a terra: uma história do terremoto de Lisboa**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2003.

REGIMENTO do santo ofício da inquisição de Portugal, ordenado com o real beneplacito, e regio auxilio pelo eminentissimo, reverendissimo senhor cardeal da Cunha, dos conselhos de estado, e gabinete de sua majestade, e inquisidor geral nestes reinos, e em todos os seus dominios. Lisboa: Na officina de Miguel Manescal da Costa, 1774. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=m6VEAAAACAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PA1. Acesso em: 09 de janeiro de 2016.

REIS, Claudio de Britto. **Perfil do injustiçado Pombal**. Rio de Janeiro: Altiva Gráfica e Editora, 1992.

RIBEIRO, José Silvestre. **Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia**. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1871-1914.

RODRIGUES, Manuel Augusto. Pombal e d. Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra. In: **Revista de História das Ideias**, vol. 4, tomo I, 1982, pp. 207-298.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. Para a utilidade do estado e “glória à nação”: a real casa pia de Lisboa nos tempos de Pina Manique (1780-1805). In: **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 1, n. 2, jul/dez, 2008, p. 25-43.

ROMEIRAS, Francisco Malta; LEITÃO, Henrique. Jesuítas e ciência em Portugal. I – António Oliveira Pinto S.J. e as primeiras experiências com radioactividade em Portugal. In: **Revista Brotéria**, n. 174, 2012.

SANCHES, António Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Porto: Domingos Barreira, [19--].

SANTOS, Cândido dos. António Pereira de Figueiredo, Pombal e a aufklärung. In: **Revista de História das Ideias**, vol. 4 – tomo 1, 1982, p. 167-203.

_____. Matrizes do iluminismo católico da época pombalina. In: **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 950-956.

_____. **O jansenismo em Portugal**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.

SANTOS, Ivanaldo. A linguagem na escolástica medieval. In: **Mirabilia** (online), v. 16, 2013, pp. 134-155. Disponível em: http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2013_01_07_0.pdf. Acesso em: 13 de janeiro de 2016.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHAUB, Jean-Frédéric. Novas aproximações ao antigo regime português. In: **Penélope**, n. 22, 2000, pp. 119-140.

SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. In: **História Unisinos**. vol. 8, n. 10, jul/dez, 2004, p. 131-142.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. In: **Educar em Revista** [online], n. 31, 2008, p. 169-189.

SIDERI, Sandro. **Comércio e poder: colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas**. Lisboa: Editora Cosmos, 1970.

SILVA, Carlos Antônio da. **Para uma compreensão não absolutista do poder primacial: revendo os fundamentos da Pastor æternus**. 2013. 133f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

SILVA, João Manuel Pereira da. **Plutarco brasileiro**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847.

SILVA, José de Seabra da. **Deducção chronologica, e analytica**. Parte primeira na qual se manifestão pela successiva serie de cada hum dos reynados da monarchia portugueza, que decorrêrão desde o governo do senhor rey d. João III, até o presente, os horrorosos estragos, que a companhia denominada de Jesu fez em Portugal, e todos seus dominios, por hum plano, e systema por ella inalteravelmente seguido desde que entrou neste reyno, até que foi dele proscripta, e expulsa pela justa, sabia, e providente ley de 3 de setembro de 1759. Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767.

_____. **Petição de recurso apresentada em audiencia publica à magestade de el rey nosso senhor pelo doutor Jozeph de Seabra da Sylva, desembargador da Casa da Supplicação, e procurador da real coroa do mesmo senhor, sobre o ultimo, e critico estado desta monarchia depois que a sociedade chamada de Jesus foi desnaturalizada, e**

proscripta dos dominios de França, e Hespanha. Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767.

SIQUEIRA, Sonia. A inquisição e o inquisidor no outono da modernidade. In: **Saeculum – Revista de História**, ano 19, n. 30 (2014). João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, jan./jun, 2014, p. 141-159.

SOUSA, António Caetano de. **Memorias historicas, e genealogicas dos grandes de Portugal, que cont ém a origem, e antiguidade de suas familias:** os estados, e os nomes dos que actualmente vivem, suas arvores de costado, as alianças das casas, e os escudos de armas, que lhes competem, ate o anno de 1754. Lisboa: Officina Sylviana da Academia Real, 1755. Disponível em: <https://archive.org/details/memoriashistori01sousgoog>. Acesso em: 28 de dezembro de 2015.

SOUZA, Evergton Sales. Igreja e estado no período pombalino. In: **Lusitania Sacra**, n. 23, jan/jun de 2011, pp. 207-230.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. **Entre a cruz e a espada:** jesuítas e a América portuguesa. 1995. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

TODOROV, Tzvetan. **O espírito das luzes.** São Paulo: Editora Barcarolla, 2008.

TOLEDO, César de Alencar Arnault de; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. Modernidade, espiritualidade e educação: a companhia de Jesus dos exercícios espirituais à ratio studiorum. In: **Revista HISTEDBR**, v. 42, 2011, p. 71-93.

_____; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. O antijesuitismo no século XVIII: uma análise do verbete jésuite da Encyclopédie iluminista. In: **Revista Contrapontos**, v. 11, n. 2, Itajaí (SC), jul., 2011, p. 228-235.

VARNHAGEN, F. A. Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. In: **Revista trimestral de historia e geographia ou jornal do instituto histórico geographico brasileiro.** Tomo Segundo, n.5, abril de 1840. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, 1840. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=7iITAAAAYAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PA1. Acesso em: 18 de janeiro de 2016.

VAZ, Francisco António Lourenço. A Censura na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo. In: **Revista Internacional de Cultura e Ciência**, nº 5, 2007, pp. 23-36.

_____. Jansenismo e regalismo no pensamento de d. frei Manuel do Cenáculo. In: **Eborensia**, nº 35, 2005, pp. 61-81.

_____. O catecismo no discurso da ilustração portuguesa do século XVIII. In: **Cultura**. Revista de História e Teoria das Ideias, vol. X, Lisboa, 1998, pp. 217-240.

VEIGA, Manuel Eduardo da Mota. **Esboço historico-litterario da faculdade de theologia da universidade de Coimbra effeituada pelos sabios Estatutos de 1772 / pelo dr. Manuel Eduardo da Motta**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872.

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à republica, e à igreja**: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. 2 tomos. Valença: Oficina de Antonio Balle, 1746.

VIANA JUNIOR, Fernando Santa Clara. **Dos sabores fortes aos suaves**: os limites da modernização à francesa nos livros de cozinha da corte portuguesa, 1680-1780. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

VIEIRA, António. **Escritos históricos e políticos**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VILLALTA, Luiz Carlos, A educação na Colônia e os jesuítas: discutindo alguns mitos. In: PRADO, Maria Ligia Coelho e VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **À margem dos 500 anos**: reflexões irreverentes. São Paulo: Edusp, 2002, p. 177.

VIVIANI, Maury Roberto. **Constitucionalismo global**: crítica em face da realidade das relações internacionais no cenário de uma nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, vol. 1, 4. ed. Brasília (DF): Editora UnB, 1999.

WRIGHT, Jonathan. **Os jesuítas**: missões, mitos e histórias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

XAVIER, Newton da Rocha. **No solo regado a sangue e suor**: a cartografia da província jesuítica do Paraguai (século XVIII). 2012. 172f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012.